



Fábio Manuel Farto Gonçalves Pereira

A dependência energética em termos de gás natural da União Europeia face à Rússia

Dissertação de Mestrado em Estudos Europeus na área de especialização em Ciência Política, orientada pelo Doutor Rui Jorge Gama Fernandes, apresentada ao Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

2014



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Faculdade de Letras

A dependência energética em termos de gás natural da União Europeia face à Rússia

Ficha Técnica:

Tipo de trabalho	Dissertação de Mestrado
Título	A dependência energética em termos de gás natural da União Europeia face à Rússia
Autor/a	Fábio Manuel Farto Gonçalves Pereira
Orientador/a	Doutor Rui Jorge Gama Fernandes
Júri	Presidente: Doutor António Martins da Silva Vogais: 1. Doutora Licínia Maria dos Santos Simão 2. Doutor Rui Jorge Gama Fernandes
Identificação do Curso	2º Ciclo em Estudos Europeus
Área científica	Estudos Europeus
Especialidade/Ramo	Ciência Política
Data da defesa	10-10-2014
Classificação	16 valores



Agradecimentos

O caminho foi longo e difícil com altos e baixos, distâncias, sacrifícios, não só meus como da minha família, principalmente dos meus pais. Antes de mais quero agradecer aos meus pais por tudo o que fizeram por mim desde sempre mas sobretudo nestes cinco últimos anos, três de licenciatura e agora de mestrado e, em especial, neste último ano que não tem sido nada fácil a todos os níveis. A distância física sempre nos marcou, pois Coimbra e Sines não são propriamente perto, mas a dureza deste último ano com o pai a sofrer para ajudar a família na Maurítânia e a mãe a sofrer em Sines pela mesma razão, para mim foi muito duro. É um orgulho enorme ser filho do Silva e da Antónia, na minha avó, tia, prima, todos são um pilar para a realização e conclusão de mais esta etapa na minha vida. Agradecer também às três estrelas, em especial, que cuidam de mim e olham para o meu sucesso não fisicamente, mas sei que estão lá, a minha avó Josélia, o meu avô Manel e o meu avô Jacinto. Além da família, um agradecimento especial, à Ana, por ser o meu grande apoio neste último ano, por me aturar, compreender, ajudar, limpar as lágrimas, fazer-me lutar ao longo desta etapa. Mereces tudo de bom e espero que alcances todos os teus objetivos só te desejo bem.

Agradecer também ao meu orientador Doutor Rui Gama por todo o apoio, para além de professor, orientador, foi também um amigo que me auxiliou e orientou sempre, não me deixando nunca ir abaixo, dando-me força para continuar quando esta parecia querer desaparecer. Agradecimento especial ao Nuno Cunha pela ajuda na elaboração dos mapas, ao Engenheiro Paulo Mestre da REN Atlântico e à APS (Administração do Porto de Sines), pelo apoio na investigação. À Casa da Prima pelo apoio, motivação e por ser o local onde mais escrevi, bem como a todos os amigos de sempre que não vou aqui enumerar porque, por sorte, até são bastantes e correndo o risco de falhar algum agradeço aqui a todos porque vocês sabem quem são e o que significam para mim.

Espero, sinceramente, que nunca vos tenha falhado em nada e se o fiz peço desculpa. Dirijo este desabafo a todos os amigos mas em especial a minha família, particularmente ao meu pai e a minha mãe, espero um dia poder retribuir tudo aquilo que fizeram, fazem e farão por mim. Muito obrigado a todos!

“pobre de mim
navegador da noite próxima da morte
vou acendendo no sangue os sonhos dum povo que não sonha”
Al Berto, O Medo

Resumo

A energia é sem dúvida alguma um bem essencial ao desenvolvimento mundial e à população. Contudo, devido à sua relevância no panorama global é sempre uma temática cuidadosamente abordada pelas potências, quer produtoras quer consumidoras, pois os recursos energéticos tornam uma grande parte do mundo dependente de outra bem mais pequena, o que por vezes gera problemas de fácil ou difícil resolução. A União Europeia é naturalmente uma região parca em recursos energéticos, destacando-se, no entanto, o carvão que originou um conflito entre a Alemanha e a França que acabou por conduzir à 1ª Guerra Mundial e mais tarde à primeira forma de união europeia, a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço.

Assim, a União Europeia, devido ao elevado grau de desenvolvimento dos seus Estados-membros, viu-se obrigada a importar grande parte da energia que consumia, sendo a Rússia um dos principais abastecedores. Em termos de gás natural o vizinho do leste europeu é responsável por mais de 50% das importações da União Europeia. Este estudo pretende, então, abordar esta relação de dependência energética em termos de gás natural principalmente no último quartel do século XX, desde o fim da União Soviética até aos dias de hoje. Paralelamente a esta abordagem relativamente à dependência pretende-se discutir e apresentar alternativas. Numa primeira fase desta dissertação englobada no capítulo dois, aborda-se a geopolítica entre as duas potências com especial enfoque a uma Rússia acabada de sair de uma mudança radical a todos os níveis, enfrentando uma grave crise resultado de uma política de mudança na ex-União Soviética levada a cabo por Gorbachev que se revelou desastrosa, deixando a Rússia no fundo. Contudo, a última quinzena de anos revelou um homem que mudou os destinos do gigante energético, de seu nome Vladimir Putin, que tem reservado para si os principais cargos, tendo-se revezado como Presidente da República e como Primeiro-ministro, surgindo atualmente como Presidente da República e Dmitri Medvedev como Primeiro-Ministro, sendo que a esfera do poder e da decisão na Rússia se tem mantido nestes dois políticos. O terceiro capítulo aborda com mais enfoque as relações entre a União Europeia e a Rússia, na cooperação e na política que desenvolvem conjuntamente. Para além destes dá-se um especial enfoque a situações limite que tiveram a União Europeia e a Rússia em lados opostos, como são os casos da guerra na Geórgia, dos nacionalismos das ex-Repúblicas Soviéticas e das guerras do gás

envolvendo a Ucrânia e que atravessa um momento complicado enquanto nação, fruto precisamente de um braço de ferro com a Rússia que não pretende abrir mão da “soberania” que detêm sobre a Ucrânia e tenta parar uma aproximação à União Europeia, utilizando o gás natural como trunfo.

Nestes últimos tempos, temos assistido a uma recomposição das relações e dos poderes entre estas duas potências. A aproximação em termos energéticos deu-se sobretudo com a aposta, tanto da Rússia como da União Europeia, de fazer passar novas rotas de abastecimento de gás natural oriundas diretamente da Rússia quer pelo norte europeu, quer pelo sul. Mas esta aposta deu-se sobretudo para evitar uma importância cada vez maior da Ucrânia nesta questão das rotas energéticas uma vez que grande parte do gás natural que provém da Rússia para a União Europeia atravessa o território ucraniano. O papel da Ucrânia ganhou ainda mais relevo com os recentes acontecimentos e levou a um esfriar desta aproximação entre as potências que a ladeiam, encontrando-se um país profundamente dividido entre o ocidente encabeçado pela União Europeia e pelos Estados Unidos da América e um leste com a Rússia a apoiar todos os movimentos separatistas no país.

Finalmente abordar a dependência entre a União Europeia e a Rússia, analisando os principais gasodutos e a rede de abastecimento europeia e o poder económico das grandes empresas nomeadamente no processo de decisão nas mais elevadas instâncias políticas. O futuro desta dependência pode passar por outras opções como as energias renováveis e mesmo outros pontos de importação de gás natural como é o Magrebe atualmente. Pretende-se assim demonstrar que esta dependência avassaladora da União Europeia face à Rússia pode ser minorada se a aposta dos principais líderes políticos assim o entender, invertendo a aposta até aqui realizada.

Palavras-Chave: União Europeia, Rússia, dependência energética, gás natural, geopolítica, energia, recursos energéticos, energias renováveis

Abstract

Energy is definitely an essential good for the world development and the population. However due to its relevance on the global panorama it's always a theme carefully approach by the production and consumption superpowers, nevertheless, energetic resources take a huge part of the world dependent of other hugely smaller and sometimes that fact generates problems easier or harder to solve. European Union it's a region naturally smaller in energetic resources, highlighting coal which originates the conflict between Germany and France and it was the beginning of the First World War and later it leads to the first formation of European Union, the European Coal and Steel Community.

Withal, the European Union due to the higher development rate of its Member-States was seen obliged to import a greater part of the energy that is consumed and Russia it's one of the major suppliers. In terms of natural gas the eastern neighbour it's responsible for more than 50% of European Union importations. This study seeks to come up to this energetic dependence relationship in terms of natural gas mainly in the last 25 years since the end of the Soviet Union but besides this approach on the dependence it is intended to give alternatives to that. Initially for this thesis it approaches the geopolitics between the two potencies with special address in Russia ceased leaving a drastic change at all levels and it faces a serious crisis. This was a product of a political change in the former Soviet Union taken by Gorbachev and it reveal disastrous lead Russia to the bottom. Even so this last fifteen years reveals a man who changed the destinies of the energetic giant, Vladimir Putin, and reserved for him the main political positions and it was been taking turns has the President of the Republic and Prime-minister. Currently emerges Dmitri Medvedev and the sphere of power and decision in Russia was been held by those two leaders. The third chapter addresses with more emphasis for the relationships between the European Union and Russia on the political and cooperation domains that both developed together. Besides this it was given a special come close to the limit situations that has the European Union and Russia in opposite sides for example the Georgia war the former Soviet Union Republics nationalisms and the gas wars involving Ukraine that faces in this moment a tricky period for the nation and it turns out to be a strong harm between Russia that

don't want to lose the domination that holds above the Ukrainians and tries to stop the European Union's approach using the natural gas has a joker.

In these last period we have assisted a definition both in the relationships and the powers of these two potencies. In energetic matters we have seen an approach mainly due to a bet by European Union and Russia of making the supply routes of natural gas coming directly from Russia by the north or the south of Europe. But this bet was made to avoid the growing of Ukraine in these matter of energetic routes once the great majority of natural gas that's coming from Russia to the European Union go through the Ukrainian territory. The role of Ukraine gained more weight with the recent events and it led to another time of distance between the two potencies that flank her and now the country it's deeply divided between the west lead by European Union and the United States of America and the east with Russia supporting all the separatist movements in the country.

Finally aim to the dependence between the European Union and Russia analysing the main pipelines and the European supply net and the economic power of the major companies especially in the decision process in the highest political instances. The future of this dependence may go by other options as the renewable energies and other points of importation as much as Maghreb currently. It is intended to evidence that this overwhelming dependence of the European Union to Russia can be eased if the bet of the major political leaders so understand inverting the betting so far held.

Key Words: European Union, Russia, energetic dependency, natural gas, geopolitics, energy, energetic resources, renewable energies

Índices

Índice geral

Agradecimentos	3
Resumo	5
<i>Abstract</i>	7
Índice geral	9
Índice de figuras.....	11
Índice de anexos	13
Siglas.....	14
1. Introdução	15
1.1. Tema e âmbito do estudo	17
1.2. Metodologia e objetivos	19
1.3. Estrutura da investigação	21
2. Geopolítica de uma relação de dependência.....	25
2.1. Conceitos fundamentais	27
2.2. Relação entre as duas potências.....	30
2.2.1. O renascer das cinzas	36
2.2.2. Uma aproximação de gigantes	40

3. Política, conflitos, geoestratégia e aproximação	45
3.1. Conflitos e divergências das nações vizinhas	47
3.1.1. Ucrânia, um país dividido na sombra do gigante energético	51
3.1.1.1. A Crimeia, uma região dividida entre duas potências colossais 60	
3.1.2. A forte relação energética entre a Alemanha e a Rússia	65
3.1.3. Feridas antigas, nacionalismos, dependências e guerras	71
3.2. O encurtar de distâncias, um quartel de relacionamento	78
4. O dilema da energia, futuro ou passado	83
4.1. Energias renováveis, uma alternativa à dependência	85
4.2. A teia que abastece a Europa	94
4.2.1. Nord Stream, South Stream e Nabucco, os alicerces de uma dependência	97
4.2.1.1. Nord Stream, o rei do Báltico	100
4.2.1.2. South Stream, do gelo ao coração da Europa	103
4.2.1.3. Nabucco Pipeline, o delfim energético	107
4.3. O futuro de uma relação de dependência, novas opções e desafios	111
5. Conclusão	123
Bibliografia e Fontes	133
Webgrafia	137
Fontes utilizadas para as figuras.....	139
Anexos.....	142

Índice de figuras

Figura 1 – A União Europeia e os sucessivos alargamentos	32
Figura 2 – Países que fazem fronteira com a Rússia	33
Figura 3 – Eleições presidenciais na Rússia e popularidade de Putin e Medvedev (em %).....	38
Figura 4 – Países que compõem a Comunidade de Estados Independentes.....	41
Figura 5 – Principais gasodutos que atravessam a Ucrânia. Ligação da Rússia para a Ucrânia e da Ucrânia para a União Europeia.....	53
Figura 6 – “Uma clivagem étnica e política”	56
Figura 7 – Resultados das eleições presidenciais na Ucrânia em 2014.....	59
Figura 8 – Etnias presentes na região da Crimeia (em %, segundo Censos 2001). 62	
Figura 9 – Reservas de gás natural da Ucrânia e da região da Crimeia.....	65
Figura 10 – Rotas de gasodutos oriundos da Rússia, passando pela Alemanha que abastecem a Europa, central e do norte.....	68
Figura 11 – Importações alemãs de gás natural (2004)	70
Figura 12 – Localização da Chechénia na região do Cáucaso.....	72
Figura 13 – Região do Cáucaso sob pressão localização da Ossétia do Sul e da Abcásia.....	74
Figura 14 – Localização da Transnístria.....	75
Figura 15 – Percentagem de energias renováveis no consumo interno bruto de energia da União Europeia a 27.....	87
Figura 16 – Energia consumida oriunda das energias renováveis na Noruega (em %)88	
Figura 17 – Dados estatísticos relativos a 2013 sobre as plataformas <i>offshore</i> para a recolha de energia eólica.....	89
Figura 18 – Utilização de energias renováveis por setor de atividade relativamente a 2007 (em %).....	93
Figura 19 – Balanço e expetativas de produção, importação e consumo interno bruto de gás natural e de energias renováveis.....	93

Figura 20 – Importação de gás natural da União Europeia a partir de país de origem (em milhões de m ²)	98
Figura 21 – Rota do <i>Nord Stream</i>	100
Figura 22 – Percurso do <i>Nord Stream</i> , através de ZEE's nacionais e águas territoriais no mar Báltico	103
Figura 23 – Rota do <i>South Stream</i>	104
Figura 24 – Rota do <i>Nabucco Pipeline</i>	108
Figura 25 – Gasodutos de ligação do Norte de África à Europa (Península Ibérica e França) e principais reservas de gás natural de Marrocos e da Argélia	112
Figura 26 – Localização geoestratégica do Porto de Sines, em Portugal, na Europa e no Mundo	114
Figura 27 – Principais gasodutos de ligação do Norte de África ao sul da Europa e principais reservas de gás natural ao largo da Líbia.....	116
Figura 28 – Gasoduto de ligação da região do Magrebe ao Egipto e principais reservas de gás natural ao largo da costa egípcia	117
Figura 29 – Consumo de energias renováveis e expetativas de consumo de energias renováveis em 2020 (em %).....	119

Índice de anexos

	Páginas
Figura I – Cadeia de valor do gás natural.....	142
Figura II – As duas Ucrânicas: “Pró-russa” e “Pró-ocidental” (Resultados das eleições presidenciais de 26 Dezembro 2004).....	142
Figura III – “Regiões em brasa”	143
Figura IV – “Uma península estratégica”	144
Figura V – Exportação de gás natural russo para os países europeus, em 2006 e 2007	144
Figura VI – Gasodutos de ligação a Inglaterra e plataformas de gás natural do mar do Norte	145
Figura VII – Total de importações de gás natural e o seu consumo como primeira energia consumida (em %)	146
Figura VIII – Líderes políticos com poder nos Conselhos de Administração no final do segundo mandato de Putin	146
Figura IX – Mapa das reservas de gás natural na Rússia	147
Figura X – Aumento da importação de gás natural face à necessidade de consumo da União Europeia	147
Figura XI – Países da União Europeia com capacidade de produção de energia eólica acima dos 200MW em 2013	148
Figura XII – Política Regional da União Europeia contribuição para energias renováveis no período 2007-2013.....	148
Figura XIII – Rede de gasodutos de abastecimento à Europa	149
Figura XIV – Junção entre a parte búlgara e russa do gasoduto South Stream, em 2013	149
Figura XV - Dependência energética de gás natural de países da União Europeia....	150
Figura XVI – Posicionamento do porto de Sines em função das rotas a nível mundial	151
Figura XVII – Percentagem de energia a partir das energias renováveis para consumo final de energia (em %).....	152

Siglas

APC – Acordo de Parceria e Cooperação

BCE – Banco Central Europeu

BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

BSF – Fórum do Mar Negro para o Diálogo e a Parceria

CECA – Comunidade Europeia do Carvão e do Aço

CEE – Comunidade Económica Europeia

CEI – Comunidade de Estados Independentes

GNL – Gás Natural Liquefeito

GUAM – Organização para a Democracia e o Desenvolvimento Económico

INOGATE – *Interstate Oil and Gas Transport to Europe*

OBSEC – Organização para a Cooperação Económica no Mar Negro

OCAC – Organização de Cooperação da Ásia Central

OMC – Organização Mundial do Comércio

ONU – Organização das Nações Unidas

OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo

OSCE – Organização para a Cooperação e Segurança na Europa

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

OTSC – Organização do Tratado de Segurança Coletiva

PEV – Política Europeia de Vizinhança

PIB – Produto Interno Bruto

RFA – República Federal Alemã

TUE – Tratado da União Europeia

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

1. Introdução

O século XX e o presente foram sem dúvida marcantes para a história mundial e para a definição da geopolítica a nível global que hoje cunha as relações entre as potências. Estas marcas profundas foram resultado de duas guerras mundiais no mesmo século, de uma guerra fria entre as duas maiores potências à época e também de graves crises económicas que se podem delimitar entre a crise económica de 1929 e a atual crise financeira, que abala todo o mundo, e que teve o seu início em 2008 nos Estados Unidos da América. Assim, as mudanças que ocorreram em pouco mais de cem anos foram drásticas e a própria delimitação do mundo como o conhecemos atualmente foi alterada, fruto de um processo evolutivo, marcado pelos aspetos referidos anteriormente e que em muito influenciaram não apenas as mudanças vincadas nos países, povos e sociedades mas no próprio mundo em si. Todas as mutações ocorridas levaram ao mundo atual e às relações entre as potências, sendo estas por vezes ainda marcadas pelos fantasmas do passado.

Com a viragem do século XX para o atual as mudanças não pararam, mas deu-se sem dúvida alguma uma redução da alucinante transformação que o mundo vinha a sofrer. O século XXI está a ser marcado pela estabilidade e pela procura de entendimentos entre as potências que ficaram manchados com o que aconteceu no passado, dando-se em certas regiões conflitos étnicos, culturais, religiosos e mesmo independentistas, resultantes das mutações infligidas apressadamente no pós-guerras. A renovação de século foi quase como que um virar de página para o mundo. Este trazia consigo o final da guerra fria que assombrava o mundo há mais de meio século, logo no pós-2^a Guerra Mundial. Com a entrada em ação de alguns líderes políticos nomeadamente na União Soviética, o fim da guerra fria foi facilitado. Esta resultou em muito da destituição da União Soviética que daria lugar a uma comunidade de estados independentes, sendo que das cinzas desta dissolução emergia uma Rússia muito abalada a todos os níveis e quinze novos estados independentes. Contudo, muitos outros continuaram sob a alçada da Rússia e mesmo alguns dos estados independentes que resultariam da dissolução da União Soviética beneficiariam estando junto do gigante de leste. Apesar disso, os movimentos independentistas e os conflitos no interior de algumas regiões russas têm vindo a ganhar força, sendo sempre oprimidos pelo estado russo, os mais inconformados continuam a ser os chechenos. Com o final do mundo

bipolar entre os Estados Unidos da América e a União Soviética, abrem-se as portas para a aparição em força da União Europeia.

A Europa, palco principal de duas guerras mundiais, necessitava de algo para manter a paz no território, pois não aguentaria de certeza uma terceira guerra. Foi assim criada uma comunidade de estados com base em elementos económicos e pacifistas entre seis países, a Comunidade Económica do Carvão e do Aço. Mais tarde com a manutenção da paz a ser bem conseguida a comunidade foi sendo alargada e a sua designação e objetivos também, passando a ser Comunidade Económica Europeia e, mais tarde, já na viragem do século em 1992 a União Europeia. Assim, a viragem de século traria o fim de um gigante e o despertar de outro que ansiava há muito que o soltassem. A União Europeia foi sendo sucessivamente alargada e atualmente conta já com

28

Estados-membros. Os alargamentos têm-se verificado sobretudo a leste, englobando algumas das antigas repúblicas soviéticas, o que não agrada particularmente à Rússia.

A relação entre a Rússia e a União Europeia no presente século tem vindo a ser marcada por altos e baixos nas mais variadas matérias, mas sem dúvida alguma que a energia é um ponto de tensão entre as duas potências. A União Europeia é parca em recursos energéticos, principalmente em combustíveis fósseis, sendo a Rússia um dos principais países exportadores, com o gás natural a ser o que desperta maior dependência por parte da União Europeia. A Rússia como beneficiária que é desta situação não tem por hábito discuti-la aquando das cimeiras ou reuniões entre as duas potências pois sabe que o norte e centro da Europa são extremamente dependentes do gás natural que provêm das suas reservas. A rede de gasodutos russa é bem extensa e envolve toda a Europa. Para além da pouca abertura para o diálogo por parte das entidades decisoras russas face a esta questão e da União Europeia também não tocar no assunto por receio de um aumento dos preços ou pior de um corte de abastecimentos, também o poder dos *lobbies*, neste caso, do gás natural é imenso com grandes companhias a beneficiar com lucros enormes desta situação.

A procura por alternativas a esta dependência tem sido realizada por parte da União Europeia, com a aposta nas energias renováveis a ser cada vez maior e com a procura de outros pontos de importação de gás natural. Ainda assim, estes esforços não chegam para fazer face à dependência que se tem vindo a acentuar nos últimos anos e o gás natural proveniente do Magrebe pode vir a ser uma alternativa a ter conta. As energias renováveis, apesar de estarem a ser mais exploradas, ainda têm pouco impacto

no consumo das populações e daí a aposta tem e deve ser maior por parte dos países, para que além de proporcionar uma redução da dependência russa possa também resultar numa União Europeia com uma consciência mais verde. Assim haverá lugar a um maior desenvolvimento sustentável de uma potência que tem vindo a sofrer e muito com as crises de que tem sido alvo, desde o século passado, com as guerras, as crises, as questões das independências de estados e com a crescente vaga de globalização e a procura por acompanhar o ritmo das potências mundiais aumenta a sua sede por recursos energéticos e, conseqüentemente, a sua dependência em termos principalmente de gás natural da Rússia.

1.1. Tema e âmbito do estudo

A dependência energética em termos de gás natural da União Europeia face à Rússia é uma das questões mais sensíveis nas relações entre as duas potências. A Rússia beneficia de recursos naturais que lhe permitem ser uma das maiores produtoras e exportadoras de recursos energéticos a nível mundial ao invés da União Europeia que é parca em recursos e tem de importar a grande maioria da energia que consome. Neste campo a Rússia assume-se como a principal e mais importante fornecedora de recursos energéticos da União Europeia o que conseqüentemente leva a uma dependência principalmente em termos de gás natural. Esta dependência é acentuada principalmente nos países do norte e centro europeus, uma vez que o sul tem outros países e regiões dos quais importa gás natural, como os países do Magrebe e a Nigéria, entre outros. O norte e centro europeus têm assim que fazer face a esta situação apostando em energias renováveis e noutras regiões de importação de gás natural.

As relações entre a União Europeia e a Rússia são realizadas a todos os níveis, existindo contudo assuntos difíceis entre as potências, um deles é este da energia. A energia é de importância crucial para a Europa e para a Rússia por razões diferenciadas o que implica uma interdependência. Para o gigante russo, o facto de ser rico em recursos energéticos, faz com que as grandes empresas que exploram as reservas de gás natural tenham um grande lucro uma vez que a União Europeia tem de comprar obrigatoriamente gás natural. Para a União Europeia é vital pelas mais variadas razões em termos de abastecimento, de aquecimento habitacional e, no caso do norte europeu,

devido à particularidade das casas possuírem praticamente todas, aquecimento faz com que o gás natural seja um bem decisivo e essencial.

Contudo as relações entre ambas as potências têm vindo a deteriorar-se, fruto de várias situações que foram acontecendo ao longo destes últimos anos, principalmente com antigas repúblicas soviéticas, como a Geórgia e a Ucrânia. Esta última está atualmente a ser palco de uma das mais graves crises a nível internacional desde o fim da Guerra Fria. Para fazer face a esta situação a Rússia tem vindo a implementar uma série de gasodutos que evitam a passagem pela Ucrânia uma vez que grande parte deles atravessam o território ucraniano com destino à União Europeia, o *Nord Stream* é um dos mais importantes, uma ligação direta entre a Rússia e a Alemanha através do mar Báltico. Outros dois projetos que se encontram em estudo e um deles já se encontra mesmo em andamento, são o *Nabucco Pipeline* e o *South Stream* ambos partem da Rússia com destino à Europa pelo mar Negro, também estes não atravessam território ucraniano.

Procurou-se assim com esta dissertação fazer uma análise sobre esta dependência, partindo primeiramente de um ponto de vista histórico, fazendo uma análise de ambas as potências e as políticas comuns, começando numa análise geral e histórica indo progressivamente a centrar no cerne da questão da dependência energética em termos de gás natural. Pretende-se ainda fazer uma síntese das consequências na política energética da União Europeia, podendo estas ser através da mudança de um ciclo reduzindo a dependência do gás natural e apostando nas energias renováveis, ou mesmo uma mudança de país fornecedor, colocando-se neste momento os Estados Unidos da América como principal candidato, com o gás natural de xisto. Estas mudanças poderiam e a acontecer trarão mesmo, mudanças também ao nível do modelo de desenvolvimento.

Apesar de já existir produção científica e académica acerca desta temática, ainda que dispersa, e muito pouca em português, não existe praticamente nada apenas sobre esta questão energética entre a União Europeia e a Rússia. A ambição de refletir acerca deste tema representa um desafio e ainda mais desafiante se tornou com as movimentações que foram ocorrendo ao longo do último ano com a questão ucraniana a ter novos desenvolvimentos, com a anexação da Crimeia¹ por parte da Rússia e com a

¹ A República Autónoma da Crimeia é uma região situada na zona sul da Ucrânia e que é banhada pelo mar Negro, sendo o centro de problemas constante entre a Ucrânia e a Rússia. Atualmente foi proclamada

posição da União Europeia e dos países presentes no G-8, resta analisar de que forma esta situação afetará a dependência energética que a União Europeia tem em termos de gás natural face à Rússia.

1.2. Metodologia e objetivos

Delineou-se como objetivo para esta dissertação a análise da situação que levou e leva à dependência em termos de gás natural da União Europeia face à Rússia. Contudo, pretendeu-se após a análise da dependência, procurar-se encontrar alternativas para fazer face à mesma, quer através das energias renováveis quer através de alternativas às importações, principalmente da região do Magrebe. Como questão de partida para esta investigação analisou-se historicamente o papel de ambas as potências ao longo dos anos mas principalmente as alternativas energéticas para fazer face a esta dependência. Esta questão faz com que se analise o papel histórico destes dois gigantes, a União Europeia e a Rússia, e, em jeito de conclusão, as alternativas energéticas à dependência.

Para tal, resolveu-se definir três objetivos principais que norteiam esta análise. O primeiro consiste em elucidar sobre a geopolítica desta relação de dependência, retratando a transição de século e as mudanças que foram levadas a cabo quer na Rússia com o fim da União Soviética, quer na atual União Europeia com a sua designação a ser alterada através de tratado em 1992, deixando de ser Comunidade Económica Europeia. Estas mudanças serão analisadas para melhor compreender as relações entre as duas potências. Como segundo objetivo, pretende-se analisar a política e as relações entre os vizinhos de cada uma das potências explanando os conflitos e as ligações mais relevantes. Estas relações de vizinhança são transversais, quer à União Europeia quer à Rússia, pois os seus intervenientes encontram-se ligados a ambos os lados e são de extrema importância para compreender a dependência em termos de gás natural da União Europeia face à Rússia. Como terceiro e último objetivo fazemos uma análise exaustiva a toda a dependência e às redes de gasodutos que se encontram espalhadas por toda a Europa oriundas da Rússia e conseqüentemente uma análise apresentando alternativas para fazer face à dependência do gás natural russo. Pretende-se analisar

independente com o apoio da Rússia e contra a opinião de toda a comunidade internacional. Esta questão será abordada com maior ênfase mais adiante nesta investigação.

especificamente como alternativas as energias renováveis e outros pontos de importação de gás natural nomeadamente do Magrebe utilizando o sul da Europa como ponto de entrada. Finalmente, realizar uma abordagem final que sintetiza toda esta dissertação.

A abordagem académica desta dissertação, mas principalmente a falta de estudos empíricos e estatísticas, aliados à limitação de tempo para a concretização da mesma, limitaram a investigação e tornaram este um estudo exploratório de uma temática inovadora e que pretende não só analisar a dependência de gás natural mas também apresentar alternativas à mesma. Contudo pretende-se que esta abra portas para novos estudos e reflexões sobre o tema, principalmente no que às alternativas respeita.

A análise bibliográfica foi fundamental para o enquadramento geopolítico das potências no contexto energético mas também num contexto geral. A definição de objetivos também se deveu a esta análise, sobretudo devido aos artigos científicos, académicos e aos relatórios das instituições internacionais, principalmente da União Europeia.

Numa vertente mais prática desta investigação realizou-se uma visita ao Porto de Sines, especificamente ao Terminal de Gás Natural da REN Atlântico², no sentido de melhor compreender o processo de trasfega do gás natural dos navios e o seu acondicionamento nos tanques e posteriormente o seu transporte até ao consumidor final. Esta visita foi fundamental para o processo de análise, mas contribuiu também para o objetivo de estabelecer alternativas de importação, pois o gás natural que chega a Portugal através do Porto de Sines é oriundo do Magrebe, da Nigéria e de outros pontos do globo consoante a atratividade do preço.

Para além dos pontos referidos anteriormente relativamente à metodologia, outro aspeto ao qual se dedicou grande esforço foi a realização de gráficos, tabelas, mapas, quadros, praticamente todos de elaboração própria, para melhor compreender e analisar os dados constantes das fontes bibliográficas.

Assim, a metodologia utilizada aliada aos objetivos definidos levam a que esta dissertação contenha elementos para analisar a dependência energética em termos de gás natural da União Europeia face à Rússia, mas simultaneamente e baseando-se na bibliografia utilizada procura apresentar alternativas à dependência. Estas

² O Terminal de Gás Natural de Sines apresenta instalações portuárias de receção e descarga de navios metaneiros, dois tanques de armazenamento de Gás Natural Liquefeito, instalações de processamento e despacho de gás natural para o gasoduto que liga o Terminal de Sines à rede de transporte de gás natural. Depois da sua construção teve uma primeira expansão em 2009 já concluída com a construção de um novo tanque de armazenamento de gás natural.

fundamentando-se nas energias renováveis e nas alternativas à importação serão expostas devidamente no seguimento deste estudo.

Espera-se, assim, que este estudo sirva para outros no futuro e mesmo para o aprofundamento de temáticas esclarecidas nos objetivos definidos.

1.3. Estrutura de investigação

A presente dissertação encontra-se estruturada em cinco capítulos, sendo eles a introdução, uma análise histórica, uma análise geopolítica, uma análise relativa à energia, à dependência e às opções futuras e, finalmente, as conclusões. Cada capítulo encontra-se dividido por pontos sendo o último capítulo o mais extenso estando dividido em sete pontos e subpontos.

Em primeiro lugar pretende fazer-se um introdução ao tema abordado, no caso específico a dependência em termos de gás natural da União Europeia face à Rússia explicando o que levou à escolha da temática, quais as metodologias de pesquisa aplicadas e tratando também de elucidar relativamente à estrutura de investigação. Para além de todos estes aspetos enumeram-se os objetivos que pretendem ser alcançados com esta tese.

Numa segunda fase realiza-se uma análise história, com base na geopolítica da União Europeia e da Rússia. Ambas as potências são analisadas tendo como base um período de tempo compreendido entre o início da década de 90 e a atualidade. Resolveu determinar-se o início da década de 90 pois foi um período de grandes mutações quer numa potência quer na outra. A maior mudança deu-se sem dúvida alguma no seio da Rússia que deixou cair por terra toda uma estrutura, uma ideologia, uma política, uma sociedade, basicamente passou de um estado comunista, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, para um estado democrático a Rússia. Esta mudança abrupta fruto de reformas levadas a cabo pelo último líder da União Soviética, deixaram marcas que mais tarde se viriam a revelar e que ainda nos dias de hoje são presença assídua nas relações da Rússia com os países vizinhos, principalmente com as ex-Repúblicas Soviéticas. A União Europeia também viu o início da década de 90 ser fundamental para os seus destinos, sendo a designação que atualmente se utiliza elaborada aquando do Tratado de Maastricht em 1992, passando assim a designar a antiga Comunidade

Económica Europeia como União Europeia. A definição de alguns dos conceitos chave utilizados ao longo deste estudo são também introduzidas nesta segunda fase. A Rússia tem uma grande preponderância neste segundo capítulo face a todas as mutações sofridas num curto período de tempo. Viu-se então mergulhada numa grave crise a todos os níveis, mas nunca descurando o seu papel como superpotência energética e fazendo uso do mesmo sempre que possível, na grande maioria dos casos com países que se encontram fortemente dependentes dela. Aborda-se ainda a aproximação da União Europeia e da Rússia por intermédio de acordos, tratados e cimeiras que abordam o difícil tema da energia, sendo também que foram criadas comissões para esta temática.

No terceiro capítulo, a política de cooperação das duas potências tem uma análise mais aprofundada com a análise dos Acordos de Parceria e Cooperação elaborados em 1994, mas também através dos diálogos em termos energéticos. Pretende ainda caracterizar-se a política energética europeia havendo necessidade de revelar os objetivos da mesma para melhor compreender a elevada dependência que se verifica face à Rússia. Ainda nesta parte do estudo pretende-se realizar com maior aprofundamento uma investigação acerca dos nacionalismos fruto de quezílias mal resolvidas aquando do desmembramento da União Soviética, exemplo disso a Guerra na Geórgia, também motivada por recursos energéticos, mas também a forte relação entre a Alemanha e a Rússia em termos de gás natural, com o *Nord Stream* o principal gasoduto de ligação à Europa, a ser disso modelo. A Alemanha é sem dúvida um dos países europeus que mais dependente é, sendo que mais de 50% do gás natural que consome a ser importado da Rússia. A Ucrânia também merece uma abordagem um pouco mais aprofundada por ser um gigante que se encontra no meio de gigantes, tendo a oeste a União Europeia e a este a Rússia. Ao longo dos últimos anos a Ucrânia tem sido palco de alguns momentos de tensão, com as guerras do gás e o atual conflito vivido no país a ser os mais tensos. Atualmente também o gás motivou em muito o momento que se está a atravessar, com a Ucrânia profundamente dividida entre os apoiantes de uma aproximação ao ocidente e os apoiantes de uma aproximação à União Europeia. A Rússia, no entanto, fazendo uso do enorme trunfo que tem em mãos de ser um gigante energético e de ter uma Ucrânia dependente do seu gás natural aproveitou para selar um acordo económico que mantém o país do leste europeu sobre a sua esfera de soberania. A União Europeia observa a situação com cautela pois também não pode causar momentos de tensão com a vizinha Rússia correndo o risco de ver os preços do

gás natural aumentarem e vendo países como a Polónia, a Alemanha e a Dinamarca, entre outros a verem a sua dependência sair-lhes cara.

No quarto capítulo encontra-se o cerne da questão de investigação sendo este o mais extenso devido à sua complexidade e importância para a temática desta dissertação. Este encontra-se dividido em três pontos principais, sendo que um deles se encontra dividido em mais três subpontos. A análise energética é fulcral, tanto do que se realiza atualmente em termos políticos como em termos de estudos para combater esta dependência que se vai tornando cada vez maior. Neste último capítulo é abordada a questão das energias renováveis com alternativa à dependência de recursos energéticos fósseis oriundos principalmente da Rússia. Esta aposta que tem vindo a aumentar com o decorrer dos anos assim como a dependência também tem vindo a sofrer tal mutação, tem novos objetivos que pretendem ser alcançados para que a Europa seja mais sustentável e autossuficiente em termos energéticos. Para além da questão das energias renováveis é também abordada a dependência em si, sendo feita uma análise sobre a “teia” que abastece a União Europeia e que tem a sua origem sobretudo na Rússia. Esta análise é realizada de forma mais detalhada em três pontos distintos que correspondem aos alicerces da teia energética que abastece a Europa, sendo eles o *Nord Stream*, o *South Stream* e o *Nabucco Pipeline*. A abordagem a cada um deles tem como objetivo demonstrar a dependência crescente do vizinho gelado. Para concluir este capítulo, o mais importante desta dissertação, abordaremos as perspetivas futuras desta dependência com a Rússia, bem como as alternativas à mesma que passarão, não apenas pelas energias renováveis mas também pela aposta em países alternativos à Rússia, nomeadamente oriundos do norte de África, sendo que o sul da Europa seria assim o ponto de entrada dos mesmos e tendo Portugal um grande porto de entrada de gás natural oriundo do Magrebe situado em Sines e que poderia ser relevante não apenas para fazer face a esta dependência mas também para o desenvolvimento da região e, conseqüentemente, do país que se estabeleceria assim como uma das principais portas de entrada para a União Europeia, dada a sua localização geográfica. A plataforma logística de Sines poderia ser ampliada para receber gás natural de qualquer região do mundo e face aos recentes acordos celebrados entre a União Europeia e os Estados Unidos da América, o Porto de Sines perfila-se para ser um dos principais portos de entrada pois a sua localização é bastante mais próxima o que reduziria os custos de transporte, mas para isso será necessário um investimento ao nível das infraestruturas de transporte a todos os níveis.

Na conclusão será sintetizada uma análise a todos os aspetos que contribuem para esta dependência, mas será principalmente realizada uma análise do futuro da dependência e o que está a União Europeia a construir para evitar que a mesma continue a aumentar ao longo dos anos. Esta luta tem de partir da própria União Europeia, pois a Rússia tudo fará para que a dependência se mantenha e aumente, sendo que as grandes empresas, que possuem *lobbies* fortíssimos junto das instâncias decisoras em Bruxelas também jogarão a favor da Rússia, pois o seu único objetivo é o lucro.

2. Geopolítica de uma relação de dependência

A Rússia e a União Europeia têm vindo a manter uma relação de proximidade com a assinatura de vários acordos aos mais diversos níveis, contudo esta é uma relação difícil com alguns momentos de distanciamento entre as duas potências e com momentos de grande proximidade, contudo existem assuntos que continuam a ser difíceis no seio de ambos os gigantes mundiais, sendo o da energia um dos mais importantes. A Rússia é um gigante energético a nível mundial e a União Europeia parca em recursos energéticos necessita de recorrer à importação dos mesmos. Assim, a Rússia torna-se a principal fonte de abastecimento energético da Europa, nomeadamente do norte e centro europeu, sendo a principal energia importada o gás natural.

A geopolítica entre a União Europeia e a Rússia, que analisaremos mais adiante, não deixa de ser marcada por momentos que foram fundamentais quer para uma potência quer para a outra. O final da 2ª Guerra Mundial foi fundamental para o projeto que daria origem anos mais tarde à União Europeia, e a queda do Muro de Berlim, em 1989, juntamente com o final da União Soviética em 1991, foram importantes para marcar aquilo que hoje conhecemos como Rússia. Contudo a Rússia ainda se encontra num processo mais embrionário, quer ao nível da política interna quer da política externa. Tantas foram as alterações e em tão pouco tempo, que foi difícil para os políticos e para os cidadãos assimilar as mesmas, a nível externo a perda do grande território bem como do poder que tinha aquando da União Soviética ainda não foram esquecidos pelos líderes, que tentam tornar a Rússia na grande potência que é fazendo jus ao grande território que continua a possuir. O sentimento nacionalista na Rússia ainda é muito forte e a perda do império soviético continua a pesar e muito em todas as decisões tomadas com o fantasma dos acontecimentos do passado a pairar sobre as mesmas. Embora a Rússia já tenha uma longa história, passando principalmente no último século por três mudanças estruturantes com a passagem de império, nos inícios do século XX, para um regime de ideologia comunista, marcado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), que durou até à viragem do século e neste momento, apresenta um regime democrático. Por seu lado a União Europeia, que resulta de uma comunidade económica instituída no pós-2ª Guerra Mundial foi crescendo e ramificando a sua vertente económica para outras que englobariam todos os domínios,

desde o político, ao social, ao monetário e mesmo os seus membros foram sendo continuamente englobados nesta comunidade que no início da década de 90 passaria a designar-se por União Europeia.

Com o virar da década surgia então a Rússia vinda de um período comunista e muito debilitada a nível económico, social e político e, simultaneamente, nascia a União Europeia em 1992, cada vez mais atraente face à prosperidade que granjeava junto da comunidade internacional. Os sucessivos alargamentos e a competitividade da mesma na época fizeram com que as ex-Repúblicas Soviéticas vissem na União Europeia um aliado seguro, ao invés de se unirem novamente com a Rússia numa experiência que deixou marcas e que ainda hoje não foi esquecida pela grande maioria. Assim, em 2004, aquando do maior alargamento alguma vez realizado pela União Europeia aderiram a esta três ex-Repúblicas Soviéticas, a Estónia, a Letónia e a Lituânia, estados do Báltico, que romperam de facto as suas relações com a Rússia, não tendo sequer aderido à Comunidade dos Estados Independentes (CEI). Assim, com os sucessivos alargamentos e o papel cada vez mais determinante da União Europeia no seio do mundo globalizado, assistimos a um processo de europeização, que se entende como um "processo de construção, difusão e institucionalização de regras formais e informais, procedimentos, políticas, estilos, modos de atuação, interesses e normas partilhados que são em primeiro lugar definidos e consolidados a nível das estruturas da União Europeia e depois incorporados na lógica do discurso doméstico (...) nas estruturas políticas e nas políticas públicas dos Estados-membros" (RADAELLI, 2003: 30).

Uns anos antes e quando a União Europeia se encontrava em pleno, criou-se com a Rússia, em 1994, os Acordos de Parceria e Cooperação (APC). Atualmente a Rússia e a União Europeia vão mantendo cimeiras e acordos conjuntos nas mais variadas matérias, mas o assunto difícil da energia continua sem ser muito debatido. A energia proveniente da Rússia para a União Europeia por via terrestre tem necessariamente de passar pelas antigas repúblicas soviéticas, e o gigante russo aproveita para pressionar as mesmas a não seguirem o rumo dos estados bálticos e para se manterem na sua esfera de influência ao invés da via europeísta. Estas pressões levaram a momentos de tensão entre os vários países envolvidos, principalmente entre a Rússia e os seus vizinhos da Europa de leste, nomeadamente a Ucrânia e a Bielorrússia. A Ucrânia marca a última destas pressões devido ao gás natural. O desejo de entrada na União Europeia e o de aproximação ao vizinho mais a leste marcam a divisão na opinião pública ucraniana, que se tem manifestado nas ruas contra e a favor do acordo

celebrado com a Rússia, que prevê a descida dos preços do gás natural consumido pelo país e uma ajuda económica. A Ucrânia é também a principal porta de entrada dos gasodutos russos para levar o gás natural produzido, para países do centro e norte da Europa.

2.1. Conceitos fundamentais

A relação entre a União Europeia e a Rússia é muito mais do que uma relação entre potências vizinhas. Em termos de política externa esta no seu contexto geral pode ser definida como um conjunto de objetivos estabelecidos por um determinado Estado com vista a alcançar boas relações com outros Estados do mundo. Esta é sempre planeada de modo a proteger os interesses nacionais, em especial a sua segurança nacional, a sua prosperidade económica e os seus valores. A política externa pode ter duas vertentes, uma pacífica, através da cooperação internacional e outra violenta, através da agressão e da guerra, geralmente as matérias em termos de política externa são determinadas pelo Primeiro-Ministro com o apoio do Ministro dos Negócios Estrangeiros. A política externa entre a Rússia e a União Europeia marca-se pelas cimeiras realizadas mas também pelos acordos celebrados, sendo o mais importante o APC. Contudo apesar da aproximação notória que se fez desde a viragem do século entre a União Europeia e a Rússia, a questão que se mantêm ainda pouco ou nada debatida em termos de política externa e de cooperação é a questão energética, com a dependência da União Europeia face à Rússia a ter tendência a agravar-se se não forem encontradas alternativas “A dependência energética europeia tem consequências para a nossa economia. Compramos petróleo aos países da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP)³ e à Rússia, e gás natural à Rússia, Noruega e Argélia. Esta situação implica, para nós, uma perda de riqueza superior a 350 mil milhões de euros por ano, que não cessa de aumentar. Não nos resta, por conseguinte, outra opção: a Europa deve ser eficaz, solidária e ambiciosa para poder diversificar as suas fontes de energia e as respetivas rotas de aprovisionamento” (COMISSÃO EUROPEIA 2012: 4).

³ Organização de Países Exportadores de Petróleo (OPEP) é uma organização internacional criada em 1960, tem como objetivo coordenar e centralizar a política petrolífera dos países membros. Tem como membros a Arábia Saudita, o Irão, o Qatar, o Kuwait, o Iraque, a Venezuela, a Líbia, os Emirados Árabes Unidos, a Argélia, a Nigéria, o Equador e Angola, num total de 12 países, sendo a maioria nações árabes.

A energia é um bem essencial para a população e a União Europeia com poucos recursos energéticos tem de recorrer à importação. É essencial para as deslocações, para a eletricidade, para o desenvolvimento dos setores da economia, nomeadamente o primário, o secundário e o terciário. Para além destes aspetos é essencial para o aquecimento, razão pela qual o gás natural, originário da Rússia, é tão fundamental para o norte e centro europeus.

O gás natural é um combustível fóssil formado através da mistura de hidrocarbonetos inflamáveis que se encontra em rochas sedimentares na crosta terrestre, geralmente associado ao petróleo. É um dos três maiores combustíveis fósseis do planeta juntamente com o carvão e o petróleo. Resultante da decomposição de matéria orgânica. O gás natural é uma mistura constituída por metano, etano, propano e butano, variável consoante o local onde é produzido e as características do solo, para além disso varia com o seu processo de produção, assim como pelo processo de acondicionamento e transporte, sendo uma energia não renovável (ver figura I, em anexo). A grande maioria de gás natural foi formado pelo tempo, podendo encontrar-se ou não em depósitos petrolíferos. Para além disso pode ter duas proveniências, os gases biogénicos e termogénicos. Os gases biogénicos são formados a partir de micro-organismos metanogénicos, em pântanos ou ainda em aterros sanitários enquanto os gases termogénicos são formados a partir de material orgânico que se encontra a grandes profundidades e com grande pressão. Antes do gás natural poder ser utilizado, passa por um processo de tratamento para retirar as impurezas, incluindo a água, para satisfazer as necessidades de um gás natural comercializável. Neste processo são retirados componentes como o etano, os hidrocarbonetos pesados, o dióxido de carbono, o hélio e o nitrogénio. Depois de tratado e pronto a transportar, este gás é normalmente transportado por gasodutos mas também pode ser liquefeito, o denominado Gás Natural Liquefeito (GNL). O GNL é basicamente a mudança do gás natural do estado gasoso para o estado líquido, mas devido às características de alguns gases entre os quais o metano, esta mudança ocorre através de processos de refrigeração, reduzindo a sua temperatura até ao -165° celsius. As características do GNL são o facto de ser incolor e inodoro (sendo necessário acrescentar aroma para a sua utilização comercial). Após todas as transformações pode ser transportado muitas vezes por intermédio de navios ou mesmo de viaturas rodoviárias.

Os gasodutos são a principal forma de transporte de gás natural para a União Europeia, oriundo da Rússia. Por gasoduto entendemos, um conjunto de tubagens para

transportar gás natural que ligam um ponto a outro. Na sua composição englobam pontos estratégicos de filtração para obtenção de um melhor produto final. Para a construção e montagem de um gasoduto existem etapas a cumprir. A primeira das quais é a elaboração de um corredor para a colocação das tubagens, com a largura previamente determinada para cada projeto, segue-se a colocação dos tubos ao lado do local onde serão colocados definitivamente, perfilando-se ao longo do corredor. A terceira etapa é a soldagem dos tubos, um a um, que pode ser manual recorrendo a trabalhadores especializados ou mecanicamente através de máquinas automáticas, mas em qualquer dos casos após a soldagem é necessário realizar inspeções para detetar possíveis falhas. Estas inspeções podem ser realizadas através de gamagrafia (um tipo de raio x), ultrassons e testes hidrostáticos (como o próprio nome indica são testes recorrendo a água sob uma grande pressão a atuar durante algumas horas na coluna de tubos e depois de feito verificasse se existiu alguma fuga). A quarta etapa da montagem de um gasoduto é a abertura da vala, para enterrar os tubos já soldados e verificados, seguida da sua cobertura. Por último procede-se à recomposição do corredor, para que o local onde passa o gasoduto volte a ter o aspeto que tinha anteriormente. Por norma um gasoduto nunca apresenta vestígios da sua existência à superfície à exceção das estações construídas ao longo do mesmo para garantir a sua segurança e possibilitar a sua manutenção.

O gás natural e a sua produção originam grandes companhias multinacionais com grande poder a nível mundial, muitas delas interferem mesmo em decisões estatais com a pressão que fazem, o chamado *lobby*. São muitas as multinacionais do gás natural com grande poder de influência no mundo, entre elas destacar a Gazprom, empresa russa, a Iberdrola, empresa espanhola, a Exelon, empresa norte-americana, a Électricité de France (EDF), empresa francesa, a British Gas Group, empresa do Reino Unido, a E.ON, empresa alemã, entre muitas outras. As multinacionais têm um grande poder para influenciar as decisões ao mais alto nível, o *lobby* está presente em várias organizações internacionais, bem como no seio das esferas governativas dos Estados. Na Rússia o *lobby* tem um poder muito forte para influenciar as decisões do poder central, em grande parte devido à multinacional Gazprom. Assim como na Rússia também na União Europeia o *lobby* das grandes multinacionais está bastante bem posicionado. O gás natural é sem dúvida uma das principais formas de pressão da Rússia para com os seus vizinhos, ex-Repúblicas Soviéticas, bem como para o seu vizinho gigante, a União Europeia.

2.2. Relação entre as duas potências

A União Europeia nasce da visão política mas também económica no pós-2ª Guerra Mundial. Esta marcaria o fim das relações entre as grandes potências da Europa e das relações entre os povos como até aqui se conheciam. A devastação sofrida pelo velho continente palco das batalhas travadas entre os aliados e as potências do eixo tornou muito mais penosa a recuperação económica, social e também política. Foram vários os movimentos que surgiram através dos pensadores e intelectuais da época, mas eram duas as grandes correntes seguidas e com mais força e que mesmo nos dias de hoje mantêm acesa a discussão em torno desta mesma questão, “A diversidade de movimentos que floresceram na pós-segunda guerra agrupava-se, esquematicamente, em duas correntes principais: os federalistas e os unionistas. Os federalistas eram defensores de uma organização europeia com base numa estrutura central federal, ou seja, de um governo europeu com verdadeiros poderes de decisão. [...] Os unionistas, por sua vez, eram partidários de laços menos fortes de associação europeia, no quadro essencial da cooperação entre Estados que preservariam o essencial das suas prerrogativas soberanas” (SILVA, 2010: 29/30).

A União Europeia é então uma união económica e política que conta atualmente com vinte e oito Estados-membros independentes. Originária das cinzas da 2ª Guerra Mundial, mais concretamente da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), instituída através do Tratado de Paris, em 1951, foi impulsionada por dois visionários, Robert Schumann e Jean Monnet, e contava com a participação de seis países, França, Itália, Bélgica, Luxemburgo, Países Baixos e República Federal Alemã (RFA). Alguns anos mais tarde, em 1957, aquando do Tratado de Roma foi criada a Comunidade Económica Europeia (CEE), com a finalidade de estabelecer um mercado comum europeu. Cerca de uma década mais tarde, em 1965, a CECA fundiu-se com a CEE, no Tratado de Bruxelas ou Tratado de Fusão. A CEE passou assim a ser a principal comunidade impulsionando a união no seio da Europa e foi crescendo com o passar do tempo, sofrendo alargamentos sucessivos. Em 1973, aderiram o Reino Unido, a Irlanda e a Dinamarca, a que se seguiram, em 1981 a Grécia e, em 1986, Portugal e a Espanha. A União Europeia nasceria oficialmente em 1992, com o Tratado de Maastricht ou Tratado da União Europeia (TUE), e passaria a contar com uma vertente de união política para além da integração económica que já se verificava desde o nascimento da CECA “ (...) com uma estrutura complexa, consumou o relançamento da integração

assente em três pilares (Comunidade Europeia, Política Externa e de Segurança, Justiça e Assuntos Internos, e configurou duas vertentes fundamentais: o início da união política e a realização de uma união económica e monetária” (SILVA, 2010: 211). Contudo as políticas comunitárias têm algumas lacunas e exemplo disso é a atual crise financeira que se instalou um pouco por todos os países da União Europeia com especial incidência nos países do sul da Europa.

Os países que compõem atualmente esta união são a França, a Alemanha, a Itália, os Países Baixos, o Luxemburgo, a Bélgica, o Reino Unido, a Irlanda, a Dinamarca, a Grécia, a Espanha, Portugal, a Suécia, a Áustria, a Finlândia, o Chipre, a Eslováquia, a Eslovénia, a Estónia, a Hungria, a Letónia, a Lituânia, Malta, a Polónia, a República Checa, a Bulgária, a Roménia e a Croácia (ver figura 1). Destes apenas dezoito se encontram na chamada zona euro criada em 1999, ou seja, adotaram o euro como moeda oficial. Para além destes, existem cinco países candidatos, a Turquia, a Islândia, a Macedónia, a Sérvia e o Montenegro e um país requerente, a Albânia. A União Europeia conta agora com a atual crise que está instalada na Ucrânia e poderá ver mais um país com o estatuto de candidato, tendo contudo de ter em atenção o facto de a Ucrânia ser um gigante que precisa de uma grande ajuda a nível económico e face à atual crise financeira poderá não ser uma opção a ter em conta num futuro imediato, mas a considerar o apoio que terá de ser dado ao país por parte da União Europeia.

A União Europeia atua através de um sistema de instituições supranacionais independentes e de decisões intergovernamentais entre os Estados-membros. As mais importantes para o processo decisório são a Comissão Europeia, o Conselho da União Europeia, o Conselho Europeu, o Banco Central Europeu (BCE) e o Parlamento Europeu, eleito de cinco em cinco anos pelos cidadãos europeus. Existem, no entanto, um conjunto de leis aplicáveis a todos os Estados-membros e as próprias políticas da União Europeia têm por objetivo assegurar a livre circulação de pessoas, bens, serviços e capitais, legislar assuntos comuns na justiça e manter políticas comuns de comércio, agricultura, pescas e desenvolvimento regional. Para além destes aspetos a nível interno, a nível externo existem missões diplomáticas permanentes, na Organização das Nações Unidas (ONU), na Organização Mundial do Comércio (OMC), no G-8 e no G-20.

Em termos energéticos, a União Europeia importa mais de 50% da energia que consome, enquanto a restante é produzida dentro dos Estados-membros. O poder legislativo em matérias energéticas encontrava-se sob a tutela das instituições europeias, algo que vem já desde os seus primórdios na CECA. A introdução da política energética

européia foi aprovada em Conselho Europeu em 2005. A estratégia definida visa o aumento da concorrência no mercado interno, o incentivo ao investimento e o aumento da interligação entre as redes de eletricidade. Visa ainda diversificar as fontes de energia e o estabelecimento de um novo tratado para a cooperação energética com a Rússia. Estabelecer relações de maior proximidade com os países ricos da Ásia Central bem como do Norte de África. A aposta nas energias renováveis também é cada vez mais forte, para fazer face aos elevados custos da importação. A maior preocupação da União Europeia é sem dúvida a elevada dependência face à Rússia, principalmente em termos de gás natural. Esta questão é pouco debatida nas reuniões e cimeiras entre as duas potências, uma vez que à Rússia como é óbvio não lhe convém muito debater um tema que tem demasiada importância nas suas políticas, a todos os níveis, mas particularmente nos domínios da política externa e económica do governo de Moscovo.

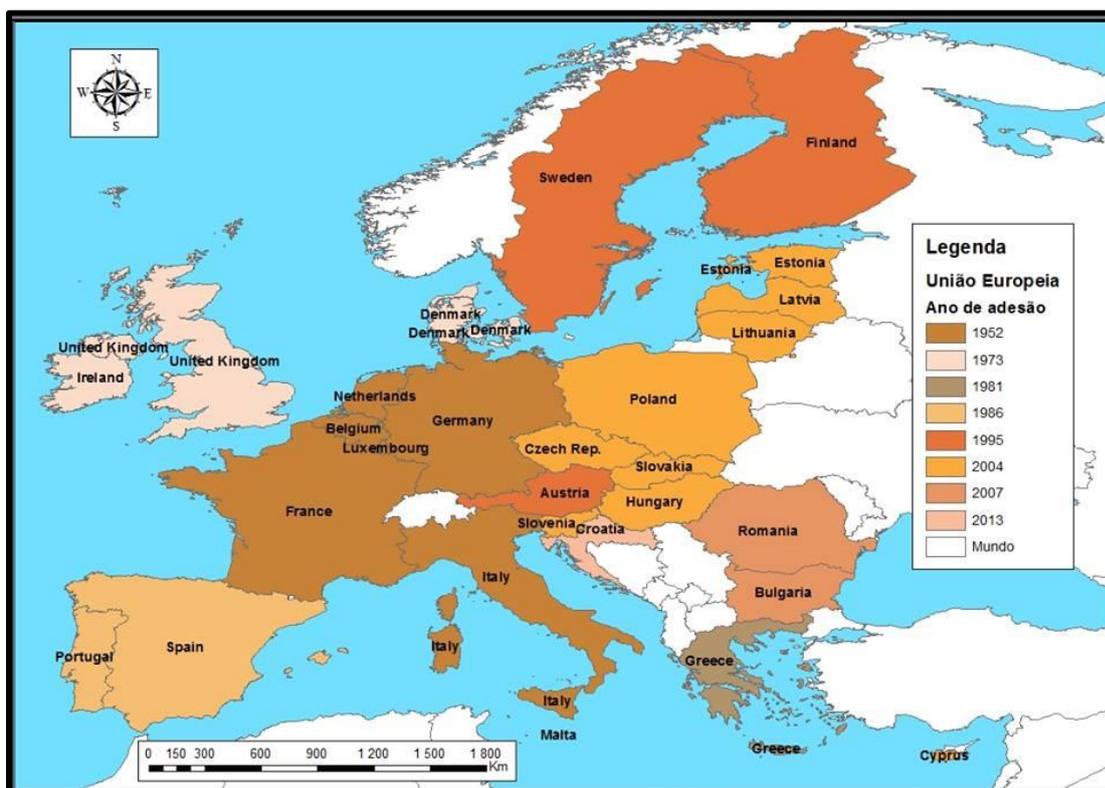


Figura 1 – A União Europeia e os sucessivos alargamentos

Fonte: (http://europa.eu/about-eu/countries/index_pt.htm, última visualização em Maio de 2014)

Elaboração: Nuno Cunha

A Rússia foi sem dúvida alguma o país que mais mutações sofreu nas últimas décadas. Continua a ser o maior país do mundo mas perdeu muito do poderio a nível internacional que tinha enquanto ainda se denominava por União Soviética em que a área do país era consideravelmente maior. Para além destas mudanças ao nível das suas

fronteiras, também teve mudanças estruturantes aos mais diversos níveis não sendo por isso de estranhar uma espécie de “apagão” que se deu no país durante alguns anos, coincidindo o ressurgimento do país curiosamente com a chegada ao poder de Putin que se mantêm nos mais altos cargos do país até aos dias de hoje. A Federação Russa ocupa cerca de 1/8 da superfície terrestre do planeta, mas embora a sua grandeza em termos físicos é um país com uma população relativamente reduzida, a que acresce o facto de a população que habita no país ser de diferentes etnias, sendo o ambiente multicultural mas simultaneamente de tensão entre as diversas partes que têm que coabitar no mesmo espaço físico. Este problema tem vindo a ser agravado com o facto de a Rússia ser um polo de atração à semelhança da União Europeia, para emigrantes de países com mais dificuldades, a grande maioria oriunda das ex-Repúblicas Soviéticas e da Ásia Central. A Federação Russa faz fronteira terrestre com catorze países sendo eles, o Azerbaijão, a Bielorrússia, a China, a Coreia do Norte, a Estónia, a Finlândia, a Geórgia, o Cazaquistão, a Letónia, a Lituânia, a Mongólia, a Noruega, a Polónia e a Ucrânia (ver figura 2).

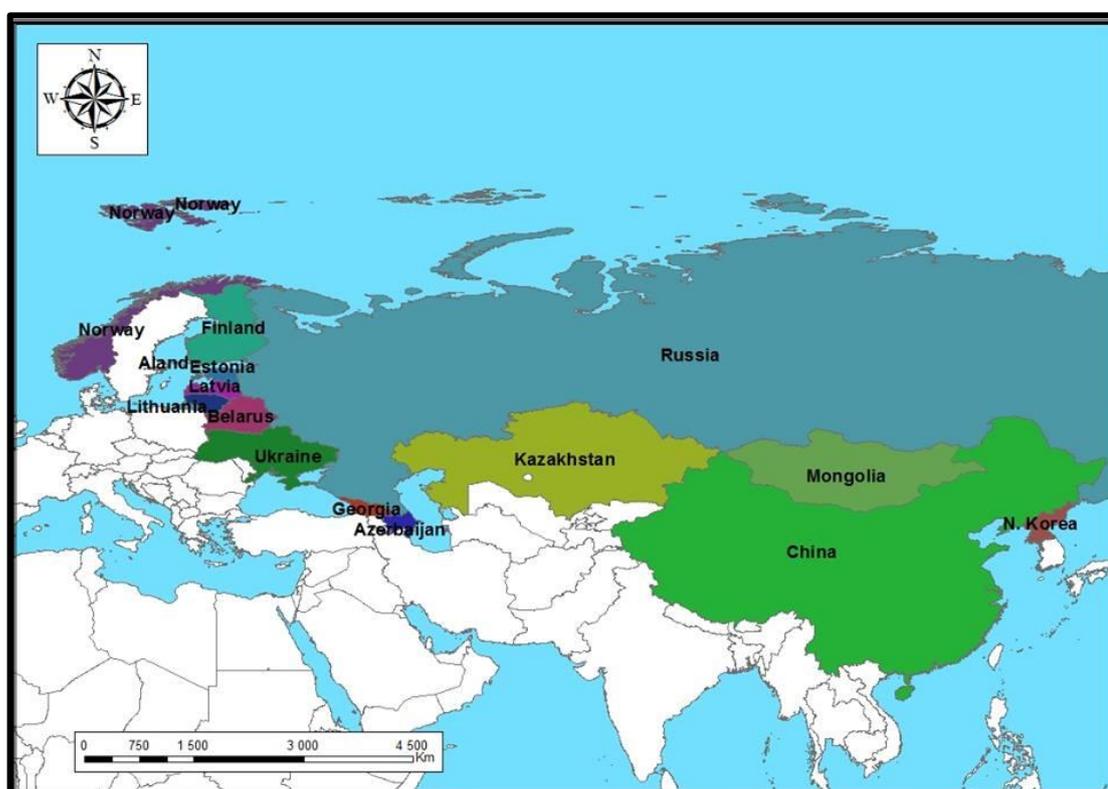


Figura 2 – Países que fazem fronteira com a Rússia

Fonte: (<http://www.worldatlas.com/webimage/countrys/asia/ru.htm>, última visualização em Maio de 2014)

Elaboração: Nuno Cunha

A Rússia é uma democracia federal, que apresenta a separação de poderes entre o legislativo, o executivo e o judicial sendo que as decisões são tomadas na Assembleia Federal. Esta é uma câmara bicameral, constituída por uma câmara baixa, a Duma que conta com 450 deputados, que podem ser eleitos com mais de vinte e um anos e portadores de nacionalidade russa, todas as leis a aplicar têm de ser aprovadas com maioria absoluta e uma câmara alta, o Soviete da Federação composto por 166 membros, indicados por cada um dos 83 distritos russos. O Presidente da Rússia é o chefe de Estado e escolhe também o Primeiro-Ministro, embora necessite do consentimento da Duma, sendo eleito através do sufrágio universal direto, para um mandato de seis anos.

Em termos económicos a Rússia possui uma economia de mercado, com enormes recursos naturais, principalmente de petróleo e de gás natural. Após alguns anos conturbados com uma série de reformas a nível económico que levaram numa primeira fase ao fim da União Soviética e, numa segunda fase, a uma grave crise económica que levou à queda do Presidente Yeltsin, a Rússia apresenta atualmente um maior consumo interno e uma maior estabilidade política, o que tem impulsionado o crescimento económico. Os acordos assinados com a União Europeia e com outros parceiros a nível mundial, entre os quais a China, contribuíram também para este crescimento. Os recursos naturais entre os quais o gás natural correspondem a mais de 80% das exportações russas. A União Europeia e a China colocam-se como os grandes importadores de recursos energéticos russos, devido principalmente à localização geográfica. A Rússia está a apostar forte também ao nível dos BRICS⁴, pois este bloco económico que se encontra em desenvolvimento e que engloba algumas das economias que mais cresceram nos últimos tempos, vêm na Rússia o aliado económico ideal. A Rússia por sua vez vê nestes países em grande desenvolvimento como a China, a Índia e o Brasil os consumidores perfeitos dos seus recursos energéticos. Para além deste aspeto ao longo dos anos esta “união” económica entre estes quatro países foi dando origem também a uma “união” política, com os países em questão a fazerem valer as suas

⁴ É uma sigla que refere em termos económicos quatro países, sendo eles o Brasil, a Rússia, a Índia, a China e desde 2011, a África do Sul. Este termo foi criado e utilizado pelo economista Jim O'Neill, para destacar estes países em desenvolvimento, que representam mais de 40% da população mundial e que adotaram o capitalismo global alterando os seus sistemas políticos. Cada uma destas potências tem algo a seu favor, a China e a Índia, com crescimentos económicos elevados, podem vir a tornar-se nas principais fornecedoras de produtos manufaturados e de serviços, por outro lado a Rússia e o Brasil tornar-se-ão nos principais fornecedores de matérias-primas com a Rússia a dominar no gás natural e no petróleo e o Brasil, na soja e no ferro.

posições para definir objetivos comuns nas instituições internacionais em que participam fruto do forte poder que possuem na economia mundial.

Para além dos aspetos geográficos, políticos, económicos e sociais, existem também os aspetos energéticos. Estes, de extrema importância para a Rússia devido ao seu peso quer na economia, quer na sua política externa e no peso do país no âmbito internacional. A Rússia é um gigante energético, sendo o maior produtor de petróleo fora da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), e o segundo maior do mundo, só ficando atrás da Arábia Saudita. O carvão também se encontra presente na Rússia tendo a segunda maior reserva, bem como a eletricidade sendo o terceiro maior produtor, e a energia nuclear para fins civis, ocupando o quarto lugar como produtor. Para além do petróleo, o país possui as maiores reservas mundiais de gás natural, sendo o segundo maior produtor e exportador. Os seus gasodutos estendem-se por todo o país e são a principal fonte de abastecimento de muitos outros quer ex-Repúblicas Soviéticas, e também da União Europeia. Os gasodutos oriundos do país dispersam-se por toda a fronteira terrestre com a União Europeia mas também por fronteiras marítimas como os gasodutos presentes no Mar Báltico e no Mar Negro. Para além da rede já existente, muitos projetos encontram-se em andamento ou em fase de análise para a construção de novos gasodutos no país, quer para transporte de gás natural internamente de um ponto para outro do país como para o exterior, para outros pontos da Europa, o que torna uma já dependente União Europeia, ainda mais dependente. Os dois principais gasodutos que fornecem a União Europeia são o *Nord Stream*, situado no Mar Báltico e o *South Stream*, que atravessa vários países da Europa Central. O gás natural é sem dúvida um dos maiores trunfos da Rússia que “ (...) gere um conjunto de dependências dos países pós-soviéticos. Primeiro, a dependência energética, instrumentalizando os seus portentosos recursos energéticos, bem como a sua centralidade e o controlo das redes de oleodutos e gasodutos, a partir quer da posição dominante de gigantes empresariais russos no mercado energético, quer [...] do “preço político”: consoante a sua interpretação sobre o comportamento dos países pós-soviéticos, os seus vizinhos pagam bem a energia que consomem a preços amigáveis – muito abaixo do preço real no mercado (...) ” (TOMÉ, 2007: 38/39). Assim, sem dúvida que os recursos energéticos são a principal mais-valia da Rússia para os seus parceiros e para as relações a nível internacional, fazendo muitas vezes valer o seu ponto de vista através de pressões. A dependência tende a agravar-se se não forem encontradas soluções para fazer face à situação.

2.2.1. O renascer das cinzas

A Federação Russa é um parceiro natural da União Europeia, sempre o foi ao longo dos tempos, contudo foi sofrendo várias mutações motivadas pelo “clima” vivido. A última das quais foi o culminar de um ciclo e o iniciar de outro. A Federação Russa terminou um período marcado pela ideologia comunista, no início da década de 90, a URSS conheceria o seu fim e tornaria as relações entre a Rússia e a União Europeia, na altura ainda Comunidade Económica Europeia (CEE), mais fáceis. A todos os níveis a relação entre ambas as potências foi conturbada ao longo do tempo, fruto principalmente da falta de implementação de um regime e de uma ideologia política durante um largo período, o que também faz com que a classe decisória na Rússia, não tenha bases sólidas para iniciar um relacionamento duradouro com os seus vizinhos ao nível da política externa, nomeadamente a União Europeia.

Para compreendermos o atual enquadramento da Rússia no mundo globalizado de hoje em dia é pertinente fazer uma rápida análise ao contexto histórico que trouxe a Federação Russa ao ponto em que hoje em dia se encontra.

A dissolução da União Soviética foi sem dúvida alguma um marco essencial para contextualizar e compreender a Federação Russa, aconteceu num curto espaço de tempo e terminou em 1991. Nesta fase de mudança surgem duas figuras fundamentais, uma é Mikhail Gorbachov e a outra é Boris Yeltsin. O primeiro fica na história como o último líder da União Soviética, embora não querendo que as medidas que tomou enquanto esteve no poder levassem a esse mesmo fim, estas acabaram por se revelar inevitáveis, foram elas a reforma política, *glasnost*, e a reforma económica, *perestroika*. Este programa reformista teve nestas duas palavras aquilo que Gorbachev pretendia executar na União Soviética, uma reestruturação (*perestroika*) e uma maior transparência (*glasnost*) no processo governativo. Ambas tiveram um papel preponderante na perda de poder do Partido Comunista no seio da União Soviética o que levou ao fim da mesma e ao fim também da Guerra Fria. A *perestroika* implementada em 1985, permitiu uma modernização das estruturas económicas, deu-se também uma aproximação ao ocidente, através de medidas mais permissivas como a autorização para empresas privadas em território russo, bem como uma maior autonomia de gestão concedida às empresas estatais. Contudo esta política económica não teve os efeitos pretendidos. Contudo, a *glasnost* teve efeitos mais positivos com a libertação de várias centenas de dissidentes, com a concessão de várias facilidades aos

judeus soviéticos que desejavam emigrar para Israel e também com uma abertura cultural. Para além destas e talvez a medida mais em prol da democratização do país foram as revisões constitucionais de 1988 e de 1990, que introduziram mudanças no funcionamento do Partido Comunista, diminuindo o seu papel de centralização, dando mais poder aos soviets o que permitiu abrir uma via para o multipartidarismo. Com o fracasso da *perestroika* e com a *glasnost* a ficar aquém das expectativas começaram a surgir as vozes críticas a Gorbatchov. A contribuir para estas críticas estavam também o descontentamento social devido à situação difícil em que o país se encontrava, bem como a explosão dos nacionalismos em certos países dentro da União Soviética. Para fazer face à crescente tensão no país, deu-se um reforço na repressão da população, com os serviços secretos (KGB⁵) e o Partido a serem dotados de mais poder, o que levou a uma maior impopularidade por parte de Gorbatchov. Assim, em agosto de 1991, oito Repúblicas da ex-União Soviética proclamam-se independentes e em dezembro do mesmo ano a Rússia, a Ucrânia e a Bielorrússia proclamam o fim da União Soviética e o nascimento da Comunidade de Estados Independentes (CEI) à qual viriam a aderir mais onze das ex-repúblicas soviéticas.

A segunda figura fundamental nesta nova fase para a União Soviética em particular e para o mundo em geral foi Boris Yeltsin, o primeiro Presidente da Federação Russa, eleito em 1991 aquando da queda da União Soviética. Foi responsável por um vasto programa de reformas económicas radicais com o objetivo de reestruturar o sistema económico da Rússia, passando esta de maior economia socialista fruto de muitas décadas sobre a tutela do comunismo para uma economia de mercado. Assim, surgiram medidas de encontro a este objetivo, como a liberalização do comércio exterior, dos preços e da moeda, bem como uma política de estabilização, tendo medidas austeras como base para controlar a inflação. Contudo certas medidas levadas a cabo por Yeltsin, tais como a subida das taxas de juro, o aumento dos impostos, o fim dos subsídios para as empresas e os cortes sociais, levaram a uma subida consequente dos preços, o que ditou o fracasso traduzido por uma depressão económica. A política de privatizações também levada a cabo previa a distribuição das propriedades estatais, mas estas foram oportunidades para grupos de magnatas das mais variadas áreas,

⁵ O KGB era o Comité de Segurança do Estado, e era a principal organização de serviços secretos da antiga União Soviética e que esteve no ativo entre 1954 e 1991. Era uma polícia federal que protegia e defendia os interesses do estado mas realizava em simultâneo, operações de espionagem no estrangeiro. Após o desmembramento da União Soviética o serviço foi dividido em dois, a vertente interna, Serviço Federal de Segurança da Federação Russa (FSB) e externa, Serviço de Informação Estrangeira (SVR).

conhecidos como oligarcas. Com esta distribuição de propriedade pela população que deveria fomentar a iniciativa privada apenas contribuiu para que os oligarcas ficassem ainda mais ricos. Em termos políticos teve de lidar com uma crise parlamentar que acabou por resultar na dissolução do Soviete Supremo, tendo Yeltsin começado a governar por decreto. Com esta dissolução foi instituída a Duma, a atual Câmara Baixa do parlamento. Para além destes problemas políticos e económicos surgiram também outros como a Guerra na Chechénia, os conflitos raciais e étnicos bem como os problemas do próprio presidente com o alcoolismo. Depois de todas estas questões e de ter tido um papel fundamental no pós-União Soviética, Yeltsin renúncia ao cargo de presidente e sobe então ao poder Vladimir Putin, quer como Presidente quer como Primeiro-Ministro. Desde então Putin e Medvedev têm-se revezado entre si nos principais cargos políticos do país (ver figura 3).

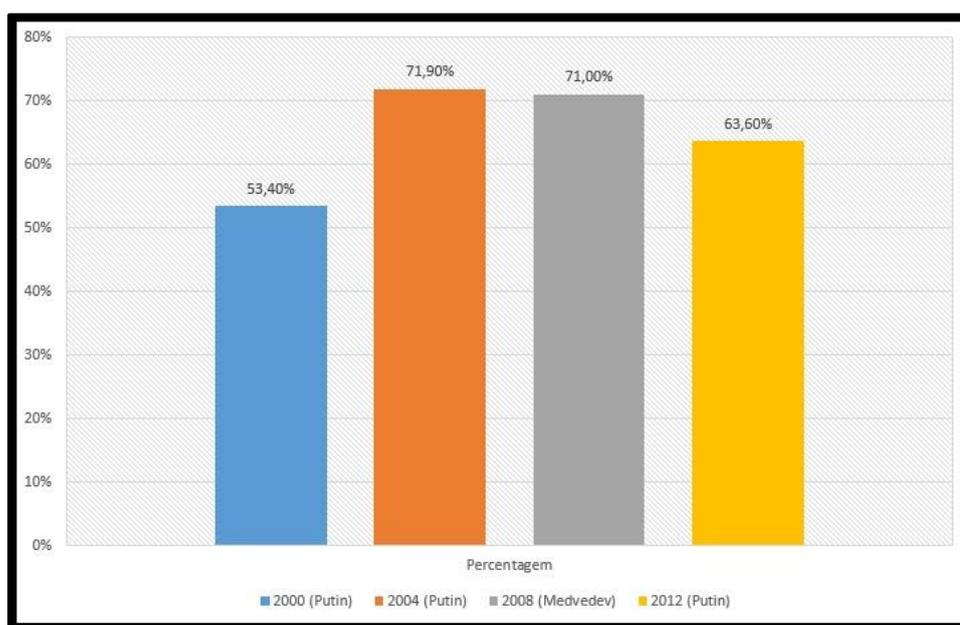


Figura 3 – Eleições presidenciais na Rússia e popularidade de Putin e Medvedev (em %)
Fonte: (http://janusonline.pt/popups2013/2013_1_1.pdf, última visualização em Maio de 2014)
Elaboração: Própria

Mas voltando um pouco atrás no tempo, com a queda do muro de Berlim em 1989 e com o final da União Soviética surgiram 15 novos Estados, estes fizeram com que a Rússia visse o seu papel a nível internacional diminuído, tanto em dimensão, como em poder de decisão, o que deixou de certa forma um ambiente um pouco crispado face ao ocidente. A Rússia foi dos países que mais mutações sofreu ao longo dos últimos tempos, passando de um império para um regime comunista no início do século passado e de um regime comunista para uma democracia no final desse mesmo

século. As mudanças fizeram com que os cidadãos e os próprios políticos nesta última fase não se soubessem enquadrar bem no contexto internacional “ (...) contudo, o balanço político dos acontecimentos pós-1989 é muito mais controverso. Talvez isso possa ser explicado pelo facto de as liberdades do final dos anos 80 terem dado rédea solta não só a forças liberais/pró-ocidentais, mas também a forças conservadoras/tradicionalistas do nacionalismo e do nativismo que eram – e ainda são – inimigas da abertura da Rússia a uma integração na comunidade internacional” (MAKARYCHEV, 2009: 53/54).

Este marco na história recente do velho continente, tornou possíveis duas perspetivas, uma referente à própria Rússia e à visão a nível interno que esta mudança acabou por trazer e outra a nível externo, nas relações com a União Europeia e com os próprios países que acabaram por se tornar independentes após a queda da União Soviética, tendo para eles sido estas últimas duas décadas de algo novo, uma experiência de democracia adquirida muito recentemente. Contudo esta experiência de democracia está a sofrer pressões da parte da Federação Russa, levando a alguns conflitos com maior ou menor expressão a nível internacional e que fazem com que as posições da União Europeia face a determinadas questões se extremem em relação à Rússia. Para além destes conflitos, muitos deles relativos a questões étnicas e de tentativa de sobreposição do poder central russo às novas democracias, também as questões energéticas desempenham aqui um papel fundamental com a Rússia a exercer uma grande pressão, uma vez que muitas destas ex-Repúblicas Soviéticas são naturalmente dependentes em termos de recursos energéticos, principalmente de gás natural do seu vizinho. No entanto podemos concluir que todas as ex-Repúblicas Soviéticas têm em comum o facto de se posicionarem de forma diferente, quer relativamente à União Europeia quer relativamente à Federação Russa, com algumas delas a exercerem maior pressão para se distanciar da Rússia o que muitas vezes acaba por conduzir a conflitos, casos da Guerra na Geórgia e das Guerras do Gás com a Ucrânia. Para além das posições de distanciamento temos também aquelas que não se conseguem distanciar face à sua elevada dependência da Rússia, nos mais variados contextos, político, social, comercial, económico e energético para enumerar alguns como são os casos da Arménia, da Moldávia e da Bielorrússia. Estes, mesmo com a sua independência e com o facto de puderem de alguma forma inverter a sua situação face á Rússia, não o conseguiram fazer.

A nível interno a Rússia acabou por se dividir com os apoiantes da política que fracassou, com os que estavam ávidos de mudança e com os mais nacionalistas que colocam a Rússia acima de qualquer questão. Todos eles têm um denominador comum, o difícil relacionamento com o exterior, o que dificulta e muito a implementação de uma real política externa russa nos mais variados setores. A Rússia encontra-se num regime democrático há cerca de duas décadas, mas num regime democrático disfarçado em que as opções e decisões são tomadas por um grupo restrito de personalidades e de empresas. Esta nova governação não é nem um modelo comunista, nem um modelo imperialista, é uma espécie de modelo democrático disfarçado.

A nível externo a Rússia, perdeu o poder como grande potência que tinha adquirido durante a Guerra Fria, pois a desintegração que sofreu levou-a a perder vários Estados que viriam a tornar-se independentes. No entanto continuou a ser e será o maior vizinho e parceiro que a União Europeia tem nos mais variados níveis sendo um dos principais ao nível energético. A relação com a União Europeia nestas últimas duas décadas tem sido de avanços e recuos, com épocas de grande acordo entre ambas as potências, mas também com épocas de grande desacordo que levaram mesmo a ruturas em algumas questões fundamentais. Ao nível externo a relação com as antigas repúblicas socialistas soviéticas tem sido de afastamento, dando-se uma aproximação destas ao ocidente e à União Europeia, como grande parceiro estratégico, no entanto a posição da Rússia é sempre tida em conta pois é esta a responsável pela maioria dos recursos energéticos que são consumidos quer pelas antigas repúblicas, quer pela União Europeia.

2.2.2. Uma aproximação de gigantes

Com as mudanças ocorridas no seio da Rússia, a todos os níveis, a aproximação ao ocidente era vista com bons olhos. Os sucessivos falhanços das políticas económicas baseadas nas reformas para tornar a economia russa numa economia de mercado estavam a revelar-se difíceis, mas com a subida ao poder de Putin deu-se uma aproximação maior ao ocidente, em particular à União Europeia. Mas esta aproximação fez-se por etapas, desde o final da União Soviética. Estas etapas ocorreram tanto a nível interno, como a nível externo, contudo umas das grandes preocupações da Rússia era a

de não perder a grande hegemonia que detinha na região, especialmente na região do Cáucaso, por ser uma zona muito rica em recursos energéticos.

A criação da CEI, em 1991, foi um acordo assinado entre a Rússia, a Bielorrússia e a Ucrânia com base no princípio da igualdade da soberania dos seus Estados-membros. Esta encontra em si mesma várias diferenças e assimetrias entre os seus membros, com a Rússia a tentar manter um papel preponderante como aquele que tivera aquando da União Soviética. À CEI acabaram por aderir todas as ex-Repúblicas Soviéticas à exceção dos estados bálticos, Estónia, Letónia e Lituânia. A Ucrânia também optou por não ratificar a carta, apesar de membro fundador, sendo atualmente apenas um participante de facto embora não seja considerado membro. Assim, fazem parte desta Comunidade onze estados, sendo eles a Arménia, o Azerbaijão, a Bielorrússia, o Cazaquistão, o Quirguistão, a Moldávia, a Rússia, o Tadjiquistão e o Uzbequistão (ver figura 4).



Figura 4 – Países que compõem a Comunidade de Estados Independentes

Fonte: (<http://www.worldatlas.com/aatlas/infopage/cis.htm>, última visualização em Maio de 2014)

Elaboração: Nuno Cunha

A Ucrânia apesar de não ter ratificado a carta, conta como membro e o Turquemenistão, que não é um membro oficial mas sim um membro associado. A Geórgia também fazia parte mas acabou por sair, em 2009, após vários conflitos com

Moscovo. Nos primórdios da CEI, a Rússia pretendia retomar o papel que havia perdido, mas foi perdendo essa pretensão, recuperada por Putin, em 2000, que via com bons olhos o papel de relevo a nível internacional e de política externa da CEI. “Vladimir Putin desde o início da sua presidência, em 2000, vai sublinhar a relevância do espaço da CEI na política externa russa, mantendo-o como área de primazia e interesse vital. Em sucessivos discursos e documentos esta formulação é claríssima” (FREIRE, 2011: 61/62).

Contudo as grandes diferenças entre os Estados-membros fazem ainda hoje em dia com que a mesma seja apenas um órgão de diálogo entre os estados. Esta heterogeneidade é facilmente observada com países a dependerem em muito da Rússia e outros a não dependerem tanto e a tentarem uma aproximação ao ocidente, levando mesmo a alguns pontos de tensão, um dos mais graves os conflitos com a Geórgia que ditaram mesmo a saída deste país da CEI. Mais recentemente a Ucrânia também envolvida em polémica, encontra-se no centro de um “confronto” que já vem de há alguns anos, dividida entre a aproximação ao ocidente e a aproximação à Rússia, com a Rússia até agora a levar a União Europeia de vencida, pois tem do seu lado o grande trunfo dos recursos energéticos. Estes não só ajudam a Rússia a manter dependentes de si grande parte das ex-Repúblicas Soviéticas como ainda consegue influenciar decisões internacionais e ao nível da política externa com as pressões que consegue infligir.

A aproximação à União Europeia fez-se através de um conjunto de acordos que ainda hoje se encontram em vigor. Com o fim da Guerra Fria, a aproximação era inevitável e surgem assim, em 1994, os Acordos de Parceria e Cooperação (APC), estes foram de elevada importância nas mais variadas áreas, tendo sido assinados pós-1994 mais dez acordos, não só com a Rússia mas com diversas ex-Repúblicas Soviéticas, desde a Europa Oriental, passando pelo Cáucaso meridional, até à Ásia Central. Estes acordos têm como objetivos proporcionar um quadro adequado para o diálogo político, apoiar os esforços dos países na consolidação da sua democracia e no desenvolvimento da sua economia, acompanhar a transição destes países para uma economia de mercado e promover o comércio e os investimentos. Para a Rússia estes acordos pretendem criar os fundamentos para uma cooperação nos mais variados níveis, sendo eles o legislativo, o económico, o social, o financeiro, o científico, o tecnológico e também o cultural. Mas um dos grandes objetivos deste acordo é a criação de uma zona de comércio livre. Para além destes objetivos também o diálogo político fazia parte da agenda, no sentido de se encontrar uma maior convergência em questões internacionais de interesse mútuo para

ambos, quer para a União Europeia quer para a Rússia. Ao nível económico, o comércio de mercadorias bem como os investimentos, foram alvo de várias condições relativamente ao emprego, ao estabelecimento e à atividade das sociedades, à prestação de serviços transfronteiriços bem como ao pagamento corrente de capitais. No que ao emprego diz respeito, o acordo fez com que ambas as partes impeçam a discriminação de qualquer cidadão nacional de uma das partes empregado na outra, a Rússia tem ainda sobre si medidas com vista à coordenação da segurança social. Os serviços fronteiriços também são alvo do acordo, numa progressiva autorização da passagem sem grandes restrições em especial de bens e serviços. No entanto estes acordos sofreram um revés com o segundo mandato de Vladimir Putin à frente dos destinos do Kremlin com a sua suspensão, contudo e já num ambiente mais calmo, apreciado pelo ocidente e em especial pela União Europeia, o APC foi retomado com a participação de ambas as partes nas várias cimeiras que foram lançadas no seu mandato e que reuniriam semestralmente. Em 2012, numa dessas cimeiras entre a União Europeia e a Rússia, foi estabelecido um novo acordo, que envolveria os mais variados assuntos, desde os compromissos com a OMC, passando pela aviação, os direitos humanos, assim como a mobilidade, mas talvez o mais importante seja o da energia que tem dado muitos problemas quer à Rússia como um dos principais fornecedores da União Europeia como para a própria União, que é um dos principais recetores. A posição “ (...) da Rússia como aliado natural da Europa será evidenciada na procura da integração em instituições ocidentais, solicitando a adesão ao Conselho da Europa (concretizada em fevereiro de 2006), aderindo à Parceria para a paz no contexto da OTAN (junho de 1995), e aprofundando relações com a Comunidade Europeia, com base na assinatura do Acordo de Parceria e Cooperação (APC) de 1994 (...) ” (FREIRE, 2011: 159).

Esta aproximação de gigantes está a ser dada, mas por razões óbvias devido aos receios de parte a parte tem de ser feita com cautela. Os recentes desenvolvimentos na Ucrânia mancharam esta aproximação que terá agora de ser reconstruída lentamente se isso ainda for possível. O papel da comunidade internacional no controlo da situação e o papel que a Rússia desempenhar no desenrolar dos acontecimentos será essencial para compreender de que forma poderá esta relação de proximidade avançar.

3. Política, conflitos, geoestratégia e aproximação

A União Europeia e a Rússia têm tido uma relação difícil ao longo do tempo. Mas não se trata apenas da União Europeia que tem uma relação assim com o gigante energético, a grande maioria dos países vizinhos, que se tornaram independentes com a queda da União Soviética também não têm uma relação fácil. São vários os conflitos nascidos ainda antes do fim da União Soviética e que se mantiveram e em alguns casos agravaram-se com o virar da década de 90. As políticas da Rússia para não perder a hegemonia na região pautaram-se pela criação da CEI que não teve o efeito desejado e hoje em dia a União Europeia tem sofrido sucessivos alargamentos a leste englobando antigas Repúblicas Soviéticas, o que não tem agradado em nada o governo de Moscovo. A região do Cáucaso tem sido das que maiores reivindicações tem feito não apenas no sentido de um distanciamento da Rússia mas também de uma aproximação e quiçá integração, principalmente das regiões separatistas que contam com o apoio e com o reconhecimento internacional por parte do gigante energético o que tem levantado algumas questões junto dos líderes mundiais. A recente anexação da Crimeia que teve todo o apoio da Rússia foi a gota de água para a comunidade internacional com a Rússia a ser excluída do G-8 e ainda a sofrer sanções a vários níveis o que tem feito estragos na sua economia. Para além da anexação, a pressão incansável que o país exerce sobre a vizinha Ucrânia nomeadamente nas regiões leste que pretendem uma junção à Rússia também não é vista com bons olhos pelo ocidente.

A situação na Ucrânia é sem dúvida o culminar de vários anos em que a Rússia se tentava afirmar a nível internacional mas que tinha sempre a sombra da União Soviética. Esta situação que ocorre atualmente leva a que o gigante energético deixou para trás a potência que era vista apenas como energética mas passou também a ser uma potência a nível mundial que conta com o apoio de outros países em desenvolvimento e que com a crise na Ucrânia realizou uma das suas maiores operações militares desde o final da União Soviética. A Ucrânia enfrenta agora um grande dilema e o futuro é incerto sendo que as eleições de 25 de Maio foram um grande momento não apenas na história do país mas também na história da Europa pois significaram uma aproximação

à União Europeia e ao mundo pois resta compreender se a Rússia vai aceitar o resultado destas eleições que considera ilegais.

No entanto a Rússia tem vindo a estreitar relações principalmente com a Alemanha país que é grande importador do gás natural russo. Esta aproximação tem ficado marcada pela assinatura de acordos entre os dois países e a construção do *Nord Stream*, gasoduto que liga diretamente a Rússia à Alemanha através do mar Báltico é prova disso mesmo. Contudo a Alemanha tem alertado a União Europeia para o perigo da enorme dependência em termos energéticos, nomeadamente de gás natural que existe face à Rússia, sendo para isso necessário rever os acordos APC, nas questões energéticas, mas também encontrar novas linhas de fornecimento energético com a região do Magrebe a posicionar-se bem, assim como os Estados Unidos da América face ao novo acordo assinado entre o país e a União Europeia para a exportação de gás natural para reduzir a dependência da Rússia. Para além disso é necessário começar a repensar a política energética e formalizar uma verdadeira política energética europeia comum a todos os Estados-membros.

A aproximação entre a União Europeia e Rússia vinha sendo construída a bom ritmo mesmo com alguns recuos pelo meio, desde a subida ao poder de Putin. Praticamente um quartel de aproximação que seria benéfico para todos, mas que com os recentes acontecimentos na Ucrânia foi deitado a perder pois as relações entre a Rússia e os parceiros internacionais está cada vez mais difícil. O facto de a Europa depender energeticamente da Rússia é uma atenuante da questão, mas que pode funcionar em sentido inverso e fazer explodir uma situação que já dura há anos e que tem vindo a aumentar de intensidade. A cooperação entre as potências é existente e prova disso são as cimeiras, as ajudas e o panorama internacional, mas essa cooperação só existe até certos níveis, sendo que um dos temas difíceis é sem dúvida alguma o do setor energético, principalmente do gás natural. O papel dos *lobbies* também tem de ser tido em conta nestas análises à aproximação entre as duas potências, pois estão em risco milhões e milhões tanto de um lado como do outro e na Rússia onde a relação entre o empresarial e o político é um pouco promíscua, a decisão terá de ser ponderada o mesmo acontecendo no seio da União Europeia onde a relação é mais dissimulada mas também acontece.

Em termos de União Europeia a Política Europeia de Vizinhança (PEV) tem de ter um papel mais ativo, principalmente nos países de leste e também na região do Cáucaso muito pressionadas pelo governo de Moscovo. A União Europeia não pode

apenas ser um mero observador que se limita a ver o desenrolar dos acontecimentos enquanto a Rússia divide países, povos e toma de assalto regiões em prol da defesa dos seus interesses e cidadãos. Esta é a hora da União Europeia agir e de tomar medidas que tenham efeitos práticos não só agora no presente, como também no futuro.

3.1. Conflitos e divergências das nações vizinhas

Desde o final da 2ª Guerra Mundial que a relação entre a URSS atual Rússia e os países vizinhos tem vindo a ser atribulada, e com o passar dos anos e com a anexação de vastas áreas de território por parte da Rússia no pós-guerra e mesmo durante a Guerra Fria a instabilidade nas suas fronteiras foi crescendo, principalmente na fronteira europeia e na do Cáucaso. Esta instabilidade gerou conflitos que se vêm arrastando ao longo do tempo e que ainda hoje em dia não estão resolvidos, exemplo disso é a atual situação vivida na Ucrânia com a anexação da Crimeia por parte da Rússia. As fronteiras a oeste e a sul da Rússia são de importância crucial para o país, pois é onde estão situados pontos estratégicos em termos energéticos. As regiões do Cáucaso e a Ucrânia devido à sua localização perto do mar negro ainda mais importantes se tornam para a Rússia, nesta tentativa de as manter dentro da sua esfera de influência.

Com o final da URSS, a Rússia na tentativa de manter na sua esfera de influência, quer a nível regional quer a nível internacional, as antigas repúblicas soviéticas, criou a CEI. Esta não alcançou aquilo que a Rússia pretendia e embora ainda hoje exista não revela a importância que lhe queria ser dada pelo gigante russo. Os países fundadores desta comunidade pós-guerra fria tomaram rumos diferentes, com a Rússia a ter o papel decisivo e a estabelecer o rumo das políticas dos países que compunham a comunidade, a Ucrânia a não aceitar de bom grado estas ações pois ansiava por uma nova linha de pensamento a todos os níveis depois de décadas sobre o domínio russo e a Bielorrússia que, muito dependente da Rússia, acatava todas as diretivas vindas de Moscovo, contudo esta ordem foi-se alternado. “O papel russo de liderança foi gradualmente desafiado, com a união Rússia-Bielorrússia a chegar a um impasse e a orientação ocidental ucraniana a ser reforçada. O resultado tem sido uma alteração nos padrões tradicionais das relações com Moscovo – de quase subserviência

da parte da Bielorrússia para uma atitude mais interventiva, e de resignação por parte da Ucrânia para uma maior independência” (FREIRE, 2011: 66/67).

Para além desta questão da Ucrânia que será abordada mais pormenorizadamente adiante, a Rússia tem conflitos praticamente com todos os seus vizinhos a oeste e a sul mais especificamente na região do Cáucaso. Estes conflitos são protagonizados na grande maioria dos casos sobre antigas Repúblicas Socialistas Soviéticas integrantes assim da União Soviética. A posição geoestratégica da Rússia faz com que esta se sinta ameaçada pela União Europeia e pelos Estados Unidos da América pois estes têm conseguido colocar do seu lado praticamente todas as antigas Repúblicas Soviéticas. A região do Cáucaso tem levantado alguns problemas com a Rússia principalmente em países como a Geórgia ou o Azerbaijão. Esta região que é conhecida pelos seus vastos recursos energéticos é cobiçada pela Rússia mas também pelo ocidente, o que já levou a uma certa instabilidade na região que parece agora ter acalmado.

A União Europeia tem tentado através da sua Política Europeia de Vizinhança (PEV) englobar os países da região do Cáucaso na estratégia internacional, principalmente para ter vantagens a nível energético e económico, mas também para ter a seu lado mais aliados e vizinhos da Rússia. “A União Europeia mudou também o seu perfil ao incluir a Arménia, o Azerbaijão e a Geórgia na Política de Vizinhança, a partir de 2004 e ao definir uma Estratégia para a Ásia Central em 2007. Os interesses da UE são amplos, mas mantêm um foco central na segurança energética, que tem justificado um envolvimento crescente e esforços diplomáticos que garantam reservas energéticas para a Europa, perante competição crescente” (SIMÃO, 2010: 232). Contudo os esforços para englobar esta região do Cáucaso mas também a do Cáspio na estratégia internacional em termos de energia por parte da União Europeia já vem do passado. Em 1997 foi estabelecido o *Interstate Oil and Gas Transport to Europe (INOGATE)*⁶, visando conectar a Eurásia e os mercados europeus de gás natural e de petróleo. Os gasodutos e o gás natural são parte do que move as pretensões dos gigantes mundiais como a Rússia e a União Europeia no que a esta região diz respeito englobam

⁶ O INOGATE é um programa internacional de cooperação energética entre a União Europeia, os estados litorais dos mares Negro e Cáspio e os seus países vizinhos. Tem como objetivos melhorar a segurança energética, a convergência dos mercados energéticos dos estados membros no mercado interno da União Europeia, o apoio ao desenvolvimento energético sustentável e por último atrair investimentos para projetos comuns relacionados com o setor energético. Deste programa fazem parte a Arménia, o Azerbaijão, a Bielorrússia, a Geórgia, o Cazaquistão, o Quirguistão, a Moldávia, a Turquia, o Turquemenistão, a Ucrânia, o Uzbequistão, o Tajiquistão, a União Europeia e a Rússia, mas esta última apenas como membro observador.

atualmente também mais uma potência a China, com as suas empresas a pretenderem usufruir dos recursos que têm levado à disputa entre a Rússia e a União Europeia. O Azerbaijão é um país importante nas questões do gás natural com destino à União Europeia através do Mar Negro. A manutenção dos preços elevados de gás natural na região, bem como o desenvolvimento de novos projetos, como o caso do gasoduto Trans-Cáspio ou mesmo do projeto *Nabucco* que englobam outros países da região pode ser a solução para esta região que se vê no centro de um jogo de poder entre as potências que mais necessitam e beneficiam com os recursos energéticos sendo elas a Rússia e a União Europeia (ALLISON, 2001). A temática dos recursos energéticos é sem dúvida alguma uma das principais razões da aproximação do ocidente através de atores internacionais como os Estados Unidos da América mas mais intensamente da União Europeia, pois os seus interesses “ (...) coincidem quanto à perspectiva de reforçar a exportação energética para os mercados europeus, aprofundando a exploração de recursos no Cáspio” (SIMÃO, 2010:241). Ainda nesta região do Cáucaso a Geórgia é outro dos pontos de tensão com a Rússia, tendo mesmo sido palco de uma guerra bem recente opondo os dois países vizinhos. Para além da região do Cáucaso também as três repúblicas bálticas não mantiveram boas relações com a Rússia após a dissolução da União Soviética. A Estónia, a Letónia e a Lituânia cortaram desde logo qualquer tipo de ligação a Moscovo não tendo integrado a CEI e tendo manifestado logo interesse numa aproximação ao ocidente o que levaria a uma adesão à União Europeia que ocorreu em 2004, aquando do maior alargamento da história.

Desde a dissolução da União Soviética que o clima entre a Rússia e os seus vizinhos se tem vindo a degradar, mantendo-se alguns ainda sobre forte dependência russa, mas outros já bem mais longe de querer voltar à esfera de influência moscovita. Assim e para fazer face a esta situação a Rússia tem vindo a criar um número diversificado de organizações e instituições para manter dentro da sua esfera de influência os seus vizinhos, as suas antigas repúblicas, sendo os mais importantes a CEI, a Organização do Tratado de Segurança Coletiva (OTSC), a Organização de Cooperação da Ásia Central (OCAC), a Organização para a Democracia e Desenvolvimento Económico (GUAM) e ainda o Fórum do Mar Negro para o Diálogo e a Parceria (BSF⁷) e a Organização para a Cooperação Económica no Mar Negro (OBSEC⁸) (TOMÉ, 2007). A aproximação entre países que outrora já foram apenas

⁷ *Black Sea Forum*

⁸ *Organization of the Black Sea Economic Cooperation*

uma grande nação, a União Soviética, parece difícil de ser realizada para a Rússia o que convém aos interesses da União Europeia, todas estas organizações estão interligadas entre si algumas mesmo entram em conflito com outras tudo porque o desejo de controlo destes países e destas regiões é tanto por parte da Rússia que leva a que se criem organizações sobrepostas a outras. Para complicar ainda mais esta difícil vizinhança as revoluções coloridas que ocorreram em países como a Geórgia em 2003 (Revolução Rosa) e a Ucrânia em 2004 (Revolução Laranja) foram despoletadas pelas populações que pretendem não uma aproximação a leste, pois ainda não esqueceram o passado recente dos países onde habitam, mas sim uma aproximação ao ocidente e à União Europeia.

Praticamente todas as antigas Repúblicas Soviéticas tentam uma aproximação ao ocidente e à União Europeia, umas com recurso a revoluções populares, outras com mais dificuldades face ao ainda grande domínio por parte da Rússia, como é o caso da Bielorrússia, mas algumas como a Moldávia são o exemplo do que a política seguida é com vista ao ocidente. “ (...) a Moldávia não precisou de experimentar uma revolução colorida para orientar gradualmente a sua política externa rumo ao ocidente, particularmente para a UE: dado o seu encravamento geográfico entre a Roménia (novo membro da NATO e, agora também da UE) e a Ucrânia...” (TOMÉ, 2007: 25).

Assim as nações vizinhas da Rússia não esquecendo aquilo que foi o domínio soviético dos seus territórios durante praticamente meio século após o final da 2ª Guerra Mundial e o início da Guerra Fria, não pretendem juntar-se ao seu vizinho a leste mas sim ao seu vizinho a ocidente, a União Europeia, que conta com o apoio dos Estados Unidos da América. Contudo e neste jogo de poderes entre potências, não nos podemos esquecer dos conflitos que são gerados com esta mutações ao nível geográfico de territórios e a divisão de povos, para além disso os recursos energéticos também desempenham aqui um papel fundamental. O gás natural é um fator de grande dependência da União Europeia face à Rússia e assim estas regiões e países são fundamentais uma vez que as necessidades energéticas europeias têm de ser saciadas e com regiões tão ricas em recursos como é o caso do Cáucaso ou do Cáspio a aposta em fazer destas suas aliadas tem trazido consigo algumas tensões com a Rússia que anseia por deter o domínio sobre estas regiões e países para reavivar aquilo que foi outrora.

3.1.1. Ucrânia, país dividido na sombra do gigante energético

A Ucrânia é sem sombra de dúvidas um dos atores principais nesta questão dos recursos energéticos e da dependência que a União Europeia apresenta face à Rússia, nomeadamente em termos de gás natural. Este país situa-se na Europa de leste e faz fronteira com a Rússia e com a União Europeia (a Hungria, a Eslováquia, a Polónia e a Roménia), o que posiciona este país na sombra de dois gigantes que necessitam um do outro por razões diversas. A Ucrânia esteve sempre dominada, até ao século XVIII pelos cossacos e depois disso pela União Soviética tendo-se tornado uma das Repúblicas Soviéticas, apenas conseguiu a sua independência em 1991 depois da dissolução da União Soviética. A Ucrânia é um país de extrema importância não apenas por ser local de passagem da rede de gasodutos que abastece a Europa, mas também por ser uma região fértil considerada como o “celeiro da Europa”, sendo um dos maiores exportadores de produtos agrícolas e apresentando também números interessantes no que toca ao desenvolvimento do setor secundário das manufaturas e indústria. A posição geoestratégica da Ucrânia torna-se ainda mais importante por fazer fronteira com o mar Negro e possuir alguns dos portos mais importantes da região. A Ucrânia em termos políticos é um estado unitário composto por vinte e quatro províncias e um estado autónomo, a Crimeia. É um país que tem um sistema semipresidencial com separação de poderes, entre o legislativo, o executivo e o judicial. Para além destes factos tem duas cidades com estatuto especial sendo elas Kiev a capital do país e Sevastopol, uma cidade costeira do mar Negro que é o local onde se encontra estacionada uma das frotas navais da Rússia.

Tal como em muitas outras ex-Repúblicas Soviéticas o domínio de Moscovo deixou marcas e a Ucrânia não é exceção, com as políticas implementadas por Estaline, nomeadamente da industrialização e da produção em massa o que levou muitos ucranianos à morte, no que ficou conhecido como *Holodomor*⁹ ou genocídio ucraniano. Com a Segunda Guerra Mundial veio a ocupação alemã de Hitler, vista ao início com

⁹ Este nome é atribuído à morte que devastou várias regiões da União Soviética, principalmente a Ucrânia, através da fome a que eram sujeitas as pessoas. Este acontecimento teve lugar em 1932 e 1933, e foi um dos mais mortíferos acontecimentos vividos pelo povo ucraniano. Este teve início com as grandes reformas implementadas por Estaline na viragem para a década de 30. Estas transformações económicas e estruturantes das políticas da União Soviética visaram a coletivização da agricultura, a apropriação por parte do Estado dos terrenos agrícolas o que lhe dava uma grande vantagem no abastecimento das tropas e das cidades, mas também a industrialização acelerada que tinha como base as receitas adquiridas através da exportação dos recursos agrícolas nomeadamente os cereais. Estas medidas e muitas outras de cariz político e económico levaram à morte de milhões de ucranianos neste período.

bons olhos por servir como libertação do regime de Moscovo, mas que rapidamente deixou de estar nas boas graças dos ucranianos principalmente nos ocidentais. Com o final da Segunda Guerra Mundial, a Ucrânia tornava-se uma das ex-Repúblicas Soviéticas mais uma vez sob domínio de terceiros. Com o final da União Soviética no início da década de 90, deu-se um referendo na Ucrânia que resultou na independência deste Estado. No entanto e à semelhança do que aconteceu na Rússia com o final da União Soviética, a economia do país sofreu um duro revés que criou instabilidade não só a nível externo, mas também e principalmente a nível interno com as revoltas da população face à situação económica vivida a ganharem força e as acusações de fraudes, corrupção por parte dos órgãos e dos representantes políticos a virem à tona. A Ucrânia sempre teve bastante dividida entre a aproximação à União Europeia e a aproximação à Rússia e, em 2004, surge no poder Viktor Yanukovych, candidato com ligação ao governo de Moscovo, numa eleições fraudulentas mais tarde denunciadas pelos tribunais ucranianos. “Esta rotulagem bicéfala, apesar dos programas políticos de cada candidato, foi reforçada pelos meios de comunicação nacionais e internacionais e pelo envolvimento de governos estrangeiros” (FREIRE, 2011: 72). Com estas denúncias a contestação subiu de tom e surge a Revolução Laranja de apoio ao candidato derrotado, Viktor Yushchenko mas também a Yulia Tymoshenko¹⁰. Esta teve o seu epicentro em Kiev, mas espalhou-se por todo o país com revoltas e ações de protesto em prol do candidato derrotado. No final de 2004, o tribunal ordenou a anulação das eleições e a realização de uma segunda volta eleitoral, desta vez com um forte dispositivo de observadores internacionais e sem dúvidas Yushchenko ganhou com mais de 50% dos votos, no que acabaria por ser o expoente máximo do êxito da Revolução Laranja. A divisão entre apoiantes do leste e da ligação à Rússia e de apoiantes do ocidente e de ligação à União Europeia continua a manter-se (ver figura II, em anexo).

Contudo a Ucrânia foi sempre um país que gerou problemas, quer para a União Europeia quer para a Rússia, principalmente pela sua posição geoestratégica. A Rússia

¹⁰ Yulia Tymoshenko foi Primeira-Ministra da Ucrânia em 2005 e entre 2007 e 2010. Antes de enveredar pela política era uma executiva de uma empresa de petróleo e gás natural e rapidamente se tornou numa das mulheres mais ricas da Ucrânia. Foi um dos rostos mais visíveis durante a Revolução Laranja em 2004 ao lado de Yushchenko, lançou como candidata em 2010, mas perdeu e foi mais tarde deposta por uma moção de confiança. Depois deste acontecimento Yulia foi condenada a sete anos de prisão, em 2011, por abuso de poder e ao pagamento de uma indemnização ao Estado ucraniano, por perdas relacionadas com o contrato de gás natural que ela negociou com o Primeiro-Ministro russo Putin. Foi libertada este ano (2014) com as revoltas que se têm verificado no país e é candidata às eleições presidenciais de 25 de Maio de 2014, pelo Partido Pátria, onde propõe a realização de um referendo para a adesão à União Europeia.

usando do seu enorme poder em termos energéticos tem intimidado o seu vizinho com ameaças e com cortes de fornecimento de gás natural. Em 2010 com a subida ao poder do candidato pró-Moscovo, Viktor Yanukovich, as relações tenderam a melhorar até aos dias de hoje. A Ucrânia apresenta uma forte dependência em termos de gás natural do seu vizinho, no entanto a Rússia precisa da Ucrânia pois é uma das principais zonas de entrada de gás natural para os países da União Europeia. São vários os contratos e acordos celebrados entre os governos de Kiev e de Moscovo no sentido da manutenção de preços de gás natural mais reduzidos em comparação com o que a Rússia pratica para os vizinhos europeus da Ucrânia. No entanto este fornecimento tem conhecido também momentos de tensão entre ambos os países, tendo o mais grave antes do atual ocorrido em 2006. A teia de gasodutos que atravessa a Ucrânia é imensa e reveladora da forte dependência do país face ao gigante de leste (ver figura 5).

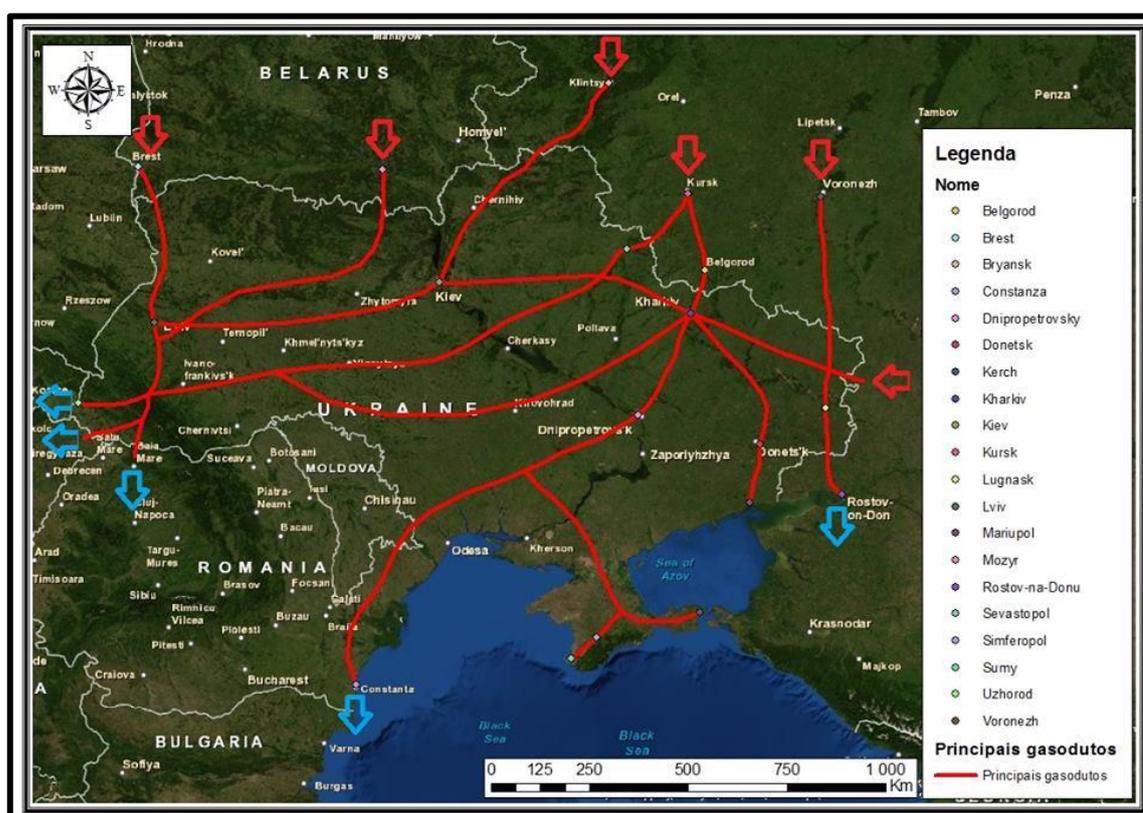


Figura 5 – Principais gasodutos que atravessam e abastecem a Ucrânia. Ligações da Rússia para a Ucrânia e da Ucrânia para a União Europeia

Fonte: (http://www.gie.eu.com/download/maps/ENTSOG_SYSDEV_MAP2012.pdf)

Elaboração: Nuno Cunha

A Rússia aproveita naturalmente o facto de possuir um poder tão grande face ao seu vizinho para o pressionar a ir na direção pretendida por Moscovo. Neste contexto e face a um não cumprimento por parte de Kiev, surgem as “Guerras do Gás” no final de

2005, início de 2006 “ (...) com o aumento dos preços cobrados pela Gazprom à Ucrânia, leva à suspensão dos abastecimentos, com consequências políticas e económicas sérias. Estas fazem-se sentir não só ao nível da relação bilateral, mas também pelo facto de afetarem alguns países europeus recetores de energia distribuída através da rede ucraniana e que não foi garantida” (FREIRE, 2011: 72). Para além desta ocorrida no Inverno de 2005-2006 também em 2008-2009 pela mesma altura a Rússia cortou o abastecimento de gás natural à Ucrânia o que consequentemente afeta os países europeus que se encontram dependentes destas rotas energéticas. O governo de Kiev acusa a Rússia de aumentar os preços de gás natural por receio de uma viragem ao ocidente de um vizinho tão importante a todos os níveis como é a Ucrânia. “Segundo Kiev, a Rússia estava tentando punir a Ucrânia em função da tentativa da mesma de entrar em organizações ocidentais, tais como a União Europeia e a Organização do Tratado do Atlântico Norte; Além disso, importante fator desencadeador da crise entre os dois países seria a própria vitória do candidato ucraniano pró-ocidental Viktor Yushchenko, nas eleições presidenciais de 2004” (CANÊDO, 2006: 2).

Atualmente a Ucrânia atravessa uma grave crise a todos os níveis que teve o seu início no final do ano de 2013. Esta onda de protestos denominados por *Euromaidan*¹¹ vieram de encontro às reivindicações de vários cidadãos ucranianos no sentido de se estabelecer uma maior integração com a União Europeia. Estes protestos resultaram da recusa do Presidente ucraniano em não assinar um acordo com a União Europeia por considerar que este não seria vantajoso para o país. As políticas do Presidente de se manter ao lado da Rússia, não ajudaram em nada e a opinião pública, principalmente da parte oeste do país, fez-se ouvir levando à saída do poder do mesmo, que se refugiou na Rússia e que continuava a contar com o apoio de Putin. Entretanto os confrontos foram-se alastrando, tendo começado em Kiev prosseguindo para o leste do país pró-russo, com várias províncias a declararem a sua independência e contando com o apoio da Rússia, sendo que nenhuma destas movimentações é aceite e reconhecida pela comunidade internacional.

¹¹ *Euromaidan* foi uma onda de manifestações e de agitações por toda a Ucrânia mas que teve o seu início em Kiev em 2013. A maior integração na União Europeia é um dos fatores que une estes movimentos de cidadãos. Os protestos foram alastrando por todo o país e ganhando uma dimensão não só nacional como internacional, com as descobertas no início de 2014 de corrupção e abuso de poder por parte dos líderes do país, nomeadamente Yanukovich, que levaram mesmo o Presidente a ser deposto pelo Parlamento ucraniano por não ter capacidade para representar o povo e serem marcadas eleições para o dia 25 de Maio de 2014. Este fugiu do país e refugiou-se na vizinha Rússia sob proteção de Putin seu aliado político. Entretanto as tensões no país parecem não acalmar e de dia para dia a instabilidade aumenta.

O clima vivido atualmente na Ucrânia é de divisão clara entre os apoiantes do ocidente, responsáveis pelo início dos protestos e dos apoiantes da Rússia (ver figura III em anexo). Para piorar a situação, quer a nível nacional quer a nível internacional, a Rússia anexou a região da Crimeia. A posição da Rússia tem sido muito contestada a nível internacional e é acusada de fomentar a divisão no país, apoiando as províncias que se vão declarando independentes de Kiev, numa clara forma de apoio à desintegração da Ucrânia enquanto Estado unitário. Desde a não assinatura do Acordo de Associação entre a Ucrânia e a União Europeia que a posição do país é incerta, sem uma resposta clara por parte da União Europeia no sentido de ajudar e com a ameaça constante da invasão militar russa após a anexação da Crimeia o futuro do país continua incerto.

Para fazer face a todos os desenvolvimentos, foi nomeado como Primeiro-Ministro da Ucrânia Arseniy Yatsenyuk¹². Este moderou os protestos entre as várias forças durante o *Euromaidan* e assinou o Acordo de Cooperação com a União Europeia que esteve na origem dos protestos. O futuro da Ucrânia apresenta grandes incertezas com a pressão da Rússia a não ajudar em nada aos acontecimentos que se vão desenrolando no país. A Ucrânia encontra-se dividida e com os recentes protestos a divisão tornou-se mais acesa a leste com desejos de uma junção à Rússia (ver figura 6).

O facto da percentagem de cidadãos de origem russa ser elevado na zona leste da Ucrânia e na Crimeia já anexada dificulta a situação para o país e facilita para a Rússia. São várias as opções para o futuro da Ucrânia, entre elas a guerra, a federação, a ditadura, a oligarquia, entre outros, pois neste momento a indefinição face ao futuro reina no país. Talvez destas opções para o futuro a que mais salta à vista e a mais inovadora é a de um protetorado temporário do gás natural. A importância do país para o trânsito do recurso energético pode fazer com que o mesmo seja dirigido a partir do exterior num acordo de força entre os Estados Unidos da América, a União Europeia e a Rússia. No entanto esta apresenta-se talvez como a opção futurista menos provável de ocorrer face às eleições de 25 de Maio. Contudo as alternativas dispendiosas que a Rússia tem feito para reduzir a sua “dependência” no transporte do gás natural, como o Nord Stream e o South Stream fazem com que esta opção perca força. “A parte da

¹² Yatsenyuk é um advogado, político e economista ucraniano que na sequência da fuga do Presidente, foi nomeado Primeiro-Ministro, é o líder do Partido Pátria de Tymoshenko e já foi Ministro da Economia e das Finanças, é pró-ocidental e vê com bons olhos a aproximação aos Estados Unidos da América e a adesão da Ucrânia à União Europeia.

Ucrânia onde transita gás com destino à Europa e à Turquia [através do mar Negro] passou de 95% no final da década de 90 para 52% em 2013” (BYKOV, 2014: 39).

Mas face à atual situação o país tem de continuar com as suas funções, para isso a Ucrânia precisa de ajuda financeira que neste momento está a ser dada pela União Europeia e que era provida pela União Europeia e pela Rússia que interrompeu a mesma face aos recentes acontecimentos e dada a aproximação da Ucrânia ao ocidente. O Acordo que foi agora assinado e que tinha estado na origem dos protestos que levaram a toda esta situação prevê uma aproximação da cooperação económica e política.

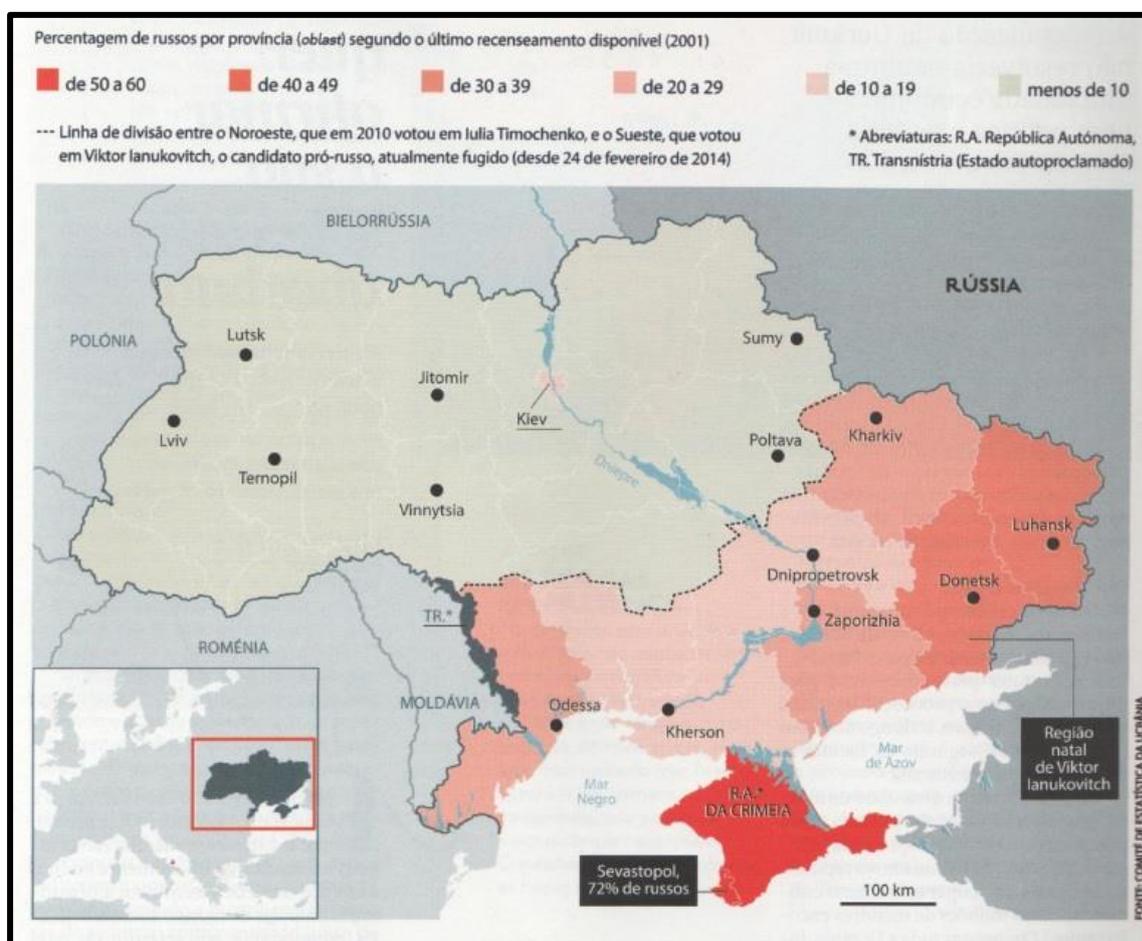


Figura 6 – “Uma clivagem étnica e política”
Fonte: Courrier International n.º 218, Abril de 2014, p.45

A Ucrânia encontra-se numa grave crise financeira à semelhança do que acontece um pouco por toda a Europa, assim a União Europeia compromete-se numa ajuda inicial de 500 milhões de euros, através de benefícios fiscais, tais como a remoção das tarifas aduaneiras para produtos agrícolas e têxteis, principais matérias exportadas pela Ucrânia. Para além destas ajudas, uma ajuda adicional de mil milhões de euros será

dada ao país. Após a assinatura deste acordo vozes de políticos da União Europeia fizeram-se ouvir no sentido de se congratularem por esta assinatura, como foram os casos de Van Rompuy “é uma homenagem para aqueles que deram a vida pela liberdade”¹³ ou Merkel “uma base muito completa para um trabalho conjunto”¹³. Também do lado ucraniano se fizeram ouvir vozes como de Tymoshenko “ [o acordo] é a segunda vitória do *Maidan*”¹³ ou do Presidente interino da Ucrânia, Turchinov “a Ucrânia nunca irá aceitar a ocupação do seu território”¹³.

Com a vitória do movimento *Euromaidan* nas ruas de Kiev, cabe agora à União Europeia a aposta na ajuda acenando-lhe com a perspectiva da integração e não a abandonar à sua sorte ou quem sabe à sorte de terceiros. O apoio da União Europeia será também dispendioso como já se verificou uma vez que o país necessita do dinheiro para fazer as reformas indispensáveis. A oportunidade é única para colocar um ponto final na instabilidade do gigante no meio dos gigantes e com a aposta do ocidente na Ucrânia, tanto o país como a própria União Europeia sairiam a ganhar e quem sabe seria o princípio do fim de todos os conflitos nas regiões fronteiriças com a Rússia. A Polónia já se mostrou disponível para ajudar financeiramente o seu vizinho a leste, uma vez que se encontra de relações cortadas com a Rússia ainda na sequência das “guerras do gás”. Mas a resposta da Rússia não se fez esperar, tal como aconteceu nas anteriores crises, a ameaça com os cortes de abastecimento de gás natural à Europa já começou, com o envio de uma carta aos 18 países da União Europeia que importam gás natural da Rússia. Putin desafia os líderes europeus a encontrarem um entendimento visto que foi assinado um acordo com o presidente deposto que se encontra na Rússia e que o governo de Moscovo considera que é para cumprir. A falta de pagamentos do gás natural está a ser o trunfo de Moscovo, “Por causa destes atrasos, Putin diz que a Gazprom vai passar a exigir pagamento avançado pelo gás que fornece à Ucrânia “e, no caso de novas violações das condições de pagamento, cessará completa ou parcialmente o fornecimento”. “Trata-se, sem dúvida, de uma medida extrema. Compreendemos perfeitamente que isto aumenta o risco de [a Ucrânia] desviar o gás que passa pelo território ucraniano destinado aos consumidores europeus”¹⁴.

¹³ As citações foram feitas por um artigo do jornal Público publicado por RIBEIRO, João Ruela, (2014), “Ucrânia e União Europeia assinam acordo de parceria”, in Público, Março. Disponível em: <http://www.publico.pt/mundo/noticia/ucrania-e-uniao-europeia-assinam-acordo-de-parceria-1629164>

¹⁴ In jornal Público, (2014), “Putin acena à UE com guerra do gás se Ucrânia não pagar o que deve”, Abril. Disponível em: <http://www.publico.pt/mundo/noticia/putin-acena-a-ue-com-guerra-do-gas-e-reacende-confrontacao-diplomatica-1631861>

O clima vivido no país não é o mais favorável e todos os acontecimentos se desenrolam a um ritmo alucinante, onde todas as ações políticas contam a todos os níveis. Apesar das eleições de 25 de Maio para decidir o futuro do país, a sombra da Rússia irá pairar sempre mesmo no momento pós-eleitoral pois com a anexação da Crimeia tudo é possível por parte do gigante energético que parece, em nome da defesa dos cidadãos e dos interesses russos, fazer frente a tudo e todos.

Com as eleições presidenciais, a Ucrânia virou uma nova página na sua história. Os resultados levaram ao poder um empresário de seu nome Petro Poroshenko¹⁵, com mais de 50% dos votos. Contudo o processo eleitoral não foi pacífico com as regiões da zona leste do país a boicotarem o ato, pois ainda têm bem presentes na memória os acontecimentos recentes e a anexação da Crimeia por parte da Rússia, tendo levado muitas cidades e cidadãos maioritariamente de origem russa a mostrarem o seu interesse em tornarem-se também parte da Rússia. A cidade de Donetsk no dia de eleições não teve qualquer mesa de voto aberta, contudo o reflexo do que se passava no leste e em especial nas duas cidades referidas, não espelhou o que se passou no resto do país. As duas cidades do leste representam cerca de 5 milhões de eleitores e são as zonas de maior desconforto para as autoridades ucranianas depois do clima de grande tensão que se viveu com a Rússia meses antes. Tanto Lugansk como Donetsk proclamaram-se Repúblicas Populares Independentes e os confrontos não têm conhecido abrandamento desde a tomada do poder local por parte dos separatistas russos, sendo que “O conflito no sudeste da Ucrânia entre os rebeldes pró-russos e o exército ucraniano já provocou mais de 150 mortos desde 13 de Abril”¹⁶.

Centrando as atenções apenas no ato eleitoral, foram bastantes os candidatos que foram aceites e concorreram ao cargo de Presidente da Ucrânia neste período tão conturbado da sua história. Os candidatos mais fortes para estas eleições eram sem dúvida alguma Petro Poroshenko e Yulia Tymoshenko. Se o primeiro contava com o apoio de Vitali Klitchko, um dos principais responsáveis pelas movimentações que originaram a queda de Yanukovych e apoiante da aproximação ao ocidente nomeadamente à União Europeia, Tymoshenko tem um passado diferente tendo já sido

¹⁵ Petro Poroshenko é um empresário, milionário e político. Foi eleito nas eleições presidenciais de 25 de Maio de 2014 como 5º Presidente da Ucrânia. Para além dos cargos que ocupa, já foi Ministro dos Negócios Estrangeiros e Ministro do Comércio e Desenvolvimento Económico. Atualmente é uma das pessoas mais ricas da Ucrânia sendo simultaneamente o Governador do Banco do Comércio e Desenvolvimento do mar Negro. É conhecido como o “Rei do Chocolate” por ter feito fortuna com o negócio do cacau.

¹⁶ Citado em: <http://pt.euronews.com/2014/05/26/separatistas-boicotam-eleices-no-leste-da-ucrania/>.

Primeira-Ministra e uma das emblemáticas figuras da Revolução Laranja na Ucrânia. Durante a campanha eleitoral ambos tiveram discursos semelhantes sendo que a antiga Primeira-Ministra endureceu as palavras contra as agressões que a Ucrânia tem vindo a sofrer por parte da Rússia, afirmando que “Se a Ucrânia me escolher para Presidente, não deixarei o agressor tomar um centímetro que seja de terra ucraniana, sem uma resposta conveniente”¹⁷. Por outro lado, Poroshenko apostou também na resposta às agressões mas em simultâneo na manutenção da ordem no país e acima de tudo da unidade, afirmando “Estou confiante de que aquilo por que estamos a lutar juntos é a paz, a calma e a segurança, a recuperação económica, o fim da corrupção e a total solidariedade internacional com a Ucrânia. A qual nos vai permitir não só repor a ordem no leste, mas também recuperar em breve a Crimeia”¹⁸. O resultado eleitoral era já o que se esperava (ver figura 7), quer na Ucrânia quer no próprio ocidente, com a União Europeia a ficar satisfeita pois conta agora com um Presidente ucraniano que tem a aproximação à Europa na mira, mas não afasta totalmente o distanciamento de Moscovo, pois se o fizesse poria em causa a economia já fragilizada do país, muito dependente de acordos comerciais estabelecidos com o governo de Moscovo.

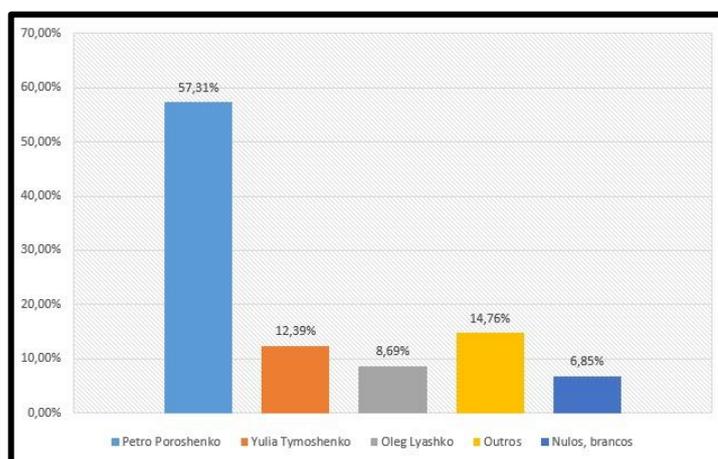


Figura 7 – Resultados das eleições presidenciais na Ucrânia em 2014

Fonte: (<http://www.dailymail.co.uk/news/article-2638952/Billionaire-chocolate-maker-course-Ukraines-new-president-despite-unrest-shut-polling-stations-separatist-east.html>)

Elaboração: Própria

Assim, tenta entrar em consonância com a Rússia, mas mantém no horizonte uma aproximação à União Europeia, dando vida à sua veia europeísta. Começa-se assim

¹⁷ Citado em: <http://pt.euronews.com/2014/03/30/ucrania-petro-porochenko-e-iulia-timochenko-principais-candidatos-as-eleices/>.

¹⁸ Citado em: <http://pt.euronews.com/2014/05/22/ucrania-poroshenko-lidera-sondagens-e-inclui-crimeianas-presidenciais/>.

a escrever uma nova página na história recente da Ucrânia, sendo que o cenário era o melhor que poderia acontecer ao país face à onda de revoltas que existia e às incertezas que se começavam a instalar na mente dos cidadãos ucranianos, principalmente de leste, que viam com bons olhos a aproximação à Rússia, sendo que a maioria dos cidadãos é originária do país vizinho. A União Europeia contudo não pode perder a oportunidade que lhe está a ser concedida pelas circunstâncias e terá de tratar desta temática com especial cuidado, mas sem dúvida que a subida ao poder de Poroshenko foi fundamental para a aproximação que se espera ocorrer entre o país e a União Europeia.

3.1.1.1. A Crimeia, uma região dividida entre duas potências colossais

A República Autónoma da Crimeia é uma região situada na península que lhe dá o nome e é banhada pelo Mar Negro. Esta península pertence de facto à Ucrânia a todos os níveis mas a Rússia tem acordos com o governo de Kiev no sentido de manter algumas regalias sobre a região que é de importância vital. Esta região foi palco de importantes batalhas como a Guerra da Crimeia no século XIX, que opôs o Império Russo e a França, o Reino Unido e o Império Otomano. Para além desta também durante a Segunda Guerra Mundial a região foi palco de importantes batalhas e em todas elas o denominador comum era a manutenção da cidade de Sebastopol Esta última trouxe consequências para os habitantes da península. Estaline acusou os tártaros que habitavam na Crimeia de terem apoiado a ocupação da Alemanha nazi e procedeu à sua deportação em massa para campos de concentração, servindo como uma punição coletiva. Para além dos tártaros também os arménios, os gregos e os búlgaros foram deportados, levando a que a região ficasse completamente limpa segundo os padrões da União Soviética.

A Crimeia foi confiada à Ucrânia pela Rússia em 1954, pelo *Presidium* do Soviete Supremo da União Soviética¹⁹. Esta troca da região aconteceu por razões económicas por ser uma região de grande importância geoestratégica, e com Estaline e a

¹⁹ O Soviete Supremo da União Soviética era o órgão por excelência do poder na URSS. O líder do Soviete Supremo era o Chefe de Estado da União Soviética. Este era dividido em duas câmaras, o Soviete da União e o Soviete das Nacionalidades. O Presidium era o responsável face à impossibilidade do líder do Soviete e o seu representante. Com o final da União Soviética este órgão ainda se manteve ativo até 1993, quando foi substituído pela Duma Federal e pelo Soviete da Federação.

deportação dos tártaros era necessário repovoar a região recorrendo assim ao povo mais próximo a todos os níveis a Ucrânia, sendo que a Rússia mantinha as bases militares e navais na região e consequentemente no Mar Negro. Para além destas razões anteriormente enumeradas também foi uma forma de celebrar as comemorações dos 300 anos da integração da Ucrânia no Império Russo e como prenda foi-lhe cedida a Crimeia, um autêntico presente envenenado. No Pós-União Soviética, em 1992, foi realizado um referendo na região que o declarou como República Autónoma, dotada de órgãos próprios, mas fazendo parte da Ucrânia. A região cresceu e desenvolveu-se tendo como base o turismo, mas também a indústria que se desenvolveu neste período. No entanto, as tensões entre a Rússia e a Ucrânia por causa da Crimeia foram continuando ao longo dos anos e sempre com a ameaça do que viria a acontecer há bem pouco tempo, devido à frota do Mar Negro do exército russo, estacionada na península (ver figura IV, em anexo). O poder militar russo foi sempre algo que pairou sobre a Ucrânia, pois o exército vermelho com esta base naval na região da Crimeia tinha influência direta em vários aspetos. A Crimeia é um aglomerado de etnias com as principais a serem a russa, a ucraniana e a tártara, mas com os russos em clara maioria (ver figura 8). Assim com os recentes acontecimentos, a Rússia ganhou novos argumentos para poder invadir a região, defendendo que ia proteger os seus interesses e os interesses dos seus cidadãos na região. O mesmo está a acontecer na zona leste da Ucrânia, com várias cidades e zonas a serem controladas por movimentos separatistas que apoiam uma aproximação a Moscovo e há relatos de que a Rússia tem infiltrado tropas suas descaracterizadas nas zonas em questão para servir como agitadores. O facto de o leste da Ucrânia ter como base dos seus cidadãos, russos, e a proximidade ao seu vizinho de leste, faz com que as quezílias aumentem consideravelmente e o desejo de aproximação à Rússia vá crescendo. Para além disso todos estes conflitos no território ucraniano beneficiam e em muito a posição que a Rússia quer ter, recuperando o que outrora foi uma grande nação que se estendia por uma vasta área de território.

Com as revoltas provocadas pelo *Euromaidan*, os confrontos na região começaram entre pró-russos e pró-ucranianos, e foram tendo o desenrolar dos acontecimentos de forma muito rápida. Com a deposição do Presidente e a sua fuga para a Rússia, Putin viu a abertura para proceder a uma ação militar na região autorizada pelo Presidente que legalmente ainda é Yanukovich. Assim, em Fevereiro de 2014 a Rússia começou a invadir a região tomando de assalto pontos estratégicos como

aeroportos, estradas de ligação entre a península e a Ucrânia, portos e bases militares ucranianas.

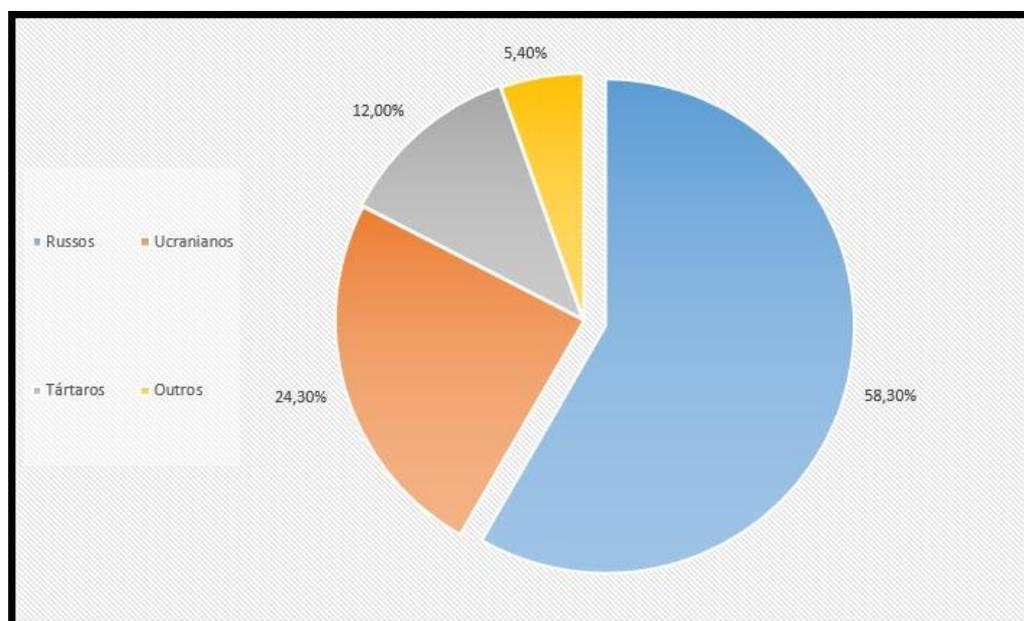


Figura 8 – Etnias presentes na região da Crimeia (em %, segundo Censos 2001)

Fonte: (<http://parquedaciencia.blogspot.pt/2014/04/entenda-crise-na-crimea.html>, última visualização em Maio de 2014)

Elaboração: Própria

A anexação da Crimeia por parte da Rússia num referendo em que 95% dos participantes votaram a favor da mesma é considerada pela Ucrânia como um “crime de guerra”, não sendo reconhecido pela comunidade internacional, ao invés a Rússia considera a Crimeia parte integrante do país. Como afirmou Putin “A Crimeia e Sebastopol regressam ao porto de partida, à praia de origem, à Rússia!”²⁰. Face à situação a comunidade internacional tem decretado sanções para a Rússia que se têm vindo a intensificar com o decorrer da situação que se mantém tensa não apenas na Crimeia mas também no leste da Ucrânia com várias regiões a decretarem que pretendem ser anexados pela Rússia.

As sanções que tanto a União Europeia como os Estados Unidos da América estão a decretar à Rússia, são sobretudo ao nível económico. Em termos económicos a Rússia está a passar um momento frágil e o objetivo destas sanções é o de apertar o cerco ao governo de Moscovo no sentido de aliviar a pressão que está a fazer a todos os

²⁰ Discurso de Putin no Parlamento russo, perante as duas câmaras, o Conselho da Federação e a Duma. Citação retirada de BARATA, Clara, (2014), “O regresso da Crimeia à Rússia foi um dia de glória para Putin”, in jornal Público, Março. Disponível em: <http://www.publico.pt/mundo/noticia/o-regresso-da-crimea-a-russia-foi-um-dia-de-gloria-para-putin-1628783>

níveis na Ucrânia, depois da anexação da Crimeia. Os visados por estas sanções são dirigentes governamentais, empresas públicas e privadas, todas do círculo de influência de Putin. Para além destas também a não concessão de vistos, a não exportação tecnológica para reforçar a capacidade militar russa e o congelamento de bens e ativos nos Estados Unidos da América. O ocidente está a atingir o núcleo duro de Putin com esta primeira vaga de pressões, mas o objetivo não é o de atingir o Presidente mas sim o de tentar mudar a sua política face à Ucrânia, como afirma Barack Obama, “O objetivo não é correr atrás de Putin. O objetivo é que mude de posição em relação ao que se está a passar na Ucrânia e às consequências para a economia russa”²¹. Mas a Rússia parece não mudar a sua posição e um novo pacote de sanções foi aprovado pelo ocidente, a chamada fase dois. Nesta, mais sanções económicas estão a ser imputadas ao gigante energético atacando mais empresas e dirigentes governamentais russos, para além do congelamento de bens aos cidadãos russos nos Estados Unidos da América. Se a posição da Rússia continuar a não mudar depois desta nova fase, os países do ocidente já ameaçaram com a fase três, mas aí poderemos estar perante um impasse. Os Estados Unidos da América por não terem uma ligação económica e comercial tão forte com a Rússia podem avançar sem problema, a questão prende-se com os países da União Europeia. “Seis Estados-membros dependem entre 80 a 100% do gás russo. Sete, entre 50 e 80%. A Alemanha importa 37% do gás que consome da Rússia. Ou seja, neste contexto, qualquer avanço nas sanções vai provocar divisões entre os europeus. Tanto do lado da União Europeia como do lado de Moscovo há muito dinheiro em jogo. Recorde-se que o bloco europeu é destino de 70% das exportações de gás natural da Rússia”²¹. Contudo estas sanções já começam a fazer moessa na economia russa, com a fuga de capitais do país a chegar já a 2,5% do Produto Interno Bruto (PIB), assistindo-se também a uma desvalorização do rublo, a moeda da Rússia.

O que assistimos na Crimeia é uma Rússia como se tinha vislumbrado embora de forma rápida e não tão incisiva na Guerra da Geórgia para defender a Ossétia do Sul, uma região que não é reconhecida internacionalmente. A Rússia, em 2014, com a intervenção militar na Crimeia comprovou que deixou de ser uma potência que se escondia na sombra da União Soviética. O mundo deixou assim de ter apenas os Estados Unidos da América e a União Europeia no topo e passa agora a ter uma Rússia

²¹ Citado em: <http://pt.euronews.com/2014/04/29/sances-a-russia-ue-e-eua-com-diferentes-niveis-de-pressao-a-moscovo/>.

com grandes desejos de expansão para os seus vizinhos e ex-Repúblicas Soviéticas e que conta com o apoio dos BRICS.

A invasão da Crimeia, para o governo de Moscovo é justificada pois o presidente da Ucrânia legalmente ainda é Yanukovich, que aprovou a intervenção militar. A Rússia afirma apenas que defende os interesses do país e dos cidadãos de origem russa no país e avisou que pode não ficar apenas pela Crimeia dependendo da evolução da situação no leste do país, pois tem de defender os cidadãos de origem russa e os seus interesses.

A estratégia de Putin resultou na perfeição no caso da Crimeia acusando o ocidente de não cumprir o acordo que assinou com o presidente deposto e não vê assim credibilidade no novo governo. Para além disso, Putin rodeou-se de vários aliados ao longo dos anos que foi colecionando após estes seus “aliados” não optarem por seguir as políticas dos Estados Unidos da América. Os desejos expansionistas da Rússia já vêm de há algum tempo mas parecem agora atingir um clímax, com as pressões que foi fazendo ao longo dos anos a estarem agora todas centradas na Ucrânia. “O atual ocupante do Kremlin²² consegue desempenhar os três papéis ao mesmo tempo: déspota mau, déspota bom e vítima de terrorismo. Falta acrescentar duas outras facetas: manipulador dos países vizinhos, a começar pela Ucrânia (a quem abre e fecha a torneira dos gás natural consoante as circunstâncias), a bem das pretensões de a Rússia continuar a ser a potência dominante da Vístula aos Urais e da Sibéria ao Cáucaso” (CARDOSO, 2014: 3).

A Crimeia é a região geoestratégica por excelência da Rússia, sempre o foi desde há séculos, mas atualmente é-o para a Ucrânia que também não quer abrir mão de tão importante região. É uma península situada no Mar Negro e que a leste tem a Rússia apenas separada por poucos quilómetros no Estreito de Kerch, que separa o Mar Negro do Mar de Azov. As ligações rodoviárias à região apenas estão disponíveis a partir de território ucraniano, sendo que a única ligação do país com a Rússia é através do Estreito de Kerch, estando prevista a construção de uma ponte para ligar a região e o gigante. Para além da importância dos portos do país também passam na região gasodutos oriundos da Ucrânia e da Rússia e que abastecem a população. Com a anexação da Crimeia fica evidente o desejo da Rússia também pelo leste da Ucrânia,

²² O Kremlin é uma conhecida fortaleza no centro de Moscovo, que serve de sede ao governo da Rússia. Para além do governo contém vários monumentos no seu interior. A palavra em si é comumente utilizada para designar o governo de Moscovo.

não apenas porque estendia o seu território a ocidente mas em simultâneo pela riqueza em termos energéticos que o leste e a região da Crimeia representam, tendo reservas de gás natural em grande parte destas regiões (ver figura 9).



Figura 9 – Reservas de gás natural da Ucrânia e da região da Crimeia

Fonte: (<http://www.eegas.com/ukraine.htm>)

Elaboração: Nuno Cunha

Assim a situação na região apesar do referendo e do apoio da Rússia pode ainda não estar decidida, mas a esperança da Ucrânia voltar a reaver o território parece quase nula, com as eleições de 25 de Maio a não trazer novidades em relação a esta questão. No entanto a principal preocupação será a de “reunificar” toda a Ucrânia incluindo a de leste para que o país não entre naquilo para que caminha, uma guerra civil que depois será de muito mais difícil resolução e que pode abrir caminho para mais anexações por parte da Rússia como aconteceu no caso da Crimeia.

3.1.2. A forte relação energética entre a Alemanha e a Rússia

A Alemanha e a Rússia são dois gigantes a nível mundial e que desempenham um papel de extrema importância na economia global. Em termos energéticos a

Alemanha importa grande parte do gás natural que consome da Rússia que é transportado por gasodutos. A relação entre estes dois países data do pós-Segunda Guerra Mundial, quando a antiga União Soviética ficou com o controlo da antiga República Democrática Alemã, numa altura em que a Alemanha de Hitler se via dividida em duas partes e controlada pelas forças aliadas que derrotaram a Alemanha nazi, com a República Federal Alemã a ser governada pelo ocidente. Mas com as reformas de Gorbatchov que levaram ao fim anunciado da União Soviética, também a parte oriental da Alemanha se via reunificada com a parte ocidental formando o que hoje em dia conhecemos com Alemanha, assim “Em menos de doze meses, a União Soviética deixa cair o seu Estado alemão, sem conseguir sequer impor um estatuto de neutralidade para a Alemanha unificada. Pelo contrário, no termo de uma concertação intensa com os Estados Unidos, Mikhail Gorbatchov aceita que a Alemanha possa escolher as suas alianças sem constrangimentos, sem ter quaisquer dúvidas sobre a decisão da alemã de permanecer na comunidade de defesa transatlântica” (GASPAR, 2005: 49).

Depois da reunificação alemã, a Rússia perdeu qualquer ponto de referência a ocidente e a Alemanha optou por ter como grande apoio a União Europeia e os Estados Unidos da América. Com tudo o que se ia desenrolando na Rússia pós-União Soviética o sentimento que dominava o país era da queda de um gigante que lutava agora para se recompor e voltar à glória de outros dias. A Alemanha é um dos membros fundadores da União Europeia, ainda como República Federal Alemã e, após a reunificação o território sobre o domínio russo consequentemente também a fazer parte. A Alemanha, ao contrário da Rússia que foi perdendo peso, num mundo cada vez mais globalizado face a tudo o que lhe aconteceu, ganhou peso a nível europeu, tornando-se numa das economias mais poderosas no seio da União Europeia. Para além do seu estatuto de gigante europeu, tem também conseguido alcançar um estatuto a nível mundial com a mediação de conflitos e mais recentemente sendo o principal pilar da luta contra a crise económica mundial que assolou fortemente os países da União Europeia. “Atribuir uma nova visão à Europa passa assim, para a Alemanha, por atribuir à Rússia um papel fundamental na parceria entre a UE e a Rússia. Ao mesmo tempo isto significa, contudo, que a Alemanha Estado-membro com uma política externa *low profile* até há poucos anos, reconhece à UE e a si própria, a elevação para o estatuto de potência europeia, com ambições estratégicas, pelo menos, para as suas regiões circundantes” (DAEHNHARDT, 2006: 2).

A presidência alemã da União Europeia e também do G-8²³, em 2007, representa os novos desafios que atravessa uma União Europeia alargada ainda mais a leste com a adesão da Bulgária e da Roménia. A principal preocupação da Alemanha durante este período é a de estabelecer “ (...) um acordo sobre a política e segurança energética europeia (...) e a definição das relações com a Rússia e os países da Ásia Central” (DAEHNHARDT, 2007: 1). A preocupação de um novo acordo em termos energéticos é compreensível pois a dependência externa em termos energéticos da Alemanha e da própria União Europeia face a outros países, e em grande parte à Rússia é grande, nomeadamente em termos de gás natural (ver figura V, em anexo). Com a abertura do *Nord Stream* a Alemanha passará a ter um gasoduto de ligação direta com a Rússia, com entrada na cidade costeira de Greifswald e passará a abastecer-se diretamente do gigante de leste e conseqüentemente a abastecer os seus vizinhos numa complexa rede de gasodutos que abastece toda a Alemanha, mas com ramificações para todos os seus vizinhos como a Dinamarca, a Holanda, a Bélgica, a França, a Áustria, a República Checa e até para Inglaterra atravessando o Canal da Mancha (ver figura 10). Para além destas ligações entre a Holanda, a Bélgica e a França à Inglaterra através do Canal da Mancha, também várias plataformas de gás natural estão situadas ao largo da costa inglesa, no mar do norte, sendo que depois abastecem os países nórdicos e a própria Inglaterra. As ligações que resultam do *Nord Stream* para a Inglaterra têm origem em dois gasodutos principais o *BBL* que parte da Holanda de Julianadorp com destino a Bacton e o *Interconnector* que parte de Zeebrugge na Bélgica com o mesmo destino (ver figura VI, em anexo).

Toda a Europa está ciente de como é importante reduzir a dependência energética em termos de gás natural da Rússia e daí a preocupação da União Europeia mas particularmente da Alemanha em tentar estabelecer uma política energética comum, diversificando as suas fontes de abastecimento energético, apostando na região do Magrebe e no sul da Europa para ser o ponto de entrada. No entanto a Alemanha apresenta um paradoxo, pois à medida que tenta uma redução da dependência face à Rússia é um país que tem agora um gasoduto direto através do Mar Báltico. A revisão dos APC teve em atenção este tema da política energética, mas continua a ser um assunto sempre complicado e que levanta grandes tensões. “A relação da Rússia com a

²³ O G-8 é um grupo que reúne os oito países mais industrializados e desenvolvidos do mundo. Fazem parte deste grupo os Estados Unidos da América, a Alemanha, o Canadá, a França, a Itália, o Japão, o Reino Unido e a Rússia que se viu recentemente excluída deste grupo face aos acontecimentos ocorridos com os conflitos na Ucrânia e a anexação da Crimeia por parte de Moscovo.

UE é complexa e caracteriza-se pela inexistência de uma única política comunitária para a Rússia. Muitas vezes os interesses dos Estados-membros são simplesmente demasiado divergentes entre eles ou em relação a terceiros para permitir uma estratégia de longo prazo comum para a Rússia” (FREIRE, 2011: 184). Contudo as relações entre a Rússia e os países europeus tem sofrido alguns contratempos com países que têm de ser abastecidos e que têm uma grande dependência energética de gás natural a verem os fluxos do recurso energético em questão a serem reduzidos ou cortados de acordo com as diretrizes de Moscovo.



Figura 10 – Rotas de gasodutos oriundos da Rússia, passando pela Alemanha que abastecem a Europa central e do norte²⁴

Fonte: (http://www.gie.eu.com/download/maps/ENTSOG_SYSDEV_MAP2012.pdf)

Elaboração: Nuno Cunha

A instrumentalização que tem sido feita a países como a Ucrânia e a Bielorrússia devido ao fornecimento de gás natural com a abertura e o fecho dos fluxos de abastecimento e com as variações de preços faz com que não só as relações da

²⁴ As rotas de gás natural são oriundas da Rússia, contudo a rede de gasodutos que se encontra na Alemanha é bastante mais extensa estando apenas aqui representados os principais e as principais rotas de abastecimento. Os gasodutos aqui representados fazem parte do gasoduto JAGAL, mas também está composto pelos gasodutos NEL, OPAL, INTERCONNECTOR, BBL, DEUDAN, MIDAL E WEDAL. A rota 1 representada na figura 10 corresponde à ligação entre Zeebrugge na Bélgica e Dunquerque na França, a rota 2 corresponde ao gasoduto OPAL entre Greifswald na Alemanha e Praga na República Checa, a rota 3 corresponde ao gasoduto entre Oldenburg na Alemanha e a Holanda, a rota 4 corresponde ao gasoduto BBL, entre Oldenburg na Alemanha e Bacton no Reino Unido, a rota 5 corresponde ao gasoduto DEUDAN entre Harsefeld na Alemanha e a Dinamarca e a rota 6 corresponde à ligação entre Egtved e Copenhaga ambas na Dinamarca. Em relação ao que se encontra descrito na legenda como gasoduto JAGAL corresponde aos gasodutos, NEL, WEDAL e MIDAL que se encontram no interior da Alemanha.

Rússia com estes países sejam difíceis, como prejudica as relações com outros que dependem também do gás natural russo como os casos da Polónia, da República Checa, da Hungria, da Áustria, entre outros (ver figura VII, em anexo).

Mas as diferenças em termos de tomada de decisão quer por parte da Rússia, quer por parte da Alemanha são óbvias, “ (...) a Alemanha recorre preferencialmente ao *soft power*, enquanto a Rússia mescla o uso do *hard* e *soft power* na prossecução de objetivos políticos e face a conflitos de interesses que surgem com outros atores [políticos] ” (FREIRE, 2011: 176). Prova destas divergências entre as duas potências é o facto da renegociação dos APC estarem a decorrer a um ritmo muito lento, fruto da guerra na Geórgia, em 2008, as tensões entre a Polónia e a Rússia devido ao fornecimento de gás natural e também com a Ucrânia que se têm vindo a intensificar até aos dias de hoje. O gigante energético tem feito inimigos com bastante facilidade principalmente em regiões suas vizinhas apoiando movimentos separatistas dentro de ex-Repúblicas Soviéticas como veremos mais à frente e variando os fluxos e preços de gás natural para a Europa, utilizando este como o seu grande trunfo para intimidar a União Europeia.

Em termos energéticos as relações entre a Alemanha e a Rússia são de grande proximidade. “ (...) A Alemanha é o maior parceiro comercial da Rússia no quadro da UE, sendo que a dimensão energética assume prevalência” (FREIRE, 2011: 185). A Rússia é a maior fornecedora de gás natural à Alemanha (ver figura 11) sendo que é a maior produtora do mesmo e com a abertura do *Nord Stream* que ligará diretamente a Rússia e a Alemanha este número tem tendência a aumentar. A União Europeia é uma região por si só parca em recursos energéticos e tem uma grande necessidade dos mesmos, daí o seu elevado nível de importações da Rússia, que pelo contrário é rica em recursos energéticos principalmente em gás natural.

Em 2004, a parceria entre as duas potências foi levada a outro nível com a assinatura de um acordo comercial entre Schroder²⁵ e Putin. Acordo esse que teve como base a energia e que juntou duas das maiores multinacionais do setor uma alemã, a E.on e a outra russa, a Gazprom. Esta parceria foi fabricada principalmente nos domínios energético e económico e para além do poder político envolvido podemos também encontrar os fortes *lobbies* que se instalaram na sociedade, principalmente na sociedade russa (ver figura VIII, em anexo). A Gazprom é uma das maiores multinacionais do

²⁵ Gerhard Schroder ocupou o cargo de Chanceler alemão entre 1998 e 2005. Antes dele tinha ocupado o cargo Helmut Kohl e foi sucedido em 2005 pela atual Chanceler alemã Angela Merkel.

mundo e a maior em termos de gás natural e como se comprova facilmente tem uma relação de grande promiscuidade com o governo de Moscovo. Deste acordo resultou também o memorando para a construção do *Nord Stream* o que levantou grandes dúvidas aos vizinhos europeus da Alemanha, como a Polónia, a Bielorrússia e a Ucrânia que acusaram o gigante europeu de não demonstrar preocupação pelos seus vizinhos mas sim pelos seus interesses estratégicos ao nível da energia com a Rússia. Para fazer face às vozes discordantes a Alemanha vê “A trajetória de maior cooperação e proximidade bilateral na relação entre a Alemanha e a Rússia não deixa de manter subjacente a preocupação alemã de que esta proximidade não seja lida como uma opção que contraria os interesses e posicionamento da Alemanha na Europa (...) [mas a Rússia observa esta aproximação ao ocidente nomeadamente à Alemanha como] um duplo benefício, de algum modo, contraditório: uma maior proximidade à UE e a tentativa de aumentar a sua influência neste quadro multilateral, enquanto reforçando a questão da divisão e da falta de coerência interna da UE” (FREIRE, 2011: 193).

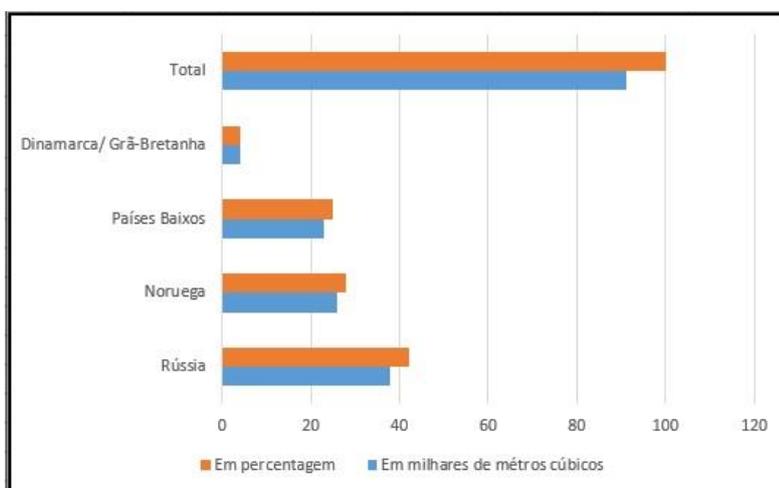


Figura 11 – Importações alemãs de gás natural (2004)

Fonte: (http://www.energy.eu/publications/KOAC07001ENC_002.pdf)

Elaboração: Própria

A Alemanha e a Rússia têm vindo a implementar uma política de proximidade disfarçada de equidistante o que para Martin Schultz²⁶ “significa distância. Preferia mesmo a expressão proximidade” (CHIVIDIS, 2009: 109). Esta proximidade entre as duas potências em muito se relaciona com a questão da energia e com o poder dos

²⁶ Martin Schultz é atualmente candidato pelos socialistas europeus à Comissão Europeia. É um político alemão pertencente ao SPD (Partido Social Democrata) e é deputado do Parlamento Europeu desde 1994, desde 2004 é coordenador da bancada socialista do parlamento e em 2012 foi eleito Presidente do Parlamento Europeu.

lobbies que se encontram cada vez com mais força, devido à construção do *Nord Stream* o que faz com que nomeadamente a Gazprom possa aumentar as suas exportações para o oeste europeu através da Alemanha e expandir assim ainda mais a sua rede de gasodutos pela Europa. A procura por alternativas a esta dependência parece agora fazer mais sentido do que nunca com os Estados Unidos da América depois do acordo realizado e os países da região do Magrebe a posicionarem-se como principais fornecedores de gás natural. No entanto, a Rússia não parece querer abdicar do domínio energético que tem sobre a Europa e prova disso é o *Nord Stream*, mas para além deste temos mais um projeto de gasoduto oriundo da Rússia em direção à Europa (*South Stream*) que a concretizar-se no futuro será mais um dos geradores da dependência que se mantêm e que tende a crescer.

3.1.3. Feridas antigas, nacionalismos, dependência e guerras

Toda a região leste da Europa apresenta conflitos, resultado de nacionalismos que foram sendo oprimidos ao longo dos anos. Com a União Soviética muitos países perderam a sua soberania para ficarem sob a alçada de um poder que tinha o seu centro em Moscovo. Isso gerou uma onda de contestação que foi sendo reprimida que com o final da União Soviética ganhou novo alento e até aos dias de hoje subsistem conflitos e divergências resultado de nacionalismos. Após a queda da União Soviética vários países viram ser-lhes devolvida a sua soberania, mas esta devolução gerou novos conflitos com povos aos quais não foi concedida nenhuma parcela de território mas que têm uma identidade própria. Países como a Estónia, a Letónia, a Lituânia, a Moldávia, a Arménia, a Geórgia, o Azerbaijão, a Bielorrússia e a Ucrânia, entre outros, viram a sua soberania ser-lhe devolvida após o fim do império soviético. Com a independência destes países face à Rússia, foi aberto um precedente para que outras regiões pudessem fazer a mesma coisa. Assim, surgem conflitos de ordem regional mas que acabam todos por ter Moscovo como denominador comum. Alguns destes conflitos já duram há vários anos, casos dos movimentos da Chechénia, da Abcásia, da Ossétia, entre outros.

A Chechénia está situada na região do Cáucaso e é um ponto estratégico para a Rússia pois localiza-se entre o Mar Negro e o Mar Cáspio e é um dos principais pontos de passagem de gasodutos e de oleodutos. Grande parte do petróleo e do gás natural que

é exportado para a União Europeia atravessa o Mar Cáspio e esta região, daí a sua importância vital para a Rússia (ver figura 12).

O clima de tensão entre a Chechénia e a Rússia já é anterior à Segunda Guerra Mundial, com a região a ser acusada de pactuar com a Alemanha de Hitler, sendo que com o fim da guerra o povo checheno foi deportado para campos de concentração no Cazaquistão e na Sibéria. Com o final da União Soviética surge um movimento separatista e começa o conflito que vigora até aos dias de hoje na região. Esta região já foi protagonista de duas guerras com a Rússia, uma em 1994 tendo terminado em 1995 com a capturada das forças russas da capital Grozny e a outra em 1999. Com todas estas movimentações militares em menos de 10 anos a Chechénia ficaria sob alçada direta de Moscovo que referendou essa mesma decisão em 2003, sendo que o resultado que daí adveio não foi reconhecido pela comunidade internacional. Com o povo contra o domínio russo os conflitos não têm cessado e esta importante região rica em recursos energéticos e ponto de passagem para o transporte dos mesmos continua a reivindicar a sua autonomia. Mas esta reivindicação tem como base os atentados terroristas que fazem todos os anos milhares de mortos, quer de um lado quer do outro.



Figura 12 – Localização da Chechénia na região do Cáucaso
Fonte: (<http://www.bbc.com/news/world-europe-18188085>)

Para além desta questão da Chechénia, outras regiões têm manifestado o desejo de independência como a de Nagorno-Karabakh. Com o final da União Soviética este foi outra das regiões que não conseguiu a autonomia e com os seus vizinhos da Arménia e do Azerbaijão a serem independentes da Rússia a disputa pelo território reacendeu-se. A Rússia apoiando ambos os lados com o envio de mercenários também não ajuda em

nada a questão e torna o conflito de difícil resolução. Em 1993 foi iniciada a negociação de um acordo de paz entre os três lados envolvidos, a Arménia, o Azerbaijão e Nagorno-Karabakh, mediado pelo Grupo de Minsk²⁷.

Em 2008 as negociações levaram a um referendo sobre o estatuto da região, que no final juntou os presidentes azeri e arménio em Moscovo para a assinatura de um acordo. A posição da União Europeia nesta questão é difícil pois não quer entrar em conflito com os países em questão e dá assim o seu apoio a ambos o que leva a que seja dado implicitamente um apoio ao conflito. “ (...) A UE optou por apoiar o direito à autodeterminação no Plano de Ação arménio e o princípio da integridade territorial no Plano de Ação azeri. Este compromisso tornou possível o avanço no processo, mas minou as tentativas de democratização da UE no Cáucaso, ao apoiar implicitamente o *status quo* no conflito de Nagorno-Karabakh. A UE tem evitado envolver-se diretamente neste conflito: não providencia assistência à reabilitação da região de Nagorno-Karabakh; o atual Representante Especial para o Cáucaso do Sul, o embaixador Peter Semneby, não visitou as áreas afetadas pelo conflito, como fez na Abcásia e na Ossétia do Sul (...)” (SIMÃO, 2010: 242).

Além das duas regiões palco de conflitos já mencionadas faz sentido falar ainda de mais três regiões, a Abcásia, a Ossétia do Sul e a Transnístria. A Abcásia e a Ossétia do Sul são regiões à semelhança das regiões acima referidas pertencentes ao Cáucaso, zona rica em termos de recursos energéticos e atravessadas pelas mais importantes rotas de gás natural para a Europa. Ambas as regiões têm ainda, outro ponto em comum pois são movimentos separatistas oriundos do mesmo país, a Geórgia (ver figura 13).

Com o final da União Soviética deu-se uma guerra em 1992, entre a Abcásia e a Geórgia, que tirou a milhares de pessoas as suas vidas e que resultou na vitória da Abcásia tendo esta efetuado uma limpeza étnica de todos os georgianos que se encontravam no seu território e proclamou a sua independência, que não é reconhecida internacionalmente. A tensão no entanto manteve-se sempre e “Após a “revolução colorida” que levou ao poder o atual e pró-ocidental Presidente da Geórgia, Mikhail Saakashvili, em 2003, a tensão aumentou entre a Geórgia e a Abcásia e a Rússia, com Tbilissi a sugerir que o governo da Abcásia seria um satélite de Moscovo” (TOMÉ, 2007: 13), a Rússia e os seus vizinhos do Cáucaso apresentam uma relação muito difícil

²⁷ Grupo criado em 1992, pela Conferência sobre a Segurança e a Cooperação na Europa, atual Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), no sentido de mediar as negociações de paz no conflito do Nagorno-Karabakh entre a Arménia e o Azerbaijão. Este grupo é constituído pela Rússia, os Estados Unidos da América e a França.

desde o final da União Soviética. Em 1994, foi assinado um cessar-fogo com a presença de forças de manutenção da paz da ONU, e da CEI, mas em 2008 aquando da Guerra na Ossétia do Sul o cessar-fogo foi anulado e as forças de paz saíram da região com a Rússia a reconhecer internacionalmente a Abcásia como país.



Figura 13 – Regiões do Cáucaso sob pressão, localização da Ossétia do Sul e da Abcásia

Fonte: Courrier International nº216, Fevereiro de 2014, p.41

A Ossétia do Sul tal como a Abcásia também faz parte da Geórgia e também viu a sua declaração de independência ser reconhecida a nível internacional pela Rússia, em 2008. A situação desta região é em tudo semelhante à da Abcásia, pois também esteve sobre o domínio soviético embora sendo uma região consagrada, e após o final da União Soviética viu-se incluída na Geórgia o que despoletou uma onda de revolta junto dos seus cidadãos. As ações que ocorrem na região contra o poder de Tbilissi têm quase sempre o apoio da Rússia enquanto o governo georgiano tem a seu lado os Estados Unidos da América. A situação tem vindo a aumentar os níveis de tensão

principalmente devido às disputas entre a Rússia e a Geórgia devido aos recursos energéticos como o caso do gás natural. A Geórgia que tem atualmente um programa de construção de bases militares perto da fronteira russa e da região da Ossétia do Sul, ao abrigo da OTAN, tem vindo a conter o gigante russo que desaprova essas construções por colocarem o ocidente tão perto do seu território.

A Transnístria já apresenta um contexto diferente da Ossétia do Sul e da Abcásia, a nível geográfico não se situa na região do Cáucaso mas sim na Moldávia, no leste europeu (ver figura 14).



Figura 14 – Localização da Transnístria

Fonte: Courrier International, nº220, Junho de 2014, p.24

Esta região tal como as outras viu-se incluída na Moldávia após a queda da União Soviética, em 1991, o que provocou uma guerra civil na região entre moldavos e romenos e habitantes da região das Transnístria apoiados pelos russos e cossacos. Ao contrário das outras duas regiões referidas anteriormente esta não se encontra

fisicamente perto da Rússia o que dificulta o papel do gigante de leste no apoio ao movimento separatista. Contudo a Rússia apoia esta região ao nível energético com o fornecimento de gás natural a um preço bem mais reduzido.

O papel da Rússia nestes movimentos separatistas é facilmente compreendido pois a sua separação dos países onde estão incluídos pressupõe uma união à Federação Russa, tornando-se estados federados da Rússia, ou se isso não acontecer é inevitável a dependência a todos os níveis que estas regiões terão de ter com a Rússia. O apoio dado a estes movimentos é por isso total da parte russa, pois assim conseguirá expandir o seu domínio nestas regiões de elevada importância no transporte de recursos energéticos e mesmo ricas em recursos energéticos como o gás natural, principalmente a região do Cáucaso. Em 2006, “ (...) os líderes dos governos independentistas não reconhecidos da Transnístria, da Abcásia e da Ossétia do Sul criaram a Comunidade para a Democracia e os Direitos Humanos, iniciativa apoiada por Moscovo num contexto em que a Moldávia e a Geórgia se desdobram em esforços para promoverem a retirada das tropas russas dos seus territórios, eventualmente, substituindo-as por tropas ocidentais” (TOMÉ, 2007: 15). Estes “conflitos congelados” têm vindo a manter-se desde o final da União Soviética e têm vindo a observar a sua situação aquecer à medida que o tempo vai passando e com o desejo da Rússia de estender o seu domínio sobre os seus vizinhos despoletando os sentimentos nacionalistas e abrindo feridas antigas que ainda não sararam.

Ao nível das regiões que circundam a Rússia a dependência destas é enorme, principalmente em termos de gás natural. Os recursos energéticos já levaram a muitas quezílias entre os países nomeadamente do Cáucaso por ser uma região estratégica que em termos de produção de recursos energéticos como o gás natural, mas também do seu transporte para a União Europeia através dos gasodutos. Um dos últimos grandes conflitos, se deixarmos de parte o da Ucrânia, o qual já foi abordado, foi o da Geórgia, em 2008. Este conflito opôs a Rússia e as regiões separatistas da Ossétia do Sul e da Abcásia à Geórgia, e foi daqui que surgiram os reconhecimentos a nível internacional destas duas regiões, da Rússia, como independentes da Geórgia. Este conflito “ (...) relaciona-se com o legado de 1989 em dois sentidos. Primeiramente, a Rússia tratou os confrontos militares entre a Geórgia, por um lado, e a Abcásia e a Ossétia do Sul, por outro, como resquícios dos tempos da dissolução espontânea da União Soviética” (MAKARYCHEV, 2009: 59). Com o escalar dos conflitos e a intervenção da Rússia que apelidou a mesma como necessária e apenas de manutenção de paz na região, a

União Europeia foi obrigada a intervir e a França tomou as negociações de paz deste conflito. O acordo de paz foi assinado por Tbilissi e por Moscovo, e o recuo das tropas russas deu-se durante muito tempo e não para o local que havia sido acordado no acordo de paz, pois a Rússia deixou as suas tropas estacionadas na Ossétia do Sul e na Abcásia fruto de acordos com os governos desses países que foram reconhecidos por si mas não pela comunidade internacional. O ocidente desempenha aqui um papel fundamental pois a Geórgia face à posição estratégica que ocupa tem vindo a rivalizar com a Rússia por ser uma ligação primordial no transporte de gás natural para a Europa. Com a atuação da União Europeia deu-se um “ (...) reforço da “Parceria de Leste”, com países como a Ucrânia, a Moldávia, a Geórgia, a Arménia, o Azerbaijão e a Bielorrússia, caso ocorram as transformações políticas necessárias, e o aprofundamento das políticas de energia comuns constituam duas das prioridades para o futuro da UE” (ALMEIDA, 2008: 25).

Em termos energéticos a região do Cáucaso é o ponto de passagem primordial dos gasodutos oriundos do leste. Encontra-se localizada estrategicamente entre o Mar Cáspio e o Mar Negro o que por si só já é demonstrativo da sua importância em termos comerciais e económicos já para não falar sobre a questão dos recursos energéticos que a região apresenta como o gás natural e o petróleo. Os países desta região, nomeadamente a Geórgia e o Azerbaijão, têm aproveitado para rivalizar com o seu vizinho russo nesta questão dos recursos energéticos. A criação da Organização para a Democracia e o Desenvolvimento Económico (GUAM) sinal disso mesmo e a presença destes países na Organização para a Cooperação Económica no Mar Negro (OBSEC) reforça essa mesma ideia de distanciamento face à Rússia e no aproveitamento da sua posição estratégica e dos seus recursos para uma viragem para o ocidente. A aproximação destes países ao ocidente, nomeadamente à União Europeia deve ser tida em conta pela mesma “ (...) no caso da energia, a Crise da Geórgia e o ressurgimento de uma Rússia agressiva e expansionista demonstram, mais uma vez, que a UE deverá construir um mercado comum e uma política externa comum na área da energia” (ALMEIDA, 2008: 25).

Todas estas questões de nacionalismos levantadas com o final da União Soviética relacionam-se com a questão das dependências e em alguns casos levam mesmo a guerras entre países vizinhos como é o caso da Geórgia e mais recentemente com o que acontece na Ucrânia. Assim fazem com que se tenha de repensar o papel da comunidade internacional e principalmente da União Europeia, pois ao virarem-se contra a Rússia estes países procuram a ajuda da Europa que tem de estar preparada

para poder responder às questões que lhe estão a ser colocadas e que lhe serão colocadas no futuro, a política energética necessita de ser discutida a fim de minorar a dependência da Rússia. Todos os conflitos na região leste e do Cáucaso precisam de especial atenção da comunidade internacional para que as feridas que se abriram com o final da União Soviética e que ainda não estão curadas não piorem com esta “nova” faceta da Rússia.

3.2. O encurtar de distâncias, um quartel de relacionamento

Os últimos 25 anos têm sido sem sombra de dúvida anos de grandes mudanças a todos os níveis quer na União Europeia, quer na Rússia. As mudanças foram profundas principalmente na Rússia como já foi referido anteriormente. Praticamente tudo mudou na Rússia desde a queda da União Soviética no início da década de 90 até aos dias de hoje. A União Europeia também sofreu mudanças neste último quartel, mas não tão drásticas como o caso da sua vizinha de leste.

Sendo vizinhos tanto uma potência como a outra têm de cooperar nos mais variados assuntos e temáticas, sendo que alguns dos quais são difíceis como é o caso da questão energética, que a Rússia aceita discutir, mas com cautela, através de comissões criadas para esse mesmo efeito, e que a União Europeia tem receio de mudar pois é extremamente dependente do gigante de leste, principalmente em termos de gás natural. Ao longo dos anos têm sido realizadas várias cimeiras e encontros entre os países da União Europeia e a Rússia, com vista à discussão de temas de interesse comum. A cooperação entre ambas as potências começou a dar os primeiros passos com os APC em 1994, que foram sendo revistos tendo sido assinados desde o final da década de 90 mais de 10 APC's, não só com a Rússia mas também com os países da região do Cáucaso, da Ásia Central e da Europa oriental. Os objetivos comuns destes acordos são o estabelecimento de um diálogo político entre a União Europeia e os países em questão, mas também ao nível económico, estabelecendo parcerias ao nível do livre-trânsito de mercadorias à semelhança do que se passa no interior da Europa, e em alguns casos à isenção de taxas de importação. Em termos mais específicos países da região do Cáucaso e da Ásia central cooperam em termos de democracia e direitos humanos, e num quadro mais geral todas as regiões cooperam em âmbitos culturais,

económicos, de imigração clandestina e mais especificamente de fuga de capitais, luta contra o tráfico de droga e branqueamento de capitais.

Em 2003 a União Europeia lançou a PEV que efetivamente foi publicada em 2004 para evitar o distanciamento dos países que com ela fazem fronteira, isto antes de se proceder ao maior alargamento da sua história em 2004 com a entrada de novos Estados-membros a grande maioria antigas Repúblicas Soviéticas. Visa estabelecer um espaço de estabilidade, prosperidade e segurança, nas zonas fronteiriças da Europa nomeadamente a leste. “A partir de Janeiro de 2007, no âmbito da Política Europeia de Vizinhança (PEV), o apoio financeiro da UE aos países pós-soviéticos (bem como aos restantes países vizinhos do Mediterrâneo) passa a ser canalizado, sobretudo, através do novo Instrumento Europeu de Vizinhança²⁸ (...)” (TOMÉ, 2007: 19). Para o apoio a todos os níveis a estes países foram definidos Planos de Ação²⁹ com prioridades estratégicas. Estas políticas e acordos decerto aproximaram as duas potências, mas permitiram à União Europeia estabelecer relações de maior proximidade com os seus vizinhos em várias regiões.

Para além destas políticas, a realização de cimeiras e de reuniões entre a União Europeia e a Rússia têm sido uma constante. Em Janeiro do presente ano, realizou-se a 32ª Cimeira entre a União Europeia e a Rússia, em Bruxelas. Tal como todas as outras, foram debatidos vários assuntos, e Durão Barroso afirmou que “Esta cimeira com o Presidente Putin foi uma oportunidade importante para refletir na natureza e no rumo da nossa Parceria Estratégica”³⁰. As relações entre ambas as potências tiveram este quartel de relacionamento desde o início da década de 90 contudo e após este quarto de século as relações são de clara aproximação, em comparação com o início. Claramente as relações evoluíram mas o desejo da Rússia de voltar aos tempos áureos da União Soviética e atualmente face aos acontecimentos com a Ucrânia estamos a assistir a uma espécie de “guerra fria” entre a Rússia e o ocidente, principalmente com a União Europeia e os Estados Unidos da América. Nesta espécie de conflito gelado o papel dos

²⁸ É um apoio financeiro a conceder pela União Europeia aos países parceiros da PEV tem como bases de referência as prioridades definidas nos respetivos planos de ação.

²⁹ Os Planos de Ação são acordados em conjunto, para aproximar ao máximo estes países à União Europeia. “ (...) baseiam-se num compromisso em torno de valores comum, ou seja, o respeito dos direitos humanos, incluindo os direitos das minorias, o Estado de direito, a boa governação, a promoção de relações de boa vizinhança e os princípios subjacentes à economia de mercado e ao desenvolvimento sustentável, bem como em determinados objetivos fundamentais em matéria de política externa e de segurança” (TOMÉ: 2007: 20).

³⁰ Citado em: http://ec.europa.eu/commission_2010-2014/president/news/archives/2014/01/20140128_1_pt.htm

lobbies foi fundamental pois os interesses da multinacional russa são bastantes com infraestruturas espalhadas pelo país, mas também pela Ucrânia e por outros países da União Europeia, daí que um conflito não fosse de todo a melhor opção nesta matéria.

Os *lobbies* são algo que se encontra um pouco disseminado por todo o mundo, mas com uma União Europeia muito dependente da Rússia em termos energéticos, estes são mais fortes do que nunca e realizados pelas grandes multinacionais energéticas dos diferentes países da Europa mas também pela gigante russa Gazprom. Esta é uma empresa de energia russa, a maior do país e a maior exportadora de gás natural do mundo inteiro, é atualmente controlada pelo governo de Moscovo, mas tem parte do capital privatizado. A empresa controla praticamente todos os gasodutos que atravessam a Ucrânia e a Bielorrússia, e tem também desempenhado um papel ativo na construção das autoestradas energéticas do *Nord Stream* e do *South Stream* que abordaremos adiante. É a principal fornecedora de gás natural dos países da União Europeia, sendo responsável por exportações para todos eles. Tem também mais de 10% das reservas mundiais de gás natural (ver figura IX, em anexo) e é responsável por mais de 90% do abastecimento de gás natural à Rússia. Assim por esta apresentação sumária da gigante estatal russa a conclusão a que se chega é de que uma multinacional com o peso da Gazprom não só na Rússia como na Europa, mas também no mundo tem uma imensa influência sobre as decisões políticas. O *lobby* é tão forte por parte desta multinacional que chega às mais altas instâncias não só da União Europeia como de países europeus. “Este ilustre *lobby* é composto por dirigentes europeus – antigos como o ex-Chanceler alemão Gerhard Schroder, e em funções, como o primeiro-ministro italiano Sílvio Berlusconi – de países da UE ligados à Gazprom por contratos de peso. O grupo inclui também notáveis da UE, como o Comissário da Energia Andris Piebalgs, e influentes presidentes das grandes empresas de energia nacionais italianas, alemãs, neerlandesas ou francesas. Todos fazem, ou esperam vir a fazer, negócios chorudos com os russos”³¹. As decisões políticas por parte da União Europeia e dos países a nível individual são tão influenciadas por parte da gigante russa, que até as medidas com vista a uma política mais ecológica e sustentável, favorecem a Gazprom, como a diminuição da utilização de carvão e de outros combustíveis fósseis mais poluentes a nível ambiental e a sua substituição pelo gás natural. Uma das razões do insucesso do gasoduto *Nabucco* que tem o apoio dos Estados Unidos da América é o facto de o seu concorrente direto o

³¹ Citado em: <http://expresso.sapo.pt/gazprom-o-gigante-do-lobby=f547080>

South Stream ser da Gazprom e da rede de contatos que a multinacional tem nas mais altas instâncias de decisão não só dos países europeus como da União Europeia, como já se constatou. Cabe aos próprios políticos inverter esta situação uma vez que foram eles que se colocaram nesta situação. O futuro da União Europeia em matéria energética não pode ser de forma alguma condicionado quer pela gigante russa, quer por outra empresa qualquer. A dependência energética em termos de gás natural da União Europeia face à Rússia, não abranda e com a influência que a Gazprom tem no processo decisório e com os novos projetos que vêm sendo feitos, quer a norte quer a sul, esta dependência não tem como abrandar. Contudo esta questão do *lobby* da Gazprom também serviu para aproximar a União Europeia à Rússia uma vez que o diálogo entre as duas potências é constante e chega aos corredores do poder, quer em Bruxelas quer em Moscovo, daí o assunto da energia ser um grande tabu, pois é apenas debatido nos bastidores.

Passados 25 anos do início desta relação entre a Rússia e a União Europeia a aproximação é visível, em todos os aspetos, sendo que a energia continua a ser difícil, mas até a este nível a aproximação é notória, com a rede de gasodutos a densificar-se por toda a Europa e a continuar a crescer. Contudo esta vertente das aproximações é mais benéfica para a Rússia do que para a União Europeia, porque faz com que a dependência energética continue a crescer, principalmente em termos de gás natural, quando a União Europeia devia pensar em reduzir esta dependência. A outros níveis o relacionamento têm-se intensificado e assim continuará pois é do interesse de ambas as potências que assim continue.

4. O dilema da energia, futuro ou passado

A energia é sem dúvida alguma um dos bens essenciais do mundo sendo que o seu papel se vai tornando cada vez mais notório com o desenvolvimento e com a globalização que crescem a um ritmo alucinante. Com o mundo a atravessar uma fase de crescimento expressivo é sem dúvida imperioso apostar no setor energético, mas não nas energias fósseis que se encontram à beira do esgotamento. A aposta terá de ser forte e clara nas energias renováveis ou em energias fósseis que ainda não se apresentem muito exploradas. Para tal é necessário que as políticas energéticas dos países a nível mundial sejam revistas, mas principalmente da Rússia e da União Europeia que necessitam de rever os acordos que efetuaram. Os mais recentes acontecimentos têm levado a que o tema esteja a ser debatido com maior intensidade, e tem originado uma procura de alternativas à forte dependência energética da União Europeia face à Rússia. Os Estados Unidos da América têm-se posicionado como o grande apoio da União Europeia e o principal concorrente russo, tendo mesmo já assinado um acordo com o seu parceiro ao nível energético. As questões que irão fazer com que o debate sobre as mudanças à política energética sejam de facto realizadas, prendem-se com o aumento da dependência das importações, os preços elevados e voláteis da energia, a forte procura de recursos energéticos por parte dos países do mundo, mas muitos outros que serão abordados mais adiante nesta dissertação.

Os recursos energéticos são algo cada vez mais necessário para o mundo cada vez mais carente de energia para continuar a funcionar. O gás natural é um recurso energético de fonte não renovável, assim como o carvão, o petróleo ou o urânio. Embora não seja tão poluente como as outras, também contribui para as alterações climáticas que vão tendo um papel cada vez mais ativo nas transformações que vão ocorrendo no mundo. Como alternativas a estes recursos existem fontes de energia renovável que devem ser a aposta dos países para combater a forte dependência em termos de gás natural da União Europeia face à Rússia, mas também para fazer face às alterações climáticas. Estas englobam a energia hídrica, a eólica, a das marés, a das ondas, a solar, a geotérmica e a de biomassa. Todas elas dependendo das regiões onde tenham de ser implementadas irão contribuir para a redução da dependência energética.

A União Europeia é abastecida por uma autêntica teia de abastecimento de gasodutos oriundos na sua grande maioria da Rússia, acentuando assim a grande dependência energética nomeadamente em termos de gás natural do gigante de leste. Existem contudo grandes eixos de transporte de gás natural, um deles já em atividade, sendo que os outros ainda estão em construção ou mesmo em estudo, mas que a serem uma realidade, podem transformar-se em auto estradas energéticas. Estes eixos são o *Nord Stream* e o *South Stream* sendo que o *Nabucco* não passa de um projeto, sendo que as suas posições são a norte e a sul da Europa, respetivamente, sendo o último oriundo da região do Cáucaso. Mas nem só destes três eixos se faz a teia que abastece a Europa. A rede que se encontra no seio da União Europeia é abastecida por leste, mas também pelo sul, através dos países da região do Magrebe. As ligações através do sul têm como pontos de entrada países como a Itália, a França e a Espanha, mas para além disso e por meio de portos, temos Portugal a ter um papel preponderante nesta análise, posicionando-se como uma das entradas marítimas por excelência de matérias-primas e recursos energéticos para a União Europeia. No interior da Europa, a Alemanha, devido também à sua grande dimensão é um país que é fornecido mas que simultaneamente fornece outros países, sendo que vários gasodutos passam pelo país, principalmente para os seus vizinhos, mas também para a Inglaterra, através do Canal da Mancha. Após a abertura do *Nord Stream* de ligação direta entre a Rússia e a Alemanha através do Mar Báltico, a posição e o papel do país no seio da União Europeia saiu reforçado, pois tornava-se num país que importava o gás natural que consumia diretamente da fonte, não estando condicionada pela passagem por outros países, alguns dos quais enfrentando quezílias com o gigante russo, como é o caso da Ucrânia ou da Polónia. Sendo uma das economias mais fortes da União Europeia, e tendo com a atual crise económica que afeta não só a Europa como todo o mundo, demonstrado que tem um importante papel na tomada de decisões ao mais alto nível, a Alemanha, agora com este poderio energético que pode vir a ostentar, posiciona-se como o gigante no seio da União Europeia, mas a questão que se coloca, prende-se com o facto de o país continuar dependente da Rússia e com esta ligação direta ainda mais dependente se torna do gigante russo.

Assim, o futuro desta relação de dependência terá de ser discutido e num curto período de tempo, face aos atuais acontecimentos, mas também devido à procura de alternativas que coloquem a União Europeia menos dependente do gigante de leste. Para além desta redefinição no que concerne à dependência entre ambas as potências,

também as energias renováveis tem de ser tidas em conta pois para além de serem alternativas à dependência, são simultânea e economicamente mais rentáveis quer para os países porque não têm de importar e a um nível mais ambiental para fazer face às alterações climáticas. O futuro encontra-se assim nas mãos dos líderes mundiais que têm neste momento a oportunidade certa para procurar alternativas e para reduzir a dependência face ao seu vizinho de leste, a Rússia. O conceito de segurança energética faz assim mais sentido do que nunca, para isso são definidas algumas medidas para alcançar esta segurança entre as quais “Diversificar as fontes de abastecimento para evitar a dependência de cartéis, monopólios e países que usam a energia como arma geopolítico; [...]; Trabalhar para assegurar um escudo de proteção do sistema energético contra choques e ruturas [...]; Trazer a globalização para o sistema energético de segurança [...]; Criar condições para a mudança do modelo energético atual favorecendo a maior contribuição das energias renováveis, da hídrica, da eólica, solar, biomassa, da energia nuclear, dos biocombustíveis e do hidrogénio, de forma a compatibilizar o desenvolvimento com a proteção do ambiente e a redução das emissões de gases com efeito de estufa” (SILVA, 2007: 44).

4.1. Energias renováveis, uma alternativa à dependência

As energias renováveis são inevitavelmente o futuro em termos energéticos. O esgotamento de recursos energéticos fósseis como o caso do gás natural faz com que as renováveis tomem um papel de relevo a médio e longo prazo. Para além da questão do esgotamento energético, que com o passar dos anos vai-se aproximando, as energias renováveis podem ser vistas atualmente como uma alternativa à dependência energética, em termos de gás natural da União Europeia face à Rússia. São várias as fontes energéticas que podem ser utilizadas pelos países para fazer face às suas necessidades energéticas.

As fontes de energia renovável são alternativas aos combustíveis fósseis e ajudam a reduzir emissões de gases de efeito de estufa³², para além desta preocupação

³² Os gases de efeito de estufa são substâncias gasosas que se encontram na atmosfera, que absorvem parte da radiação infravermelha, emitida principalmente pela superfície terrestre. O efeito de estufa é um processo natural que ocorre para a manutenção da temperatura do planeta, pois sem este processo a temperatura da Terra seria consideravelmente mais baixa, levando mesmo à impossibilidade da existência

com as alterações climáticas, reduzem a dependência em termos energéticos dos países exportadores de combustíveis fósseis como o gás natural. Esta questão começou a ser debatida na década de 90, quando as preocupações com as alterações climáticas se tornaram mais pertinentes. Neste período assistiu-se a uma assinatura de acordos com vista a uma redução dos gases de efeito de estufa que têm levado às mudanças climáticas no planeta e a um desenvolvimento mais sustentável. O Protocolo de Quioto³³ foi sem dúvida alguma o expoente máximo que simbolizou a rutura com o passado e a procura de um desenvolvimento sustentável em que os países tivessem preocupações mais ecológicas e alterassem os seus padrões de consumo energético. O Protocolo estimula os países que ratificaram o mesmo a cooperarem entre si para combater as alterações climáticas, através da reformulação dos setores de energia e de transportes, a promoção da utilização de energias renováveis, a eliminação de mecanismos financeiros e de mercados inapropriados aos fins da Convenção, a limitação das emissões de gases de efeito de estufa e a proteção de florestas. A ratificação deste Protocolo aconteceu em 1998, mas para além deste existiu um outro documento do foro interno da União Europeia, denominado de Livro Branco³⁴, apresentado em 1997. Foram implementadas várias medidas aquando do Livro Branco mas “Apesar destas medidas, a quota das energias renováveis no consumo interno bruto de energia na UE-27 em 2006 representou 7,1% (dos quais: 66,1% de Biomassa, 20,5% de energia hidroelétrica, 5,5% de energia eólica, 4,3% de energia geotérmica e 0,8% de energia solar), enquanto o consumo bruto de eletricidade a partir de energias renováveis constitui 14,7%”, como é comprovado através da figura 15 (NEMOVA, 2012: 1).

As preocupações com as alterações climáticas estavam na década de 90 em voga e alguns dos objetivos traçados foram até ao ano de 2020. As energias renováveis podem ser vistas como uma alternativa à dependência energética em termos de gás natural da União Europeia face à Rússia. A utilização de energias renováveis é variável de país para país tendo em conta as suas características naturais. O sul da Europa é propício à instalação de painéis fotovoltaicos e a utilização da energia solar pode ser

do planeta como hoje o conhecemos. O aumento dos gases de efeito de estufa na atmosfera têm causando um conseqüente aumento da temperatura, provocando as mudanças climáticas.

³³ O Protocolo de Quioto foi o culminar de uma série de reuniões e discussões iniciada em 1988, no Canadá, com a Conference on the Changing Atmosphere em Toronto, seguindo-se em 1990 na Suécia, o relatório IPCC's First Assessment Report, passando depois pelo Rio de Janeiro em 1992, com a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança Climática.

³⁴ Os Livros Brancos são documentos publicados desde 1985 pela União Europeia que tratam dos mais diversos assuntos. O Livro Branco publicado em 1997 é intitulado “Energia para o futuro: fontes de energia renováveis – Livro Branco para uma Estratégia e um Plano de Ação comunitários”.

mais aproveitada em países como Portugal, a Espanha, a França, a Grécia, a Itália, Malta ou o Chipre. A energia solar refere-se à energia que é captada através da luz e do calor proveniente do Sol. Existem dois tipos de captação de energia solar, sendo eles o direto e o indireto. O direto significa que há apenas uma transformação para fazer energia solar como é o caso dos painéis fotovoltaicos, apesar de necessitarem de uma nova conversão. A captação de energia solar de forma indireta necessita de passar por um processo para ser convertida em energia utilizável.

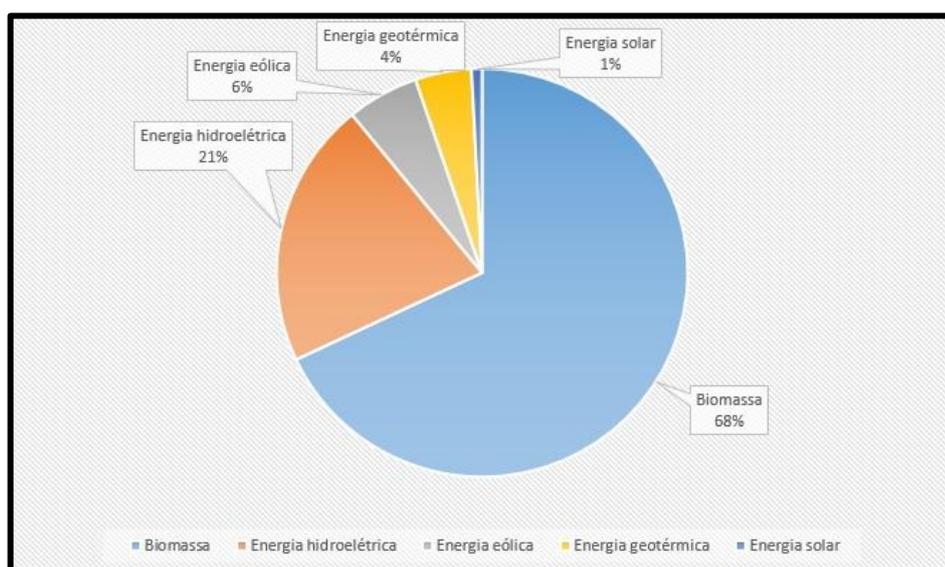


Figura 15 – Percentagem de energias renováveis no consumo interno bruto de energia da União Europeia a 27

Fonte: (NEMOVA, Stela, (2012), “Energias Renováveis”, Parlamento Europeu, Fichas técnicas sobre a União Europeia 2013, Janeiro.)

Elaboração: Própria

Este tipo de energias como todas as outras tem as suas vantagens e desvantagens, o facto de não ser uma energia poluente é um grande ponto positivo, para além disso, as centrais necessitam de uma manutenção mínima, é também benéfica para locais de difícil acesso e um dos grandes fatores é o facto de a radiação solar ser gratuita e abundante. Em termos de desvantagens a construção do material de captação de energia solar tem um custo elevado de produção. Contudo “Analistas de mercado acreditam que os investimentos na tecnologia fotovoltaica poderão duplicar de 35 a 40 mil milhões de euros em 2010 para mais de 70 mil milhões em 2015. Ao mesmo tempo esperam que os preços para o consumidor continuem a descer. Na verdade, nos últimos

três anos o preço dos painéis caiu quase 50 por cento”³⁵. Para além disso este é um tipo de energia que varia muito consoante as condições climatéricas mas também durante a noite, estas quebras de produção energética fazem com que seja necessário um mecanismo de armazenamento. Para além desta questão do clima e da noite, também existem certas localizações que não permitem usufruir deste tipo de energia na sua totalidade, situando-se estes em latitudes médias, elevadas, pois durante os meses de Inverno a exposição à luz e radiação solar sofrem uma quebra tremenda.

Contudo certos países do norte europeu têm uma grande produção de energias renováveis como o caso da Noruega que tem mais de 50% do seu consumo de energia oriundo das energias renováveis (ver figura 16). As estimativas de crescimento para este país que não faz parte da União Europeia, mas que é representativo do que se passa no norte europeu são de que o país terá em 2020 apenas cerca de 30% a 40% de consumo de energia através de combustíveis fósseis, o que mesmo para as importações do país representa algo significativo. Contudo temos de ter em conta que a Noruega também é um dos principais fornecedores de gás natural para a União Europeia, sendo que as suas exportações representam cerca de 27% (ver figura X, em anexo). O caminho a seguir pela União Europeia terá de ser este, pois uma aposta nas energias renováveis reduzirá consideravelmente a dependência energética, em termos de gás natural da Rússia, mas também contribuirá para uma balança comercial em matéria energética mais benéfica para os países em questão.

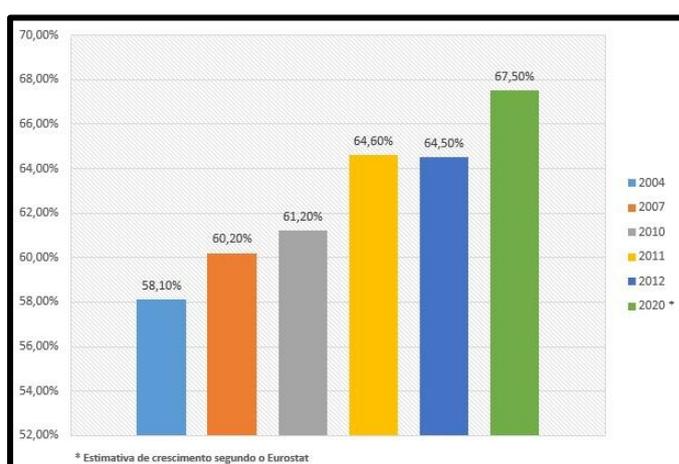


Figura 16 – Energia consumida oriunda das energias renováveis na Noruega (em %)

Fonte: (http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY_PUBLIC/8-10032014-AP/EN/8-10032014-AP-EN.PDF)

Elaboração: Própria

³⁵ Citado em: <http://www.publico.pt/ciencia/noticia/producao-de-energia-solar-fotovoltaica-mais-do-que-duplicou-em-2010-1510549>

Mas tal como a energia solar, os outros tipos de energias renováveis também variam de região para região. O sul da Europa como já se comprovou é propício à energia solar, sendo que o centro e a região do Mar do Norte junto à costa europeia apresentam condições bastante satisfatórias para a implementação da energia eólica. A produção de energia eólica é a utilização da energia proveniente do vento, em energia útil, recorrendo para isso a aerogeradores. Com o tempo têm-se vindo a consolidar como uma das alternativas mais apoiadas para fazer face à grande dependência de combustíveis fósseis, como o gás natural. A criação de grandes parques eólicos, compostos por centenas de aerogeradores ligados a uma rede de transmissão de energia elétrica têm sido uma aposta por parte de alguns países. A criação destes parques eólicos tem ocorrido principalmente ao largo da costa, quer no mar do Norte, quer no Báltico e mesmo no Oceano Atlântico. A criação destes parques eólicos *offshore* permite captar mais energia do vento, uma vez que a força do vento no mar é maior mas os custos de manutenção são significativamente maiores também. A construção destas infraestruturas para a captação da energia do vento têm crescido a um bom ritmo (ver figura 17).

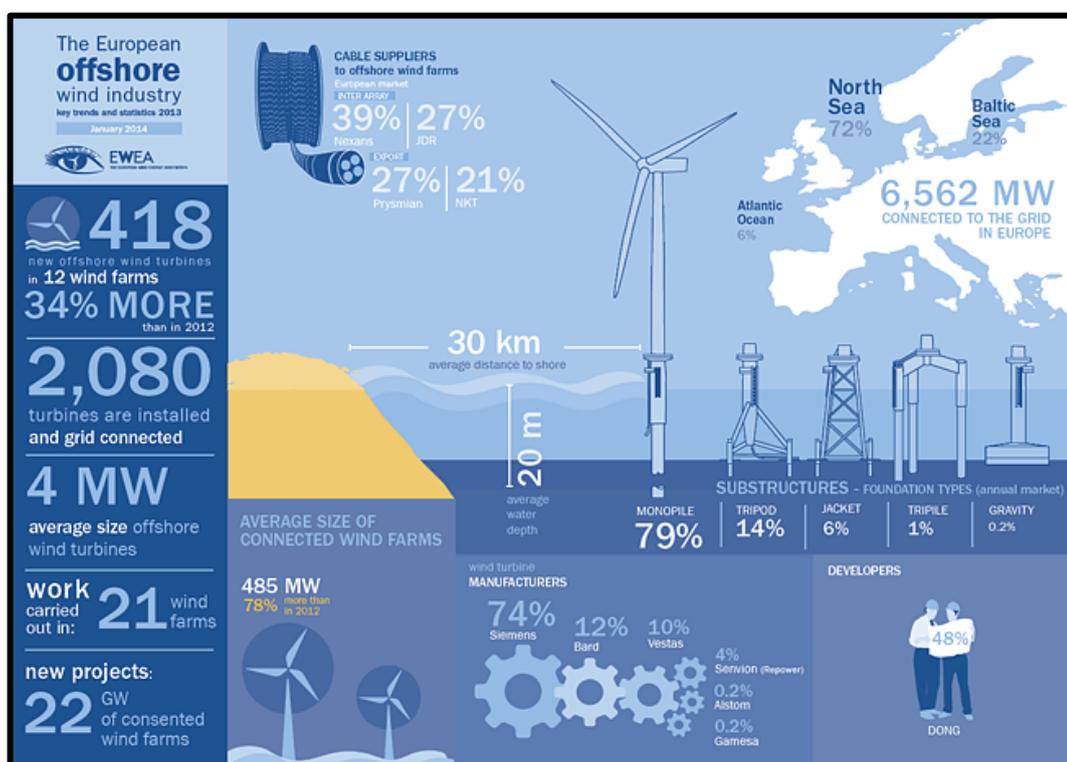


Figura 17 – Dados estatísticos relativos a 2013 sobre as plataformas *offshore* para a recolha de energia eólica

(Fonte: <http://www.ewea.org/statistics/>)

O Reino Unido, bem como a Holanda, a Bélgica, a Alemanha e a Dinamarca têm investido bastante na criação destes parques eólicos *offshore*, com vista a uma rentabilização do vento, uma vez que tal como na energia solar, as condições climáticas influenciam a recolha do vento. Um dos maiores parques eólicos do Mar do Norte é o de Thanet, pertencente ao Reino Unido. Mas outros países como a França, a Espanha, a Itália e Portugal também têm apostado bastante neste tipo de energia renovável para fazer face à grande dependência externa que manifestam em matéria de combustíveis fósseis (ver figura XI, em anexo). A Alemanha é o país da União Europeia que mais energia eólica produz o que faz sentido visto ser um dos países que mais energia necessita para continuar a ser a maior economia da Europa e também para fazer face à elevada dependência externa, em termos energéticos, principalmente de gás natural.

Para além destas duas, talvez as mais conhecidas energias renováveis, existem outros tipos algumas das quais com um peso mais significativo do que as apresentadas. São elas a biomassa, a energia maremotriz, a energia das ondas, a energia hidroelétrica e a energia geotérmica.

A biomassa no seu processo exclui qualquer tipo de combustíveis fósseis sendo por isso considerado um recurso natural renovável. A produção de energia através da biomassa resulta de processo de combustão de material orgânico e tem várias vantagens como o baixo custo, o facto de se proceder ao reaproveitamento de resíduos. Os processos de combustão provocam a libertação de dióxido de carbono mas com as plantas a absorverem esta libertação o que passa para a atmosfera é nulo. São vários os produtos derivados da biomassa sendo os mais importantes o biogás, o biodiesel e o óleo vegetal, sendo que para além de produzir energia a biomassa também produz combustível. No Livro Branco de 1997, da União Europeia, afirmava-se que “A energia da biomassa é versátil, uma vez que pode ser utilizada para produzir eletricidade, calor ou como combustível para os transportes, conforme as necessidades, e, ao contrário da eletricidade, pode ser armazenada de forma simples e geralmente económica”³⁶.

A energia maremotriz como o próprio nome indica é um processo de produção de energia com origem no mar. Este tipo de energia resulta da ação das marés e provoca dois tipos de energia, a energia cinética das correntes devido às marés e a energia potencial pelo diferencial entre a maré baixa e alta. Este aproveitamento energético é

³⁶ Citado em: http://europa.eu/documents/comm/white_papers/pdf/com97_599_pt.pdf

efetuado através de centrais elétricas que funcionam pela ação do mar. Contudo para que o aproveitamento seja rentável e viável é necessário que o diferencial entre as marés seja superior a 5 metros. É uma energia que é considerada inesgotável, mas a sua utilização ainda é pouco difundida e existem poucas centrais na Europa que aproveitem as marés para produzir energia.

A energia das ondas é outro tipo de energia que tem o mar como fornecedor. Este é um tipo de energia que ainda se encontra em estudo e que conta com alguns países da Europa a testarem esta fonte de energia renovável e limpa. Portugal é um dos países piloto neste tipo de instalações, estando a mesma ao largo da Póvoa do Varzim, no denominado Parque de Ondas da Aguçadoura, para além de Portugal, também o Reino Unido e a Noruega fazem parte destas experiências. Contudo existem duas centrais já em funcionamento há alguns anos, sendo que uma delas se encontra em Portugal, ao largo da Ilha do Pico e a outra na Escócia, ao largo da Ilha de Islay. É um tipo de produção energética renovável que poderá ser útil num futuro próximo e ao qual a União Europeia está atenta, criando mesmo um plano, que se começou a delinear este ano para “ (...) fomentar o setor emergente da “energia azul” (que abrange as tecnologias que podem captar a energia resultante das ondas, das marés e das variações de temperatura da água), reunindo a experiência e os conhecimentos técnicos nesta área num fórum da energia oceânica, criado para o efeito”³⁷, resultando num plano de ação para apoiar o desenvolvimento da energia azul.

A energia hidroelétrica é mais uma forma de produção de energia. É obtida através do aproveitamento de energia potencial gravitacional de água, contida numa barragem ou numa queda de água, a potência gerada é proporcional à altura da queda de água. Para se tornar em energia elétrica necessita de passar a energia cinética, um pouco à semelhança da energia maremotriz, a transformação ocorre aquando da passagem da água pela turbina hidráulica. A passagem da água pela turbina faz com que esta se mova acionando assim um gerador elétrico. Uma das grandes vantagens deste tipo de energia, à semelhança das outras, é que não precisa de importar combustíveis fósseis a outros países, pois não os utiliza. Para além disso é uma energia limpa e renovável e não necessita de queimar qualquer tipo de matérias para a obtenção de energia. Outro aspeto positivo é a versatilidade que pode ser dada à barragem que serve para a produção de energia, podendo esta ser utilizada para irrigar grandes extensões de culturas agrícolas,

³⁷ Citado em: http://ec.europa.eu/news/energy/140122_pt.htm

melhorando a sua produtividade, podendo as zonas contíguas à barragem ser aproveitadas para espaços verdes, de lazer ou desportivos, sendo o turismo uma aposta viável, como acontece em Portugal no caso da Barragem do Alqueva, situada no Alentejo.

A energia geotérmica é obtida através do calor proveniente do interior da Terra. Contudo existem regiões onde é mais fácil obter este calor, pois a sua posição é mais próxima da superfície terrestre, o que facilita a sua extração e conversão em energia. As aplicações práticas deste tipo de energia são bastantes e podem ir desde o uso doméstico, para aquecimento, como para o uso industrial e para a produção de energia. Em Portugal existe uma central de energia geotérmica instalada nos Açores, na Ilha de São Miguel, estando outra a ser instalada na Ilha Terceira também no arquipélago português. Tem vantagens como todas as outras, mas o odor libertado e os gases utilizados são as grandes desvantagens deste tipo de energia renovável.

Todas estas energias renováveis apresentadas são alternativas que podem contribuir e muito para baixar de forma consistente a dependência energética em termos de gás natural da União Europeia face à Rússia. A aposta nas energias renováveis por parte dos países europeus tem de ser algo sustentado, mas que deve ser feito a curto e médio prazo correndo o risco de ser algo que depois não conseguirá trazer resultados concretos. Ao nível ambiental também é uma ótima solução promovendo um desenvolvimento sustentável do país e respeitando os acordos e protocolos internacionais como o Protocolo de Quioto, levando que sejam combatidos dois problemas simultaneamente o ambiente e a dependência. Estas alternativas energéticas são utilizadas nos mais variados casos sendo que a produção energética, as indústrias transformadoras e o consumo doméstico ocupam as posições cimeiras (ver figura 18).

A União Europeia tem forçosamente que apostar no setor das energias renováveis para combater a dependência energética face a países como a Rússia a principal exportadora de gás natural. As expectativas são de que a produção de energias renováveis nos países da Europa cresça consideravelmente não só por razões de dependência mas também por razões económicas. Um dos papéis que a União Europeia poderá ter para a mais rápida disseminação das energias renováveis pelos seus Estados-membros centra-se na redução dos impostos a todos os níveis, quer de produção quer de instalação, e simultaneamente rever os mesmos para os combustíveis fósseis e não sucumbir ao poder dos *lobbies* das grandes multinacionais de gás natural e petróleo que por vezes controlam as decisões políticas dos países (ver figura XII, em anexo). A

União Europeia tem desenvolvido as suas políticas com expetativas centradas até 2020/2030 (ver figura 19), mas encontra-se a rever o programa para as energias renováveis até 2050.

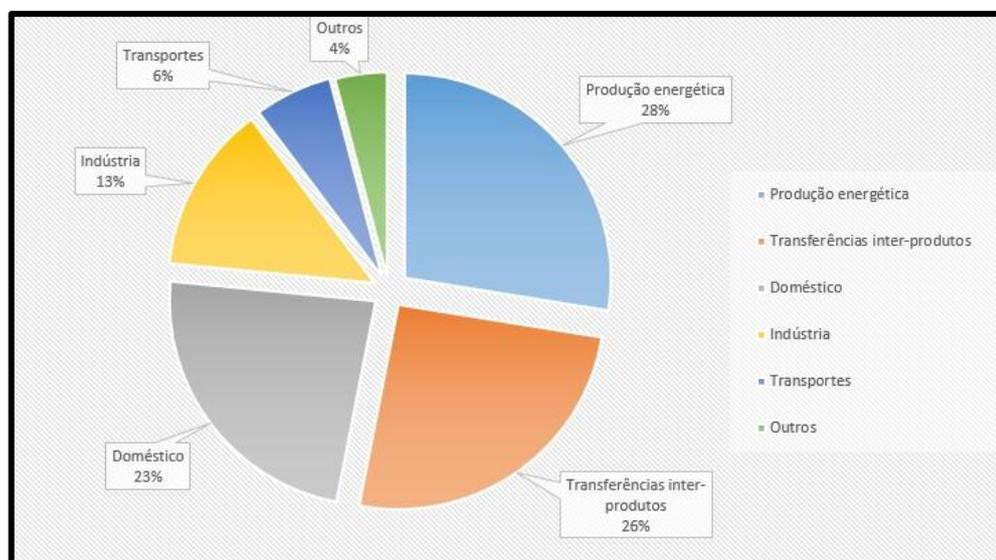


Figura 18 – Utilização de energias renováveis por setor de atividade relativamente a 2007 (em %)
(Fonte: http://www.energy.eu/publications/KOAE09001_002.pdf)

Elaboração: Própria

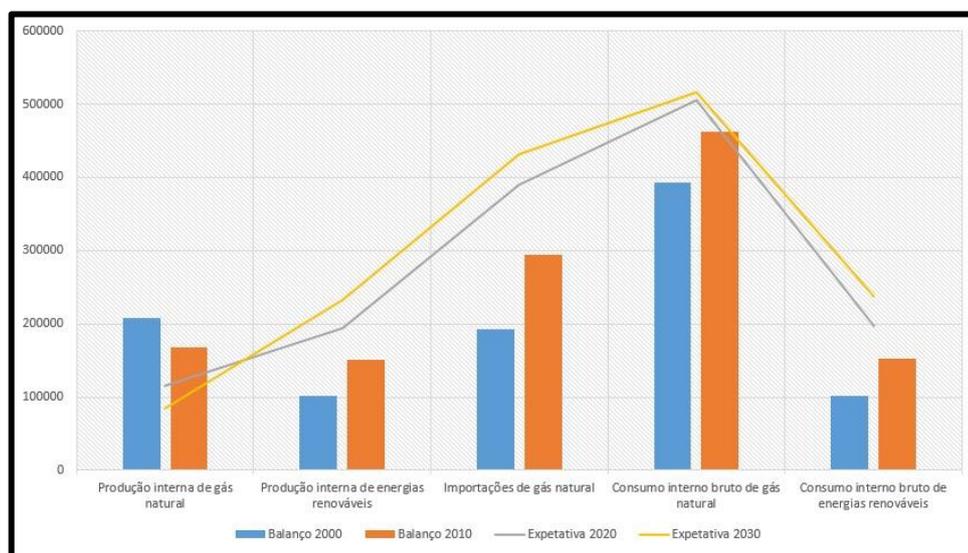


Figura 19 – Balanço e expetativas da produção, importação e consumo interno bruto de gás natural e de energias renováveis

Fonte: (http://www.energy.eu/publications/KOAC07001ENC_002.pdf)

Elaboração: Própria

Assim as energias renováveis são sem dúvida uma aposta que a ser efetuada por parte dos dirigentes dos países da União Europeia, será com toda a certeza uma aposta

ganha. O início será certamente complicado com a implantação das centrais para as diversas energias renováveis que possam ser instaladas nos países a exigirem fortes investimentos a revelar-se pouco rentáveis no que toca ao custo benefício mas com o passar do tempo e com a rentabilidade das mesmas a subir e com a importação de combustíveis fósseis por parte dos países a diminuir, diminuindo assim também a dependência energética em termos de gás natural face à Rússia. As vantagens não se ficam por aqui também a nível económico as energias renováveis mostram-se eficazes a médio prazo, pois para além de permitirem uma redução nas importações energéticas, também ao nível da manutenção dos custos de exploração que com o passar dos anos vão sendo compensados com a energia produzida através das energias renováveis. O futuro da União Europeia tem tudo para ser sustentável e mais eficaz a nível económico o que permitirá reduzir dependências energéticas externas e poderá fazer a longo prazo com que a Europa se torne autossustentável a nível energético.

4.2. A teia que abastece a Europa

A União Europeia é abastecida de gás natural por uma teia bastante complexa, que tem ramificações desde o norte de África, ao leste, e através de transportes marítimos desde o oeste também (ver figura XIII, em anexo). Ao nível do leste a União Europeia é abastecida principalmente pela Rússia, da qual possui uma elevada dependência energética nomeadamente ao nível do gás natural, mas também pelos países da região do Cáucaso. Esta região tenta afirmar-se como uma alternativa à Rússia, sendo os conflitos existentes em algumas regiões dentro de países do Cáucaso exemplos disso mesmo. O apoio a esta região é prestado pelos Estados Unidos da América, mas também pela União Europeia que tem uma relação de grande proximidade com estes países. Para além dos gasodutos provenientes das fronteiras a leste, as que se encontram a sul também têm uma teia, mas menos complexa de abastecimento de gás natural proveniente dos países da região do Magrebe, mas também de outros do norte de África, como o Egipto e a Líbia. Do lado oeste, a fronteira natural da União Europeia é o Oceano Atlântico, existem vários portos marítimos que recetam gás natural vindo dos mais diversos pontos do mundo, como os Estados Unidos da América, o Japão, a Nigéria, entre muitos outros. Os portos estão situados ao longo dos

países com fronteira atlântica, como o caso de Portugal, Espanha, Bélgica, Holanda e Dinamarca.

A grande maioria de gasodutos que abastecem a rede europeia são oriundos da Rússia e atravessam países que mantêm relações difíceis com o gigante energético, como é o caso da Ucrânia e da Polónia. No caso do primeiro país essas relações têm vindo a sofrer uma escalada de intensidade, acabando mesmo a Rússia por anexar a região autónoma da Crimeia, pertencente à Ucrânia. Estas quezílias entre os dois países levaram mesmo às denominadas guerras do gás que já foram abordadas anteriormente.

Para além disso, a Rússia tem na sua esfera de influência países que foram antigas Repúblicas Soviéticas e que não têm capacidade para se afastar do seu vizinho, pelas pressões exercidas. Para fazer face a estas travessias mais complicadas a Rússia tem encetado uma política diferente, contornando estes países e prova disso são os dois gasodutos através do norte e do sul da Europa, o *Nord Stream* e o *South Stream*, respetivamente.

Assim o papel destes países “ponte” deixa de ter tanto relevo e a Ucrânia, como principal país “ponte” entre a Rússia e a União Europeia, perde muita da influência e da importância que tinha. Embora continue a ser uma das principais portas de entrada dos gasodutos oriundos da Rússia a situação com a Ucrânia merece ser reconsiderada e ainda para mais com as relações atuais entre ambos os países e com a subida ao poder de um novo líder na Ucrânia, mais próximo do ocidente, acreditasse contudo que a Rússia modifique as suas políticas energéticas em relação ao país.

Para fazer face ao poderio energético da Rússia face à União Europeia, os Estados Unidos da América têm apoiado a região do Cáucaso, principalmente a Geórgia, e têm investido num projeto concorrente no sul da Europa ao *South Stream*, sendo este o *Nabucco Pipeline*. Para além disso, foi assinado um acordo entre ambas as potências para que a União Europeia reduza a sua dependência de gás natural face à Rússia. Mas a região do Cáucaso é das mais ricas em recursos energéticos, nomeadamente em gás natural, o que tem levado a que existam conflitos com a Rússia, visto que esta região fazia parte da União Soviética, sendo que um dos últimos ocorreu com a Geórgia em 2008. Os Estados Unidos da América têm tomado o partido da Geórgia e apoiado o país em vários projetos nomeadamente ao nível energético.

No interior da União Europeia a teia adensa-se e o país que mais contribui é a Alemanha, pela sua posição geoestratégica e atualmente pelo facto de ter uma ligação direta com a Rússia, através do *Nord Stream*, o que é benéfico para o país, tornando-o

como uma espécie de fornecedor dos seus vizinhos europeus. A Alemanha torna-se um modelo de país “ponte” à semelhança da Ucrânia e da Bielorrússia. Países como a Áustria, a Suíça, a França, a República Checa, a Bélgica, a Holanda, a Dinamarca e por via indireta a Inglaterra através do Canal da Mancha, são fornecidos com gás natural oriundo da Rússia mas que atravessa a Alemanha, sendo que os países referidos são abastecidos ainda por outras vias, sendo que a região norte e centro da Europa é muito dependente da Rússia e dos gasodutos que provém do gigante energético.

A complexa rede de gasodutos que se encontra no interior da Alemanha é constituída por vários gasodutos, sendo os principais o NEL³⁸, o OPAL³⁸, o MIDAL⁴¹, o WEDAL⁴¹ e o MEGAL⁴¹ é complementada por outros gasodutos secundários que tornam o abastecimento do país eficiente. A ligação a Inglaterra através do Canal da Mancha é efetuada principalmente através do gasoduto denominado *Interconnector*, que liga a cidade de Zeebrugge na Bélgica à de Bacton em Inglaterra.

Para além da posição geoestratégica da Alemanha, também existem mares que constituem uma passagem de extrema importância para os gasodutos, são exemplos disso o Mar Báltico com o *Nord Stream*, o Mar Negro com vários gasodutos a atravessarem o mesmo, bem como o Mar Cáspio com gasodutos provenientes do Cazaquistão e da Rússia para o ocidente. O Mar Mediterrâneo é talvez o mais importante porque se pode estabelecer como uma das grandes alternativas à dependência energética da Rússia, mas também pela sua grandeza. São vários os países do norte de África que exportam gás natural através do Mar Mediterrâneo para o sul da Europa, sendo eles o Egipto, a Turquia, a Líbia, a Tunísia, a Argélia e Marrocos. Contudo a teia é menos densa no sul da Europa o que pode ser melhorado por parte dos países em questão como é o caso de Portugal, da Espanha, da França, da Itália, da Grécia e da região dos Balcãs, o que proporcionaria a que se apostasse com mais intensidade na importação de gás natural dos países do norte de África e da região do Magrebe, uma vez que os conflitos ocorridos nesta região estão em grande parte ultrapassados, para fazer face à dependência energética da Rússia. Outra das características que beneficia o sul e a zona fronteiriça atlântica é a localização dos seus

³⁸ Os gasodutos principais em território alemão são o NEL, que liga Lubmin a Rehden a sua construção começou em 2011 e tem sido realizada por secções. O OPAL é um gasoduto que conecta a fronteira Este da Alemanha, tendo a sua origem em Greifswald, ponto em que liga ao *Nord Stream*, que provém da Rússia e que termina em Olbernaue, que faz fronteira com a República Checa. O MIDAL começa em Bunde e faz a conexão com a Holanda e vai até Ludwigshafen, passando por Rehden. O WEDAL intercepta com o MIDAL e termina em Aachen fazendo a ligação à rede de gasodutos da Bélgica. O MEGAL atravessa todo o território alemão desde a fronteira com a República Checa até à fronteira com a França. Todos estes gasodutos têm como acionistas empresas como a E.ON e a Gazprom, entre outras.

portos marítimos. Por toda a costa da Europa existem portos com capacidade para receberem navios que transportam gás natural dos mais variados pontos do mundo. Portugal pode ter uma grande importância nesta temática se as apostas do governo forem nesse sentido e se a cooperação internacional com os restantes países da União Europeia funcionar na plenitude, visto ter um dos portos mais bem localizados da Europa. O Porto de Sines beneficia de uma posição geoestratégica, uma vez que é o porto mais próximo dos Estados Unidos da América, da América Latina e ainda da costa oeste de África, sendo que se for potenciado pode ser uma das grandes entradas à importação de gás natural por parte da União Europeia de outros países que não a Rússia, reduzindo assim a sua dependência energética.

A Europa tem no seu território uma imensa teia de gasodutos a grande maioria oriunda da Rússia, o que não ajuda em nada à redução da dependência energética em termos de gás natural da União Europeia. Para além disso os países europeus ao invés de reduzirem a sua dependência, continuam a aumentá-la apostando na construção de novos gasodutos com o seu vizinho de leste, assim as energias renováveis e a aposta noutros países que forneçam as necessidades energéticas de gás natural da União Europeia são vistas de forma positiva pelos líderes europeus.

4.2.1. *Nord Stream, South Stream e Nabucco Pipeline*, os alicerces de uma dependência

A dependência energética da União Europeia face à Rússia em termos de gás natural tem vários alicerces, mas sem dúvida que no futuro a manter-se a mesma e se os projetos forem concluídos dois serão os principais responsáveis por tal dependência estando um já em funcionamento. São eles o *Nord Stream*, o *South Stream* e o *Nabucco Pipeline*, sendo este último apenas um projeto. Em termos de localização, dois deles situam-se no sul da Europa, um já se encontra com o projeto avançado, o *South Stream*, o outro, o *Nabucco Pipeline*, não passa apenas de um projeto que a concluir-se no futuro será responsável pelo abastecimento de gás natural de grande parte da região sul da Europa. O *Nord Stream* situa-se no norte da Europa, atravessando o mar Báltico, numa ligação direta entre a Rússia e a Alemanha. Todos estes novos gasodutos serão oriundos do gigante energético.

Os projetos em questão poderão mesmo avançar pois para além da Rússia a importação de gás natural por parte da União Europeia provém também do norte, nomeadamente da Noruega (ver figura 20). As dependências da Rússia e da Argélia também poderão fazer-se sentir e as alternativas terão de ser encontradas. “ (...) importa olhar a situação de dependência da Europa das redes e das origens de abastecimento, que são, no essencial, a Rússia e a Argélia. Se quisermos adicionar uma pitada de autonomia de produção, temos o gás do Mar do Norte, cujo esgotamento se anuncia no horizonte de 2020. Se quisermos acrescer uma parcela real de autonomia estrutural, temos as origens do GNL extraeuropeias (...) ” (PENEDOS³⁹, 2008: 100).

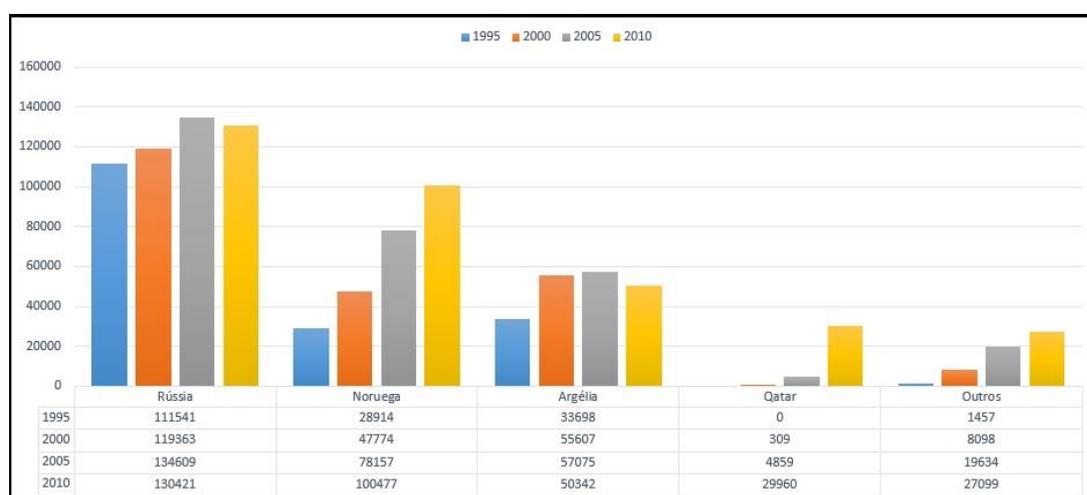


Figura 20 – Importação de gás natural da União Europeia a partir de países de origem (em milhões de m³)

Fonte: (http://ec.europa.eu/energy/publications/doc/2012_energy_figures.pdf)

Elaboração: Própria

As importações de gás natural efetuadas por parte da União Europeia continuam a ser em grande número e se para além da abertura do *Nord Stream*, se concretizarem o desenvolvimento dos outros dois projetos a Europa pode enfrentar graves problemas em termos energéticos.

A criação destes três alicerces para abastecer a Europa, dois deles vindos diretamente da Rússia prende-se com o facto de o gigante energético estar demasiado “dependente” das rotas de gás natural que atravessam a Ucrânia. Uma percentagem considerável das importações europeias de gás natural passam pelo território ucraniano o que deixa tanto a Rússia como a União Europeia algo desconfortáveis atendendo à situação em que se encontra o país agora, totalmente dividido entre a viragem definitiva

³⁹ José Penedos, antigo Presidente da REN, mas também antigo Secretário de Estado da Energia e da Defesa. Para além destes cargos, desempenhou funções de administrador da EDP e da Galp Energia.

para a Rússia ou a viragem para o ocidente e para a União Europeia e Estados Unidos da América. A Ucrânia à semelhança de outras antigas Repúblicas Soviéticas têm acesso ao gás natural a preços muito mais acessíveis que outros países da Europa. A grande parte do gás natural que vai para esses países e também para a União Europeia é vendido pela empresa estatal Gazprom. “Estes fornecimentos pertencem ao mercado da Gazprom, uma companhia russa gigante na área da exploração e comercialização de energia, cuja propriedade foi recentemente liberalizada por Putin, mas que, de facto, continua a ser apontada como um espécie de braço das políticas energéticas russas” (RODRIGUES, 2006: 1). O poder que a Rússia detém sobre os seus países vizinhos e mesmo sobre a União Europeia é grande, e com estas duas novas “autoestradas” de gás natural a virem diretamente da Rússia para a União Europeia, sem passarem por países problemáticos como a Ucrânia, podem ser essenciais para encontrar uma estabilidade num assunto complicado para ambas as potências.

Estes novos gasodutos resultam de parcerias e de acordos entre as principais empresas do setor energético dos países que são atravessados pelos mesmos, mas também do acordo entre os respetivos países e a Rússia. Aqui neste campo dos acordos e das negociações surgem as pressões e o papel dos *lobbies*, que só estão interessados no bem-estar não dos cidadãos mas sim das empresas, na grande maioria dos casos multinacionais que dominam grande parte do setor energético nos respetivos países, como é o caso da Gazprom na Rússia que se encontra bem próxima do processo decisório em Moscovo.

A aposta nestas novas “pontes” entre o leste e o oeste, por parte dos países, nomeadamente da Alemanha, pois o *Nord Stream* já se encontra concluído, são o reflexo de uma política energética não comunitária e daí a necessidade de se ter uma discussão séria sobre o assunto o mais rapidamente possível, correndo o risco de quando esta ocorrer já ser tarde demais. A enorme dependência energética que a União Europeia, principalmente os países do leste e centro europeus têm em termos de gás natural da Rússia, poderá ver esse número aumentar consideravelmente face à concretização destes projetos.

Tanto o *Nord Stream*, como o *South Stream* e ainda o *Nabucco* são exemplos de projetos que podem beneficiar e muito tanto as empresas como as populações, mas para isso é necessário que os países nomeadamente da União Europeia adotem medidas no sentido de iniciar o diálogo para uma política energética comum. Os projetos são bons,

mas com um sistema complementar de pontos de chegada de gás natural de outros pontos do globo a partir do sul e da costa oeste, a União Europeia ficaria muito mais bem servida e acima de tudo bem servida face a eventuais pressões de Moscovo.

4.2.1.1. *Nord Stream*, o rei do Báltico

O *Nord Stream* é um gasoduto de ligação direta entre a Rússia e a Alemanha atravessando o mar Báltico. É um dos principais gasodutos de transporte de gás natural de alto mar. Tem o seu início em Vyborg na Rússia e termina em Greifswald na Alemanha (ver figura 21).



Figura 21 – Rota do Nord Stream

Fonte: (http://www.gie.eu.com/download/maps/ENTSOG_SYSDEV_MAP2012.pdf)

Elaboração: Nuno Cunha

Para além das ligações entre os dois países este novo gasoduto permite que sejam desenvolvidas novas ligações no centro e norte da Europa com a Alemanha a ser assim responsável por abastecer os seus vizinhos no seio da União Europeia. Torna-se desta forma uma via mais segura, principalmente para a Alemanha, ao invés de contar

com o gás natural que era exportado pela Rússia através dos gasodutos que atravessam a Ucrânia, atendendo à atual situação do país.

A empresa responsável pela realização deste projeto é a *Nord Stream AG*⁴⁰. O projeto foi apadrinhado pelos governos dos dois países, russo e alemão, que assinaram um acordo, bem como entre as principais multinacionais do setor energético dos dois países, na Alemanha a E.on e na Rússia a Gazprom. Em termos económicos e apesar dos elevados custos que teve a construção deste projeto ao longo dos anos para os dois países, irá compensar no futuro. Uma das razões que pode levar ao sucesso económico deste projeto é o facto de a Alemanha deixar de pagar taxas alfandegárias aos países por onde passavam os gasodutos que forneciam o país na sua totalidade anteriormente. Contudo os custos de manutenção de um gasoduto subaquático como este são mais avultados que um gasoduto de superfície o que pode levantar dúvidas quanto à sua viabilidade económico-financeira. A flutuação do preço do gás natural nos mercados internacionais também deve ser tida em conta uma vez que a Rússia venderá o gás à Alemanha, ao preço que lhe for mais aprazível, tendo em conta os mercados internacionais.

O *Nord Stream* para além de gasoduto que vai atender as necessidades cada vez maiores em termos energéticos da União Europeia, principalmente em termos de gás natural, pode ser visto ainda como uma “arma” que Putin pode utilizar contra a União Europeia e principalmente contra a Alemanha, que agora será afetada diretamente se a Rússia resolver fechar as torneiras ou baixar o fluxo de abastecimento ao país. A política externa do governo de Moscovo sai assim beneficiada com esta nova ligação à Europa que afeta se assim for entendido por Putin a maior economia da União Europeia e da zona euro. Contudo a importância deste gasoduto é vital para a Alemanha que deixa de ter a preocupação de os gasodutos que abasteciam o país passarem por países que têm ligações conturbadas com a Rússia como é o caso da Ucrânia, lembremo-nos das guerras do gás do passado em que a Rússia cortou o abastecimento provocando um

⁴⁰ A *Nord Stream AG* foi fundada em 2005, foi um consórcio criado para a construção e operação do Nord Stream, gasoduto de ligação entre a Rússia e a Alemanha, inicialmente proposto por Schroder e Putin, Chanceler alemão e Primeiro-Ministro russo, respetivamente, e à época. O nome original da empresa era *North European Gas Pipeline Company*, sendo mudado em 2006. As ações da empresa refletem os países que servem principalmente e os interesses das empresas que criaram este projeto. Assim a Gazprom tem 51% de ações, seguida da Wintershall (maior empresa alemã de gás natural e petróleo) com 15,5%, da E.on com 15,5%, da N.V.Nederlandse Gasunie (empresa holandesa de transporte e armazenamento de gás natural) com 9% e da GDF Suez (empresa francesa de distribuição de eletricidade, gás natural e energias renováveis) com mais 9%. Esta última comprou a sua participação depois de um acordo com a Gazprom.

sobressalto nos países da União Europeia. Assim, a Alemanha tem uma via mais segura, diretamente da fonte, o que também é benéfico para outros países da União Europeia que serão abastecidos indiretamente por este gasoduto através da Alemanha, casos da França, da Holanda, da Bélgica e ainda da Inglaterra através do Canal da Mancha.

Na sequência deste projeto países como a Ucrânia e a Polónia viram o seu papel na estratégia energética europeia serem secundarizados e ultrapassados por um gasoduto subaquático, mas mais importante que isso perderam esse papel para um gigante no seio da União Europeia, a Alemanha. A Polónia que já estava de relações cortadas com a Rússia devido às guerras do gás, não gostou nada deste projeto e da forma como o seu vizinho lidou com o mesmo, pois assim perdeu a influência que ainda tinha sobre uma das economias mais fortes do mundo e a mais forte da União Europeia. Com a abertura das duas condutas que compõem o *Nord Stream*, estes países irão perder a sua influência que se devia à passagem de gás natural. “Com as duas condutas a Gazprom vai poder exportar até 55 mil milhões de metros cúbicos de gás, por ano, para a Alemanha e outros países da Europa Central e de Leste, contornando países como a Ucrânia, com os quais Moscovo tem conflitos frequentes”⁴¹.

O percurso do *Nord Stream* passa pelo mar Báltico mas atravessa várias águas territoriais e zonas económicas exclusivas (ZEE's), tendo sido para isso necessária a aprovação por parte dos países em questão a passagem do gasoduto (ver figura 22).

Os últimos países que estavam a inviabilizar a construção do gasoduto eram a Suécia e a Finlândia, que estavam a levantar dúvidas sobre o mesmo. A preocupação destes estados do Báltico prendia-se com o facto da União Europeia ter uma grande dependência em termos de gás natural da Rússia. Este gasoduto poderia ser visto pelo gigante russo como um fator decisivo para pressionar a Europa se assim o desejasse e alertava os líderes políticos europeus e também as instituições europeias para a realidade que é necessária ainda hoje, que consiste na criação de uma política europeia de segurança comum, mas acima de tudo para a criação de uma política energética comum que englobe todos os Estados-membros e que agora face à atual situação e com o acordo assinado com os Estados Unidos da América, possa finalmente começar a ver a luz do dia.

⁴¹ Retirado em: <http://pt.euronews.com/2012/10/08/nord-stream-funciona-a-100-por-cento/>, última visualização em Maio de 2014.

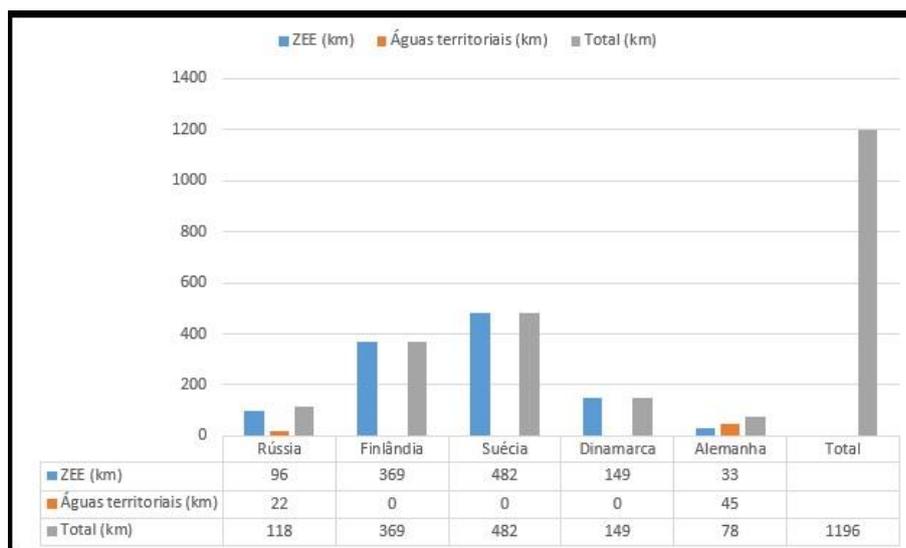


Figura 22 – Percurso do Nord Stream, através de ZEE's nacionais e águas territoriais, no mar Báltico

Fonte: (CRONE, Olivier, (2008), “Nord Stream, le gazoduc germano-russe sous la Baltique du point de vue suédois”, in *Russie la nouvelle guerre froide?*”, Académie européenne de géopolitique, n°19, Éditions érès, Paris. P.221)

Elaboração: Própria

O governo alemão contudo beneficia e muito desta nova ligação que fortalece a relação com a Rússia e que permite que a Alemanha consolide o seu papel como grande potência europeia e mundial, pois tem uma ligação direta com um fornecedor que responde às necessidades energéticas do país, em termos de gás natural. Países que podem ser considerados países “ponte” como o caso da Ucrânia não veem com bons olhos esta nova autoestrada energética através do Mar Báltico, uma vez que perdem a sua influência e poder negocial e a sua posição fica fragilizada aos mais variados níveis. O *Nord Stream* é então um gasoduto que se torna necessário a um país como a Alemanha e que ainda mais necessário é para a Rússia pois pode assim controlar melhor os países que estão na sua esfera de influência e que mais têm causado problemas, como o caso da Ucrânia que é na atualidade é o caso mais flagrante.

4.2.1.2. South Stream, do gelo ao coração da Europa

O *South Stream* é um gasoduto de ligação à Europa, cuja construção começou em 2012 estando previsto que entre em funcionamento em 2015 e terá capacidade para cerca de 63 mil milhões de metros cúbicos de gás natural. Este gasoduto irá transportar gás natural diretamente da Rússia para o coração da Europa, utilizando o Mar Negro

como meio primordial para o acesso evitando assim a Ucrânia, país com o qual a Rússia tem divergências frequentemente, como a que está a acontecer atualmente. O traçado deste gasoduto prevê a passagem por vários países da União Europeia, o que permitirá criar uma vasta rede de abastecimento de gás natural. Depois de atravessar o mar Negro, os países que verão este gasoduto atravessar o seu território, são a Bulgária, a Roménia, a Grécia, a Sérvia, a Croácia, a Eslovénia, a Hungria, a Itália e a Áustria, sendo que este se vai subdividindo em várias rotas que possibilitaram a chegada do gás natural a todos estes países (ver figura 23).



Figura 23 – Rota do South Stream

Fonte: (Gas Infrastructure Europe -

http://www.gie.eu.com/download/maps/ENTSOG_SYSDEV_MAP2012.pdf)

Elaboração: Nuno Cunha

Contudo este projeto não é visto com bons olhos por parte do ocidente uma vez que rivaliza com um outro projeto, o *Nabucco Pipeline*, que será abordado adiante. O *South Stream* é visto a par do *Nord Stream* como uma forma de monopolizar e de aumentar ainda mais a hegemonia da Rússia para com os países da União Europeia, uma vez que face à elevada dependência em termos de gás natural de vários países da União Europeia, ter mais dois gasodutos e ainda para mais de ligação direta com a Rússia, não será certamente o ideal para reduzir a dependência externa. Por outro lado, a Rússia e principalmente a sua empresa estatal, a Gazprom, beneficiarão e muito,

particularmente, em termos económicos com a entrada em funcionamento destes dois gasodutos e poderão ambos ser utilizados como “armas” para a política externa de Putin. O que acontece atualmente com a Ucrânia com a Rússia a reduzir os fluxos ou a fechar as linhas de abastecimento o que provoca vários problemas a grande parte dos países da União Europeia, pode agora acontecer, mas numa escala maior, face ao grande número de países que passará a ser abastecido por ambos os gasodutos oriundos da Rússia. Entre 2008 e 2011 foram assinados vários acordos intergovernamentais entre o governo de Moscovo e o dos vários países por onde passa o gasoduto, sendo que para além disso foram assinados acordos comerciais entre a Gazprom e as várias empresas nacionais, no sentido de estabelecer percentagens para as ações de cada parte, sendo definido que seria sempre de 50% para cada parte à exceção da Sérvia que contará apenas com 49% para a sua empresa estatal, sendo os restantes 51% para a Gazprom. As empresas que formam o *South Stream* em conjunto com a Gazprom são a Bulgarian Energy Holding (da Bulgária), a Srbijagas (da Sérvia), a MVM Group (da Hungria), a Plinovodi (da Eslovénia), a OMV (da Áustria), a DESFA (da Grécia) e a ENI (da Itália), sendo que mais tarde entraram também para a concessão do mesmo, a Wintershall (da Alemanha) e a EDF (da França).

O início da construção deste gasoduto deu-se em 2012, sendo que a primeira junção entre países se deu na Bulgária entre a parte búlgara do gasoduto e a parte russa (ver figura XIV, em anexo). Este gasoduto têm trazido consigo vários problemas no seio da União Europeia, pois é visto com bons olhos por alguns Estados-membros, que assim têm uma ligação direta da Rússia no abastecimento e deixam de depender dos conflitos que existem entre a Ucrânia e o governo moscovita, mas, por outro lado, alguns Estados-membros não concordam com o mesmo, por considerarem que é mais uma via para a Rússia dominar a Europa em termos energéticos. A discussão continua acesa no interior da União Europeia numa altura em que mais do que nunca é necessária uma união para possibilitar a discussão de uma política energética comum no seio dos 28 países, tal como afirmou o Presidente do Conselho Europeu, Herman Van Rompuy “Falamos a sério quando dizemos que queremos reduzir a nossa dependência energética [face à Rússia] ... precisamos de encontrar outra forma de política energética”⁴². No entanto, países poderosos no seio da União Europeia como a Alemanha, a França e a Itália, bem como a Bulgária continuam a apoiar o projeto, uma vez que várias das

⁴² Citado em: <http://www.reuters.com/article/2014/04/17/us-ukraine-crisis-gas-southstream-analysis-idUSBREA3G1KP20140417>, última visualização em Maio de 2014.

empresas nacionais têm acordos comerciais com a Gazprom que têm de ser cumpridos e se não fosse a situação tensa entre a Ucrânia e a Rússia, nunca o gás natural tinha falhado aos países europeus, o que levanta a questão da fiabilidade da Rússia enquanto parceiro económico em matéria de recursos naturais, uma vez que nunca falhou no fornecimento de gás natural à União Europeia a não ser aquando de crises com a Ucrânia. Esta questão da segurança foi também abordada por Putin aquando do lançamento de mais uma etapa na construção deste gigantesco gasoduto, afirmando “Nós entramos na fase final de um projeto gigantesco. Em paralelo com o *Nord Stream*, no Mar Báltico, o *South Stream* vai garantir de forma segura o fornecimento de gás russo aos nossos principais clientes na Europa”⁴³.

Contudo as divergências acerca deste projeto sempre foram grandes logo desde o início. Logo nos primórdios aquando ainda da assinatura dos acordos entre os países e as empresas para a construção do gasoduto, a Comissão Europeia considerava que o projeto não poderia avançar por violar três princípios fundamentais ao mercado de energia da União Europeia, eram eles a ausência de separação entre a produção e a transmissão, o monopólio do transporte e a opacidade da estrutura tarifária. Estas alegações eram suportadas pois em cada país uma empresa acarretava o transporte e venda do gás natural, como se constatou anteriormente, para além disso a Gazprom beneficiaria dos acordos feitos com todos os países e empresas por onde passasse o gasoduto do sul da Europa. Outro dos pontos quentes em relação a este gasoduto prende-se com a relação da Rússia com os Estados Unidos da América e destes dois com a União Europeia, uma vez que existe outro projeto de gasoduto para o sul da Europa, o *Nabucco*, mas que é apoiado pelos Estados Unidos da América e que contorna a Rússia, no que seria uma forma de a União Europeia baixar a sua dependência face ao gigante de leste em termos de gás natural. Contudo vários países da zona sul da Europa concordam que o *Nabucco* e o *South Stream* não são gasodutos concorrentes, mas sim complementares, pois quando um deles começar a falhar ou a reduzir o fluxo de abastecimento o outro poderá aumentar e irem assim revezando-se no abastecimento à União Europeia. Mas a questão prende-se com ambos terem potências concorrentes a assegurar a sua construção, um a Rússia, o outro os Estados Unidos da América, e o sucesso e a complementaridade entre ambos poderá ser apenas uma ilusão. Para além disso estes projetos têm origens diferentes e o *Nabucco* inicia-se no Cáucaso,

⁴³ Citado em: <http://pt.euronews.com/2012/12/07/presidente-russo-lanca-construcao-do-gasoduto-south-stream/>, última visualização em Maio de 2014.

região com a qual a Rússia à semelhança da Ucrânia tem grandes diferendos e prova disso foram os reconhecimentos internacionais e o apoio a regiões separatistas no interior da Geórgia que culminaram com uma guerra em 2008 e conflitos também com o Azerbaijão que é um país chave no projeto *Nabucco*, que concorre com o *South Stream* pelo domínio do gás natural no sul da Europa. Todos os países da região sul e leste da Europa tentam encontrar as melhores soluções para as suas necessidades e avaliam ambos os projetos.

O futuro da autoestrada energética russa do sul da Europa tem assim perspectivas positivas de conclusão o que levará a União Europeia a ver-se assim envolvida a norte e a sul por gasodutos de ligação direta com a Rússia, embora seja positivo para os países que consomem gás natural russo e que estavam dependentes das relações da Rússia com a Ucrânia, principal país “ponte” para a passagem de gasodutos, estas duas autoestradas tornam a dependência energética, em termos de gás natural ainda maior por parte dos países da União Europeia.

4.2.1.3. *Nabucco Pipeline*, o delfim energético

O *Nabucco Pipeline* é um projeto para o transporte de gás natural da região do Cáucaso para o centro da Europa. Atravessa vários países como o Azerbaijão, a Geórgia, a Turquia, a Grécia, a Bulgária, a Roménia, a Hungria e termina na Áustria (ver figura 24).

Este projeto visa fazer frente ao *South Stream*, que é apoiado e financiado pela Rússia, este em contrapartida é pelos Estados Unidos da América, para que a União Europeia consiga diminuir a sua dependência externa em termos de gás natural da Rússia. Contudo as negociações com os países não estão a ser fáceis, isto é motivado pelo sucesso que o seu concorrente direto está a ter e pelo impacto que a Rússia tem a nível de influenciar a decisão dos países, para além disso como fornecedor energético nunca falhou à exceção dos conflitos que tem com a Ucrânia e das guerras do gás que foram protagonizadas pelos dois países. Em termos de traçado e de ponto de origem o *Nabucco*, não tem relação com a Rússia e tem o seu início no Azerbaijão, mas também existe a possibilidade de ter duas zonas de início sendo que a outra a equacionar é o Irão. A região do Cáucaso é muito rica em recursos energéticos, razão pela qual a

Rússia ainda se mantém presente no apoio a conflitos que surgem na região e protagonizando até há bem pouco tempo a Guerra da Geórgia, em 2008. “A importância acrescida dos Mares Negro e Cáspio, com a região da Transcaucásia pelo meio, resulta não apenas de considerações de segurança mas também da presença de importantes recursos energéticos. Com efeito, a região da Bacia do Cáspio poderá conter cerca de 20% das reservas mundiais de petróleo e até 40% das reservas mundiais de gás natural, (...) um número significativo de países e organizações têm desenvolvido esforços no sentido de acabar com o quase monopólio do transporte de energia pela Rússia na Eurásia, criando rotas de *pipelines* alternativas” (TOMÉ, 2007: 28).



Figura 24 – Rota do Nabucco Pipeline

Fonte: (http://www.gie.eu.com/download/maps/ENTSOG_SYSDEV_MAP2012.pdf)

Elaboração: Nuno Cunha

Para a realização deste projeto a Turquia foi também um dos elementos chave e faz a ponte entre o Cáucaso e o Mar Negro e a União Europeia. Em 2009 foi assinado um acordo entre a União Europeia e a Turquia, sendo que segundo Durão Barroso, Presidente da Comissão Europeia “A assinatura mostrará que estamos determinados a fazer do *Nabucco Pipeline* uma realidade o mais rapidamente possível”⁴⁴. Este novo gasoduto, quando concluído terá uma capacidade de transporte de 31 mil milhões de metros cúbicos de gás natural por ano e permitirá reduzir a dependência deste recurso

⁴⁴ Citado em: <http://euobserver.com/economic/28445>, última visualização em Maio de 2014.

energético da União Europeia face à Rússia. O consórcio que está à frente da construção desta infraestrutura gigante conta com o capital das grandes empresas de energia dos países por onde passa o gasoduto, mas também da RWE (empresa alemã de distribuição de gás natural). O início da construção deu-se em 2011 e o projeto orçado em 7,9 biliões de euros espera estar concluído por 2015, mas essa data pode atrasar um pouco, isto porque é necessário garantir que as fontes primárias de energia cumpram a sua parte do acordo, sendo que o Azerbaijão é o principal fornecedor, mas dois outros estão em negociações para entrarem neste plano de fornecimento energético à Europa, sendo eles o Irão e o Turquemenistão. Este último apresenta-se como a grande possibilidade, sendo mesmo afirmado pelo Presidente do país, em 2009 que “O Turquemenistão, fiel aos princípios da diversificação da exportação de combustíveis para os mercados mundiais, tenciona utilizar as suas possibilidades para participar em grandes projetos internacionais, como por exemplo o projeto *Nabucco*”⁴⁵. O Irão é um caso ainda em estudo uma vez que as relações do país com os Estados Unidos da América não são as melhores e grande parte da força impulsionadora por detrás deste projeto é de origem americana, se bem que o grande beneficiário com a construção deste gasoduto é a União Europeia, como um todo já que reduz assim a sua dependência de gás natural face ao gigante de leste.

Outra das novidades que este gasoduto pode trazer ao jogo de poderes e interesses que é o setor energético na Europa, é a questão dos preços e das pressões. Se por um lado a Rússia e a sua empresa estatal, a Gazprom, determinam o preço a que vendem o gás natural à União Europeia, sem grande critério uma vez que dominam o monopólio de abastecimento, se este projeto avançar, têm um concorrente direto ao fornecimento o que é favorável para a União Europeia que pode jogar com ambos os fornecedores no sentido de obter o gás natural a um preço mais reduzido. Para além da questão económica, a Rússia poderá ver as suas pressões face à Ucrânia baixarem drasticamente pois esta deixa de ser a passagem primordial do gás natural que abastece a Europa, e face à atual crise que o país atravessa e com o fantasma de Moscovo a pairar sobre o céu ucraniano esta seria sem dúvida alguma uma boa notícia, não só para os líderes ucranianos, como para os manifestantes do *Euromaidan*, que pretendem uma aproximação à União Europeia, mas também para os líderes desta, que podem “puxar” para si mais uma das ex-Repúblicas Soviéticas.

⁴⁵ Citado em: <http://www.ionline.pt/artigos/12890-turquemenistao-disposto-a-fornecer-gas-a-europa-atraves-do-nabucco>, última visualização em Maio de 2014.

São dois os países que se apresentam agora com uma posição geoestratégica fulcral, a Turquia e a Roménia. A Turquia tomou uma posição estratégica quando o Azerbaijão decidiu parar a construção do *Nabucco*, que anda em negociações novamente, e optar por criar um gasoduto que passasse pela Turquia e ligasse a Europa. Para além disso o governo de Ancara organizou vários encontros com o fim de poder contar também com abastecimentos de gás natural oriundos do Irão a passar pelo seu país. Contudo as preocupações turcas não se ficam apenas pela questão das rotas do gás, mas também por uma aproximação à União Europeia, para quem sabe, num futuro próximo, poder finalmente integrar esta união que há tantos anos procura, mas ainda sem sucesso. A sua credibilidade pode subir pontos na cotação dos líderes europeus e se conseguir colocar o Irão a seu lado para abastecer em termos de gás natural a Europa, torna-se um parceiro estratégico dos países da União Europeia, sendo responsável pela passagem do *Nabucco*, mas também de um outro, oriundo do Irão, ambos abastecerão diretamente o centro da Europa em países como a Áustria e a Alemanha. A Roménia por seu lado é vista como a principal porta de entrada de recursos energéticos oriundos da região do Cáucaso com destino à União Europeia. O país anda a ser sondado tanto pela Rússia para instalar o *South Stream* como pela União Europeia e Estados Unidos da América, para instalar o *Nabucco*, sendo que chegou a acordo com o governo de Bacu, capital do Azerbaijão.

Este projeto é de extrema importância para a União Europeia, no sentido de reduzir a sua dependência energética em termos de gás natural face à Rússia. Contando com um aliado de peso como é o caso dos Estados Unidos da América, resta-lhe mudar a opinião de alguns países europeus no sentido de apoiarem o projeto, mas a forte concorrência do *South Stream* faz-se sentir em cada negociação o que tem dificultado bastante o avanço do *Nabucco*. A União Europeia tem de apostar em novas fontes de abastecimento de gás natural e a região do Cáucaso e do Cáspio podem ser uma solução a ter em conta.

4.3. O futuro de uma relação de dependência, novas opções e desafios

O futuro da União Europeia em termos energéticos é algo que ainda necessita de muito trabalho. É necessária uma aposta em novas opções para fazer face à grande dependência energética em termos de gás natural da União Europeia face à Rússia. Atualmente as apostas mais evidentes por parte da União Europeia são as energias renováveis e a diversificação de países de importação de gás natural. São vários os desafios que se colocam se a União Europeia equacionar um afastamento e a consequente diminuição das importações, pois terá não só o governo de Moscovo no seu encalce como as grandes multinacionais, nomeadamente a Gazprom, que fará de tudo para que os governos dos países europeus, não desistam de adquirir gás natural ao país em benefício de outros países e de outras regiões, estando neste momento os Estados Unidos da América a posicionarem-se para abastecer a Europa de gás natural num futuro próximo, sendo que já a região do Magrebe também é uma das principais abastecedoras da região sul da Europa.

A União Europeia para fazer face à dependência energética que apresenta, principalmente em termos de gás natural, relativamente à Rússia, terá que diversificar os países dos quais importa o recurso energético em questão (ver figura XV, em anexo). Já existe uma rede de gasodutos que liga o norte de África à Europa através do Mar Mediterrâneo. Contudo apresenta muito poucas ramificações e o sul da Europa não é propriamente o local mais desenvolvido em termos de infraestruturas energéticas, não tendo sequer forma de comparação com aquilo que se passa no centro e norte da Europa.

A região do Magrebe é uma das principais alternativas que a União Europeia tem de importação de gás natural, nomeadamente de países como a Argélia e Marrocos, que têm gasodutos de ligação à Europa através da Península Ibérica, utilizando preferencialmente o estreito de Gibraltar (ver figura 25).

Ambos os países do norte de África apresentam reservas de gás natural sendo que a Argélia se posiciona como a grande fornecedora energética da região, tendo uma

vasta rede de gasodutos a sair do país e a abastecer e a utilizar os seus países vizinhos como países “ponte” para o abastecimento de outros países africanos e da Europa.



Figura 25 – Gasodutos de ligação do Norte de África à Europa (Península Ibérica e França) e principais reservas de gás natural de Marrocos e da Argélia

Fonte: (http://www.gie.eu.com/download/maps/ENTSOG_SYSDEV_MAP2012.pdf)

Elaboração: Nuno Cunha

Da Argélia parte o gasoduto que abastece a Península Ibérica com ligação através de Gibraltar, mas para além desta tem várias outras ligações a portos que se situam no Mar Mediterrâneo como é o caso de Oran, de Argel e de Skikda, para além destas apresenta também ramificação para Túnis na Tunísia, que consequentemente abastece a Itália. Esta rede de gasodutos é complementada pelo transporte marítimo entre os portos do Mediterrâneo e os portos europeus, aqui o exemplo português deve ser vincado, com o Porto de Sines a apresentar-se como um dos principais portos recetores de gás natural oriundo da região magrebina, mas não só estando a Nigéria também a posicionar-se como um dos principais países que exportam gás natural para Portugal e para a Europa. Assim sendo Sines e consequentemente Portugal são um dos países mais expostos à região em questão, à semelhança da Espanha onde é estabelecida a ligação do gasoduto mais importante vindo do norte do continente africano para a

Península Ibérica. Apesar desta posição na estrutura de importações de Portugal e Espanha o peso desta região africana continua a não ser tão grande como o peso da Rússia na grande maioria dos países do norte e centro europeus, em relação ao gás natural. As relações entre a Espanha, Portugal e esta região do norte de África terá como base que o “ (...) setor energético poder vir a ser, com uma dose grande de probabilidade, um dos pilares fundamentais das relações luso-magrebina. Este facto mais não será, afinal, do que uma consequência da escassez de energia no seu próprio território que tornou Portugal num país dependente [...] E nem a construção do terminal de gás natural em Sines – um projeto estratégico para o país que começou a funcionar em 2003 e está a ser ampliado desde 2009 – consegue esconder a elevada dependência nacional do gás natural [...] 42% [...] em 2009 [...] 40% [...] em 2010 e 37% [...] em 2011” (LEAL, 2013: 2). O que acontece principalmente em Portugal nesta questão é que tratando-se de um porto recetor e de um país que importa grande parte dos recursos energéticos, nomeadamente gás natural, possui mais fontes de abastecimento, o mesmo não acontecendo com o norte e centro europeus que estão demasiado dependentes do gás natural oriundo da Rússia, um pouco por comodismo pois as infraestruturas estão montadas e a funcionar e não têm existido grandes problemas com as exportações russas para os países europeus (ver figura 26). Portugal pode, com esta situação que se vive atualmente na União Europeia e com a política energética a ser revista para que a dependência face à Rússia seja diminuída, representar um papel de grande importância se assim os líderes políticos tanto de Portugal como da Europa o entenderem. O Porto de Sines apresenta uma ligação geoestratégica de relevante importância pois é o porto atlântico mais próximo do continente americano e da costa oeste africana. Os líderes europeus e também os dos países em questão, Portugal e Espanha, também têm consciência desse facto e recentemente têm sido realizados vários acordos com as três pontas do triângulo para que se desenvolvam as infraestruturas, tornando a Península Ibérica uma região competitiva ao nível energético e o objetivo será certamente o de tornar a competitividade energética europeia eficiente a curto/médio prazo para que esta seja vista como uma alternativa ao gás natural que é importado da Rússia.

Os navios de transporte de gás natural que atravessem o canal do Panamá e que sejam oriundos dos Estados Unidos da América e da Ásia e mesmo países africanos têm em Portugal um destino e um porto próximo e que liga a toda a Europa. “O Porto de Sines foi incorporado por Bruxelas, pela União Europeia, como parte do corredor ibérico de infraestruturas portuárias. É um porto de águas profundas, o que lhe permite

ter capacidade para receber os navios “pós-panamax”⁴⁶, que irão atravessar o Canal do Panamá depois de concluída a sua ampliação, o que deverá acontecer até ao final de 2014. E o Porto de Sines é o que está mais próximo na Europa, encontrando-se quase em linha reta com o Canal do Panamá⁴⁷.

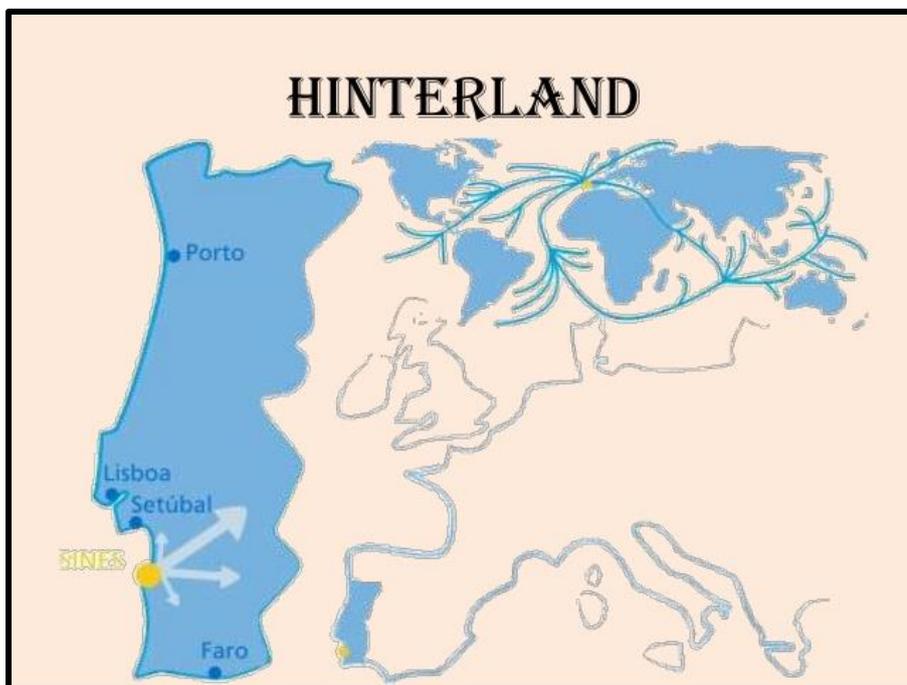


Figura 26 – Localização geoestratégica do Porto de Sines, em Portugal, na Europa e no Mundo (ver também a figura XVI, em anexo)

Fonte: (http://www.slideshare.net/Tania_Domingos/terminal-xxi-porto-de-sines)

A questão apenas se prende com as infraestruturas de ligação entre Portugal e os restantes países da Europa, pois tanto Portugal como a Espanha são extremamente deficitários em termos de gasodutos, assim a importância estratégica do Porto de Sines sai beliscada pois apesar de ser o porto a todos os níveis mais eficaz para a entrada de gás natural na Europa por via atlântica carece de todas as infraestruturas de apoio que o tornariam na verdadeira porta atlântica em termos de entrada de recursos energéticos, principalmente de gás natural. Contudo ambos os países já estão a tentar resolver esta questão e uma Cimeira realizada este ano com a presença das Confederações de Indústria portuguesa e espanhola resolveu que “No plano das infraestruturas e logística, as confederações apontam um “défice particularmente notório” ao nível das ligações

⁴⁶ Panamax designa as medidas dos navios que utilizam o Canal do Panamá como passagem. Os navios com a designação de panamax têm até 289m de comprimento, 32m de largura e 12m de profundidade. Os navios pós-panamax são navios que ultrapassam estas medidas estipuladas.

⁴⁷ Citado em: http://economico.sapo.pt/noticias/canal-do-panama-elege-sines-para-porto-europeu-prioritario_174410.html.

ferroviárias, elegendo como “prioritárias” as ligações ferroviárias de transporte de mercadorias nos corredores de Aveiro – Vilar Formoso – Irún e de Sines/Setúbal à fronteira com a França, passando por Madrid e, no eixo atlântico, a ligação Porto – Vigo”⁴⁸. As infraestruturas necessárias para que a Península Ibérica se venha a tornar a grande recetora das importações de gás natural da União Europeia, estão a dar os primeiros passos, contudo é necessário um forte investimento inicial mas que com toda a certeza será recuperado a médio prazo. Para Espanha é fundamental apoiar e promover o investimento em infraestruturas energéticas em Portugal, pois existe uma grande interligação entre o Porto de Sines e principalmente a região centro e sul da Espanha principalmente em termos de gás natural. Para além de ser de grande importância para Espanha, ainda mais significativa é a importância para Portugal pois Sines é o motor energético de Portugal. “Como é sabido Sines tem um ADN energético muito forte. A sua localização geográfica e as características da sua morfologia e águas profundas conferem-lhe reconhecidos argumentos. [...] Sines, pelo porto e respetivas infraestruturas dos terminais de petróleo, carvão e gás natural, afirma-se como o coração do sistema energético nacional [...] representam 85 por cento do consumo final de energia de Portugal [...] É reconhecida em Espanha a importância e o potencial de Sines para o reforço da logística de abastecimento, em particular do centro/ sul daquele país, sobretudo no gás natural [...] Permitam-me conferir uma ênfase muito especial ao gás natural. Sines pode ser o *hub* ibérico e uma peça estratégica na frágil logística europeia de abastecimento e armazenamento de gás natural. Os recentes acontecimentos no Cáucaso reconfirmam a vulnerabilidade do abastecimento russo à Europa Ocidental. Urge, pois, reforçar as alternativas à entrada de gás, na rede europeia, proveniente de fontes alternativas, pelo ocidente europeu” (SILVA, 2008: 22). Sendo as posições de Portugal e Espanha importantes neste contexto das alternativas a ligação que abastece a Itália e as ilhas de Malta, da Sardenha e da Córsega é feita através da Tunísia e da Líbia que apresenta também reservas de gás natural no mar mediterrâneo (ver figura 27).

Assim sendo a Líbia estabelece-se também como um dos principais fornecedores localizados no norte de África que abastece a União Europeia. Para além da Líbia o Egipto também possui grandes reservas de gás natural ao largo da sua costa mediterrânica (ver figura 28).

⁴⁸ Citado em: <http://www.rtp.pt/noticias/index.php?article=742655&tm=6&layout=121&visual=49>.

ocupando o quarto lugar logo após a Rússia, a Noruega e a Arábia Saudita [...] Esta proporção poderá vir a aumentar nos próximos anos, à medida que os investimentos previstos para aumento da produção de gás (construção e expansão de gasodutos) e a cooperação entre empresas argelinas e europeias se forem concretizando” (LUÍS, 2005: 276). Assim sendo os países da região do Magrebe e os seus vizinhos, nomeadamente a Líbia e o Egipto, podem vir a desempenhar um papel relevante em termos de alternativas energéticas, principalmente de gás natural, face à Rússia. Também a Península Ibérica e especificamente Portugal podem ter um papel de relevante importância face à posição geoestratégica do Porto de Sines, nesta redefinição em termos de política energética europeia.



Figura 28 – Gasoduto de ligação da região do Magrebe ao Egipto e principais reservas de gás natural ao longo da costa egípcia

Fonte: (http://www.gie.eu.com/download/maps/ENTSOG_SYSDEV_MAP2012.pdf)

Elaboração: Nuno Cunha

Contudo, ultimamente um outro país tem vindo a ganhar terreno e posiciona-se como mais um abastecedor de gás natural para a União Europeia, os Estados Unidos da América. A recente crise que se gerou na Ucrânia fez o ocidente reviver momentos que já se passaram como as guerras do gás, e agora com a anexação da Crimeia e a militarização crescente do conflito, que parece ter agora abrandado face às eleições presidenciais que ocorreram no país, fizeram a União Europeia repensar a sua política

energética e a vulnerabilidade que apresenta face à Rússia em termos energéticos. Segundo Durão Barroso “ a União Europeia já fez muito desde a crise do gás em 2009 para aumentar a sua segurança energética mas continua vulnerável. As tensões na Ucrânia vieram recordar-nos que o problema persiste. Face a uma dependência geral das importações de energia superior a 50% temos de prosseguir os nossos esforços. A Comissão apresentou recentemente uma estratégia global que será discutida pelos líderes da UE em junho. O aumento da segurança energética é do interesse de todos, pelo que conta com um apoio inequívoco dos líderes da UE. Quando está em causa a segurança energética⁴⁹ a Europa deve falar e agir a uma só voz”⁵⁰. A União Europeia demonstra assim grande preocupação face a uma situação que apenas tem vindo a aumentar de escala com a abertura do *Nord Stream* e a construção do *South Stream* e face ao que ocorre na Ucrânia e que se encontra agora novamente num impasse em termos de fornecimento, a Europa demonstra que pretende inverter o ciclo, para não sofrer num futuro pressões a nível económico e mesmo político. Recentemente foi assinado um acordo entre a União Europeia e os Estados Unidos da América para o fornecimento de gás natural, uma clara aposta dos norte-americanos em fazer frente à Rússia no abastecimento energético, depois do governo de Moscovo ter assinado um acordo para o fornecimento de gás natural com a China. Assim sendo Portugal demonstrou desde logo o seu interesse nesta situação pois o Porto de Sines, como já se referiu, tem as condições perfeitas para receber os navios de Gás Natural Liquefeito (GNL) oriundos dos Estados Unidos da América, por todas as razões “A Península Ibérica apenas poderá substituir entre 3% a 5% das importações russas. Já com o reforço das interligações (de transporte de gás) [como se referiu anteriormente], a fasquia pode subir para 9% das importações russas (...)”⁵¹. O número na redução das importações russas ainda é considerável e permitiria à União Europeia uma melhor gestão da sua dependência energética, contudo não podemos esquecer o grande poder dos *lobbies* no

⁴⁹ Em termos de segurança energética nessa matéria “Deixa-se amplamente à discrição dos Estados-membros a adoção dos meios necessários para garantir a segurança do aprovisionamento, nomeadamente no que respeita à definição do papel e das responsabilidades dos intervenientes no mercado, à especificação dos padrões de segurança do aprovisionamento e à escolha dos instrumentos que podem ser utilizados para corresponder a esses padrões. Em caso de crise de aprovisionamento de gás, o texto prevê um mecanismo de solidariedade baseado numa abordagem em três fases, que engloba as reações do setor da indústria, as medidas tomadas pelos Estados-membros e, se pertinente, uma ação a nível comunitário em que a Comissão, em concertação com o Grupo de Coordenação do Gás previsto no texto da diretiva, poderá fornecer orientações aos Estados-membros ou, se necessário, apresentar propostas adequadas ao Conselho. (MARZANO, 2003: 8).

⁵⁰ Citado em: <http://expresso.sapo.pt/europa-esta-vulneravel-no-abastecimento-de-energia=f872623>.

⁵¹ Citado em: <http://www.publico.pt/economia/noticia/moreira-da-siva-vai-aos-eua-vender-portugal-como-porta-do-gas-norteamericano-na-europa-1639315>.

seio da União Europeia e ainda para mais a grande quantidade de contratos que a Gazprom tem com a grande maioria dos governos do centro e do norte da Europa. Com este acordo com os Estados Unidos da América, a União Europeia tem assim mais um parceiro para a diversificação energética o que também ajuda na questão da segurança energética, existindo “ (...) a necessidade de a UE reforçar ativamente a cooperação com os seus parceiros, manifesta a apreensão pelos atrasos que afetam a conclusão do corredor meridional, frisa a necessidade de alcançar a segurança energética através da diversificação da energia, relembra o contributo significativo do gás natural liquefeito (GNL) e de frotas de GNL para o aprovisionamento de energia na UE e salienta o potencial de um corredor de GNL complementar na região do Mediterrâneo Oriental e do Mar Negro para servir de fonte flexível de energia e de incentivo para uma maior concorrência no mercado interno da energia da UE” (TZAVELA, 2013: 13). Assim sendo este acordo com os Estados Unidos da América e a aposta na Península Ibérica e em especial em Portugal e no Porto de Sines, como porta atlântica de entrada de gás natural na União Europeia, fará com que esta seja uma nova opção no futuro de uma relação de dependência.

As energias renováveis posicionam-se como uma alternativa à dependência energética para além da diversificação de importações. As tendências são para o aumento do consumo de energias renováveis em todos os países da União Europeia e as expetativas são para que em 2020 vários países ultrapassem os 20% de consumo interno (ver figura 29).

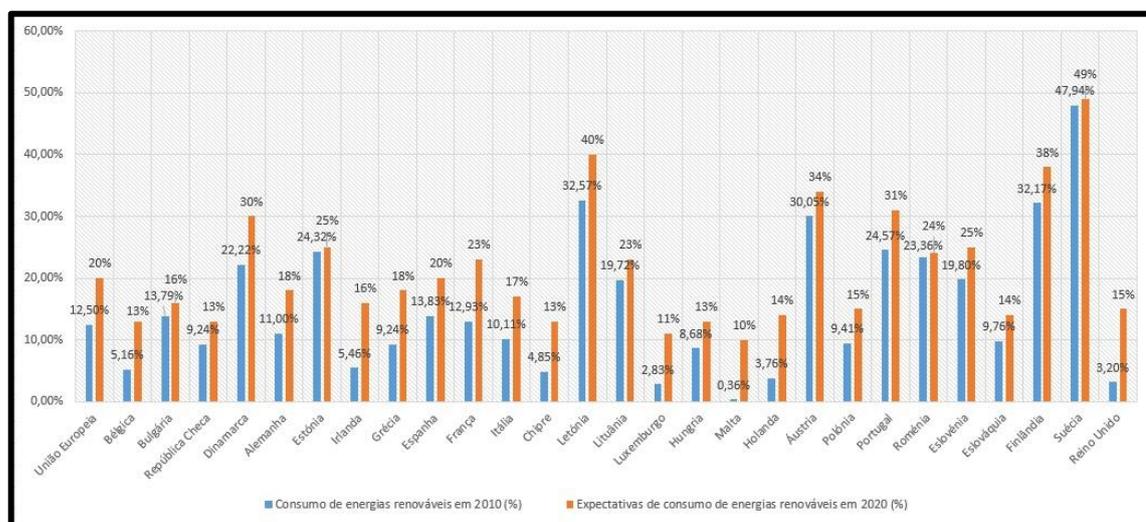


Figura 29 – Consumo de energias renováveis e expetativas de consumo de energias renováveis em 2020 (em %)

Fonte: (http://ec.europa.eu/energy/publications/doc/2012_energy_figures.pdf)

Elaboração: Própria

Em termos de renováveis a União Europeia tem definido uma política de incentivo aos seus Estados-membros. Contudo existem três projetos considerados prioritários por parte da União Europeia nas áreas da energia eólica, solar e hídrica com especial enfoque no Mar do Norte e nas regiões do sul da Europa. Uma questão que surge associada às energias renováveis é a do desenvolvimento sustentável e das políticas europeias para as alterações climáticas sendo “ (...) desafios globais que requerem, em primeiro lugar, uma solução conjunta a nível europeu. É tempo de agir para assegurar o futuro em termos de energia, combater as alterações climáticas, promover a competitividade da economia europeia e a criação de emprego” (CARVALHO, 2007: 25). A União Europeia tem assim pela frente inúmeros desafios em matéria de recursos energéticos renováveis, “incentiva os Estados-membros e as suas regiões a melhorarem a cooperação, recorrendo cada vez mais aos mecanismos de cooperação consagrados na Diretiva sobre as Energias Renováveis, a fim de otimizar a rentabilidade da expansão das energias renováveis, reduzir os custos das energias renováveis, e assegurar que os investimentos na EU sejam efetuados onde são mais produtivos e eficientes, tendo em conta as características específicas de cada Estado-Membro” (TZAVELA, 2013: 9). As energias renováveis têm crescido em termos de consumo nos últimos 10 anos e as expectativas são de que este valor continue a crescer até 2020. Em 2020 espera-se que todos os países da União Europeia tenham mais de 10% do consumo de energia interno feito por intermédio de energias renováveis (ver figura XVII, em anexo).

Assim sendo, a União Europeia tem pela frente múltiplos desafios independentemente da opção tomada. A diversidade de importação de gás natural tentando minimizar a dependência que apresenta face à Rússia será difícil, pois pressupõe inúmeras relações com vários países e regiões desde os Estados Unidos da América, a África, à região do Magrebe, entre muitas outras em que todas elas a Europa terá de se moldar às suas próprias necessidades. O momento é o ideal para se proceder à reforma das políticas energéticas europeias e é isso que tem de ser compreendido pelos líderes europeus e dos Estados-membros. Em termos de energias alternativas e de combate às alterações climáticas, ainda muito há a fazer por parte da União Europeia. Embora a utilização de energias renováveis esteja a crescer em todos os países europeus, esse crescimento ainda não é o suficiente e a União Europeia, fruto da grande diversidade climática que os seus Estados-membros apresentam, pode aproveitar bem melhor as suas potencialidades e apostar num setor que só lhe trará frutos a médio

prazo, mas que quando trouxer valerá a pena o risco e o investimento, pois reduzirá não apenas a dependência energética de gás natural da Rússia, como reduzirá as importações dos países em questão que pouparam dinheiro e ajudaram também assim a sua economia. São várias as opções para a União Europeia, mas também são vários os desafios para o futuro desta relação de dependência em termos de gás natural, que terá tendência no futuro a diminuir.

Conclusão

Numa sociedade cada vez mais globalizada e em que as crises económicas parecem traçar o destino dos países a nível mundial, os recursos energéticos tornam-se vitais para evitar que as economias dos países resvalam para uma espiral descendente. O mundo sofreu várias mutações ao longo dos séculos, desde a queda do império romano, quer do ocidente quer do oriente, passando pela Idade Média, pelos Descobrimentos, que lançaram definitivamente o nome de Portugal e dos portugueses para a História, não esquecendo o Renascimento, a Revolução Liberal Francesa em 1789, a Revolução Industrial e mais recentemente não uma mas duas Guerras Mundiais que conduziram o mundo num século negro que jamais será esquecido. Atualmente as principais mutações ocorridas no mundo prendem-se com as crises económicas que afetam praticamente todo o mundo, mas que têm especial incidência nos Estados Unidos da América e na União Europeia. Crises económicas são cíclicas, no século passado tivemos a grande depressão nos Estados Unidos da América em 1929, mas a atual não tem termo de comparação, tendo lançado o caos numa Europa, já de si enfraquecida e que luta para não perder o seu lugar como uma das grandes potências a nível mundial. Para além das crises económicas o mundo tem assistido a guerras contra o terrorismo que tomaram maiores proporções após o 11 de Setembro de 2001, com o ataque terrorista às Torres Gémeas em Nova Iorque, nos Estados Unidos da América, desde aí assistimos a uma Guerra no Afeganistão e a uma Guerra no Iraque, ambas protagonizadas pelo governo de Washington. Os recursos energéticos também parecem ter desempenhado aqui um papel fundamental, permitindo aos Estados Unidos da América controlar países produtores de recursos energéticos, principalmente de petróleo.

Assim sendo, os recursos energéticos têm tido um papel relevante no mundo, embora este esteja por vezes obscurecido. A energia é algo essencial para manter o mundo a funcionar tal como o conhecemos atualmente, ninguém consegue imaginar o mundo sem energia. O rápido desenvolvimento das sociedades e das economias mundiais têm feito com que exista uma procura desmesurada por recursos energéticos, como o petróleo ou o gás natural. Para além disso, essa procura desmesurada para corresponder às exigências, tem feito com que as preocupações com as alterações climáticas ganhem peso na sociedade global, pois o facto de o mundo estar a

desenvolver-se a um ritmo não sustentado faz com que as apreensões aumentem consideravelmente com o passar dos anos.

A União Europeia em matéria energética apresenta algumas questões a ter em conta, pois o seu território não é rico em recursos energéticos de origem fóssil, o que a faz ter de importar grande parte daquilo que consome e sendo uma potência a nível mundial e com uma economia que necessita de energia para continuar a crescer, tem aqui um problema que terá de ter em atenção a curto/médio prazo. A questão das importações energéticas por parte da Europa tornam-na conseqüentemente dependente da Rússia, principalmente em termos de gás natural, por ser a zona de abastecimento mais próxima. Contudo e com o passar dos anos esta dependência foi-se acentuando e apresenta atualmente níveis difíceis de diminuir, por parte dos Estados-membros. A Rússia aproveitou as infraestruturas existentes da União Soviética que conheceu o seu fim no início da década de 90, algo que já era exetável após a Queda do Muro de Berlim em 1989.

As relações entre e a União Europeia e a Rússia foram-se confundindo com o desenrolar dos acontecimentos a nível internacional. Após o final da 2ª Guerra Mundial, nasceu o projeto europeísta que visava garantir a paz na Europa, mas que para além disso tinha já uma vertente fortemente económica, comprovado com a sua designação à época, Comunidade Europeia do Carvão e do Aço e contou nos seus primórdios com seis países. A Rússia, por seu lado, à época ainda designada de União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, possuía um vasto território que daria origem após a desintegração da mesma a quinze novos países, alguns deles viriam mais tarde a aderir à União Europeia. Aquando da mudança da União Soviética para a Rússia, também a Comunidade Económica Europeia mudou a sua designação passando a ser a atual União Europeia. As relações entre ambas as potências baseiam-se em acordos e protocolos, mas foi conhecendo altos e baixos ao longo dos tempos. O primeiro grande acordo entre a Rússia e a União Europeia foram os Acordos de Parceria e Cooperação (APC's) em 1994 que se mantêm até aos dias de hoje embora já tenham sofrido diversas revisões. Contudo existem alguns temas que não são debatidos nem pelo governo de Moscovo nem por Bruxelas, um dos quais o da energia. A Rússia passou por momentos muito complicados a todos os níveis após a queda da União Soviética, pois perdeu parte do seu vasto império, mas para além dessa perda, o sentimento de nação e de Estado, saíram beliscados. A economia do país sofreu bastante e levou algum tempo a parar a espiral negativa em que toda a Rússia se encontrava. Todas estas mudanças ocorreram

num curto período de tempo, mas desde a chegada ao poder de Putin que as relações com o ocidente e nomeadamente com a União Europeia têm sofrido uma aproximação que com o passar dos anos foi ficando cada vez mais problemática. Atualmente a Rússia e a União Europeia têm com os Estados Unidos da América uma relação de algum distanciamento.

A Rússia é uma enorme potência energética e prova disso é que concentra em si algumas das maiores reservas de gás natural do mundo. Fazendo uso desse poderio energético, a Rússia, aproveitando infraestruturas em países que são antigas Repúblicas Soviéticas, construiu uma autêntica teia de abastecimento energético, de gás natural, à União Europeia. Esta teia foi crescendo com o passar do tempo e sem dar por isso a União Europeia encontra-se atualmente completamente rodeada por gasodutos, que atravessam vários países, alguns dos quais mantêm uma relação bastante conflituosa com a Rússia. Para fazer face a estas relações conflituosas com alguns países, a Rússia está a desenvolver uma política de expansão dos seus gasodutos em direção à Europa, circundando esses países “ponte”. Estes projetos têm como principais expoentes o gasoduto *Nord Stream*, que atravessa o Mar Báltico e abastece diretamente a Alemanha, e o *South Stream* que atravessa o Mar Negro e entra na Europa, atravessando e fornecendo vários países. O primeiro já se encontra em funcionamento e tem sido alvo de críticas por parte de vários países europeus e por parte principalmente dos países “ponte” que têm receio de perder a sua influência a nível internacional. A Alemanha, contudo, mostra-se inatingível com as reações negativas ao gasoduto, e considera-o necessário para o abastecimento energético da União Europeia. O *South Stream*, pelo contrário, já é um gasoduto que resultou de uma grande dose de negociações por parte dos governos dos países que queriam ser abastecidos pelo mesmo e a Rússia. Mas para este gasoduto a União Europeia parece ter despertado, mas tarde demais, através do projeto *Nabucco*, que contava com o apoio dos Estados Unidos da América e que provinha do Azerbaijão, na região do Cáucaso, também ela rica em recursos energéticos. Este projeto pretendia fazer com que a Europa reduzisse as suas importações de gás natural russo, sendo que o gasoduto em questão não atravessaria o território russo. A região de origem do gás natural que abasteceria este gasoduto é o Cáucaso, com o qual a Rússia tem vários conflitos embora não se envolva diretamente frequentemente, tendo isso acontecido apenas na Guerra com a Geórgia. Para além deste conflito mais aceso, o governo de Moscovo apoia vários movimentos separatistas na região que se pretendem juntar novamente à Rússia, ou apenas tornar-se

independentes. A Rússia tentou após a queda da União Soviética manter sobre a sua esfera de influência as antigas Repúblicas Soviéticas, mas essa tarefa não se revelou nada fácil e a região do Cáucaso, da Ucrânia e das três repúblicas bálticas é exemplo disso mesmo.

As relações conflituosas não se ficaram apenas pelas antigas repúblicas, mas também englobaram determinados países “ponte”, alguns deles também parte da antiga União Soviética. A Polónia e a Ucrânia são dois dos exemplos mais flagrantes das quezílias. A Ucrânia é sem dúvida alguma o grande calcanhar de Aquiles da Rússia, pois é um país que serve de barreira ao avanço da expansão da União Europeia da qual a Rússia tem receio. Para além disso é um país “ponte” por onde passam a grande maioria dos gasodutos oriundos da Rússia que abastecem a Europa. Atualmente ambos os países estão envolvidos num diferendo que está a ser de difícil resolução. Este começou com uma revolta do povo ucraniano que pretendia uma maior aproximação à União Europeia e um distanciamento das políticas do Presidente, pró-russo. Esta revolta foi aumentando de intensidade e levou à fuga do Presidente para a Rússia. A comunidade internacional levou algum tempo a reagir à situação, o que foi aproveitado por Moscovo, que invadiu a região da Crimeia, com o pretexto da defesa dos cidadãos russos e de origem russa da região, o que acabaria por, algum tempo mais tarde, levar à anexação da Crimeia por parte da Rússia. A situação não se fica por aqui com as regiões do leste ucraniano, principalmente de Lugansk e Donetsk a tentarem seguir o caminho da Crimeia, tentando boicotar as eleições presidenciais ocorridas a 25 de Maio do presente ano, que levaram ao poder Petro Poroshenko, um candidato pró-europeu. Espera-se agora que a situação acalme nas regiões mais conflituosas, com a estabilidade política que é pedida ao governo, contudo tudo depende da posição quer da Rússia, quer da União Europeia. A pressão da Rússia contudo é imensa, aproveitando o facto de controlar energeticamente a Ucrânia e face à incapacidade da União Europeia de conceder uma resposta, Putin vai jogando com as peças que tem. Neste jogo geopolítico entre a União Europeia, a Rússia e a Ucrânia, a Rússia parece estar a ganhar terreno, com as recentes negociações para a continuação do fornecimento de gás natural à Ucrânia a não darem o melhor resultado. A União Europeia terá de ser mais interventiva e fazer face à Rússia e às suas políticas de pressão energética. A União Europeia está a mediar esta nova “guerra” do gás entre a Ucrânia e a Rússia, desta vez sobre os preços que serão cobrados aos ucranianos pelo gás natural russo, e sobre o pagamento de uma dívida de gás já fornecido. “Há uma semana, a empresa russa recebeu com agrado o primeiro pagamento da dívida por parte

da Ucrânia, afirmando que “786 milhões de dólares entraram na conta da Gazprom” e adiou o regime de pré-pagamento dos fornecimentos de gás numa semana. “A introdução do regime de pré-pagamento dependerá da liquidação total da dívida do gás que foi fornecido até 1 de Abril”, explicou a empresa estatal russa. A Gazprom mostrou-se, também, disponível para discutir uma redução dos preços”⁵². Assim, este conflito promete não ficar por aqui e a Europa tem sem dúvida alguma um papel de grande importância na redefinição da Ucrânia enquanto Estado e naquilo que poderá vir a ser a sua adesão à União Europeia, tendo contudo de ter em conta a posição da Rússia que não deixará com certeza que essa mudança drástica no país ocorra.

O gás natural é sem dúvida um trunfo que a Rússia tem e a União Europeia com os recentes acontecimentos com a Ucrânia observou do que é capaz Moscovo. A utilização dos recursos energéticos para pressionar e influenciar a fazer o que Putin quer faz com que vários países não demonstrem qualquer tipo de descontentamento. A União Europeia tem agora o momento ideal para fazer uma revisão profunda à sua política energética e tem o exemplo do que ocorre com a Ucrânia que é dependente em termos energéticos, principalmente de gás natural da Rússia, para rever a sua dependência face ao gigante energético. Esta dependência deve-se em grande parte ao jogo perfeito que a Rússia vai fazendo e ao facto da União Europeia se deixar manipular principalmente por intermédio de *lobbies* que condicionam as decisões políticas não só em Bruxelas mas também na grande maioria dos países do centro e do norte da Europa, que têm contratos com a Gazprom, o gigante estatal russo de gás natural. Praticamente todos os países têm nas mais altas esferas de decisão algum elemento ligado à empresa gigante russa, o que torna difícil para a União Europeia mudar o regime que está estabelecido. Contudo parece existir no seio da União Europeia uma onda de mudança para tornar as instituições mais independentes no processo decisório e não tão capazes de satisfazer os desejos do governo de Moscovo apelando “ (...) à Comissão para que aplique e execute de forma eficaz as regras do mercado interno e da concorrência da UE em relação a todas as empresas do setor energético que operam no território da União; saúda, a este respeito, a recente investigação sobre o comportamento anti concorrencial da Gazprom e das suas subsidiárias europeias, lamentando o decreto politicamente motivado pelo Presidente da Federação da Rússia, que proíbe as empresas energéticas do país de cooperarem com as instituições da UE; insiste em que todas as empresas do setor

⁵² Citado em: <http://expresso.sapo.pt/europa-medeia-guerra-do-gas-entre-russia-e-ucrania=f874809>.

energético cooperem plenamente com as autoridades de investigação; insta a Comissão a dar uma resposta adequada a este decreto (...)” (TZAVELA, 2013: 19). A União Europeia parece ter acordado assim para o problema enorme que estava a criar e que continuou a alimentar até há bastante pouco tempo, com a construção e já entrada em funcionamento do *Nord Stream* e a construção do *South Stream* a dotarem a Rússia ainda de mais poder em termos energéticos sobre a Europa. O futuro desta relação de dependência passa precisamente pela diminuição da dependência que a União Europeia tem em termos de gás natural face à Rússia e pela procura de soluções que se encontram nas renováveis ou na diversificação de pontos de importação.

Os Estados-membros podem beneficiar e muito da diversificação das importações de gás natural, sendo que para esse efeito o norte de África, nomeadamente a região do Magrebe, os Estados Unidos da América e outras regiões e países podem desempenhar um papel fundamental. Neste ponto, a Península Ibérica e, em especial, Portugal pode desempenhar um papel de extrema importância, pois é o porto atlântico da Europa mais próximo do continente americano e da costa atlântica africana o que poderá significar que com as apostas certas por parte dos Estados-membros e de Bruxelas poderá levar a que a porta de entrada de recursos energéticos, nomeadamente gás natural possam entrar na União Europeia por Portugal. Para além dos países e regiões referidos acima, existe um país que tem fornecido Portugal de gás natural, a Nigéria, e que pode fruto dos contratos a longo prazo celebrados abastecer também a Europa, o mesmo acontecendo com a Argélia. Outro país africano que está a emergir na cena mundial do gás natural é Moçambique e com o qual Portugal mantém boas relações. As reservas descobertas ao largo da costa moçambicana irão, espera-se, tornar o país num dos maiores produtores a nível mundial. Assim, Portugal tem várias opções de abastecimento, apenas lhe faltam as infraestruturas capazes de transportar o gás natural do Porto de Sines para a restante Europa através de gasodutos que ligassem a periferia ao centro da Europa. A aposta terá de passar pela criação de condições que fortaleçam um porto, que já por si é fortalecido, e se isso acontecer não só Portugal terá muito a ganhar em termos económicos, como a Espanha mas em grande parte a União Europeia, pois permitirá reduzir o valor das importações que se fazem em termos de gás natural da Rússia. Para além dos factos referidos, a assinatura de acordos e protocolos com o Canal do Panamá servirá também as pretensões do Porto de Sines e de Portugal, bem como da União Europeia, que passará a contar com outras regiões e países para ser abastecida de gás natural.

Contudo os preços do gás natural a nível internacional sofreram uma forte valorização, principalmente após o desastre natural no Japão. Com o terramoto e consequente maremoto, no Japão, deu-se a perda de um reator nuclear na central de Fukushima, que levou depois por parte do governo de Tóquio a que se encerrasse a central e todas as outras de energia nuclear do país. Este encerramento fez com que o Japão iniciasse uma procura desmedida por gás natural para abastecer as suas centrais, satisfazendo as suas carências energéticas. Assim, o Japão começou a comprar todo o gás natural que podia e não podia, o que levou a um aumento considerável dos preços, fazendo com que países que importavam GNL como Portugal e outros países da União Europeia reduzissem as suas importações e apenas as realizassem quando encontravam o produto a bom preço. A procura desmedida do Japão levou a que os países voltassem a apostar novamente no carvão para fazer funcionar as suas centrais. Os recursos energéticos são algo que movimenta todo o mundo e que faz mover todo o mundo. Cada vez mais globalizado, o mundo é afetado por catástrofes naturais que ocorrem num país, mas que têm repercussões do outro lado, do mundo.

Para além desta questão da diversificação dos países de importação também as energias renováveis são algo em que a União Europeia deve apostar. As energias renováveis são limpas e inesgotáveis e na grande maioria dos casos, necessitam de condições específicas para se implementarem. Contudo a União Europeia tem 28 Estados-membros o que a torna ideal para a implementação dos mais variados tipos de energias renováveis. A energia eólica e a energia solar são as mais comuns e podem ser utilizadas em praticamente todos os países da Europa, contudo a solar é mais rentável no sul da Europa pois no norte e centro europeus poderá não captar a quantidade de raios solares suficientes para funcionar e produzir energia na perfeição. Os tipos de energia renovável que podem ser mais rentáveis para a União Europeia são os que necessitam do mar ou dos rios. A energia maremotriz, a energia das ondas e a energia hidroelétrica são sem dúvida algo em que a Europa deve apostar. As duas primeiras têm uma imensa costa e uma imensidão de Zona Económica Exclusiva (ZEE's) para poder ser implantada pelos países que assim o desejarem. Existem já infraestruturas *offshore* de captação de energia do vento, aerogeradores que são instalados no mar por ser mais rentável a captação do vento e a localização primordial para a instalação dos mesmo é no mar do Norte. A segunda beneficia da grande capacidade em termos de cursos naturais de água que podem ser aproveitados para a instalação de centrais para produção de energia e que numa outra fase, podem aproveitar as mutações que serão efetuadas no

curso de água para estabelecer outras atividades benéficas para a economia da região e do país. A União Europeia tem sem dúvida de apostar nas energias renováveis e nas que tenham como fonte de origem a água são sem dúvida alguma uma mais-valia pois a Europa apresenta grandes recursos naturais neste campo.

Para além destas outros tipos de energias renováveis podem ser utilizados para fazer face à crescente dependência energética em termos de gás natural da União Europeia face à Rússia.

A Europa sempre foi palco dos mais penosos desafios ao longo dos tempos e foi conseguindo superar com maior ou menor dificuldade, foi palco de duas Guerras Mundiais que devastaram o seu território e conseguiu reerguer-se como a potência mundial que sempre foi. Mesmo atualmente a Europa continua a ter pela frente desafios, a grande maioria de origem económica com as crises que assolam o continente, mas para além destas tem pela frente um desafio muito maior de manter o planeta como hoje o conhecemos, não deixando que este seja alterado fruto de um desenvolvimento não sustentável e das alterações climáticas. O futuro da União Europeia depende da forma como os líderes de Bruxelas e dos Estados-membros tratem da questão da dependência energética face à Rússia, pois as opções são várias e a serem tomadas conduzirão a Europa para um desenvolvimento sustentável, através da utilização de energias renováveis, o que a longo prazo poderá tornar a Europa autossustentável em termos energéticos, mas para isso a aposta neste setor terá de ser grande e não trará frutos no curto prazo mas no futuro o setor energético será sem dúvida alguma algo que poderá beneficiar a Europa e a economia dos Estados-membros, mas para isso as opções certas terão de ser tomadas desde já. Num futuro mais próximo a diversificação de importações de gás natural é a solução que se apresenta para fazer face à dependência energética russa. A Europa tem estabelecido vários acordos com várias regiões e países em matérias energéticas, mas a Rússia está atenta à situação e não deixará que a União Europeia deixe de estar dependente do país em termos de gás natural. Esta dependência pode ser vista de uma outra perspetiva, a da interdependência pois a União Europeia depende energeticamente do gás natural proveniente da Rússia e o gigante de leste tem uma grande percentagem em termos económicos proveniente da União Europeia. Uma grande parte do Produto Interno Bruto da Rússia provém dos pagamentos do gás natural efetuados pelos países que compõem a União Europeia.

Termina-se dando novas perspetivas para fazer face ao futuro desta relação de dependência, enfatizando que apesar da relevância do setor energético na União

Europeia existem outras formas de a Europa se poder abastecer de forma muito mais económica e sustentável, reduzindo a dependência em termos de gás natural e simultaneamente reduzindo os custos de importações. Estas são sem dúvida, numa primeira fase a diversificação das importações de gás natural e numa segunda fase as energias renováveis que têm vindo a crescer em termos de peso de consumo nos países europeus, mas que podem crescer muito mais, tornando a futuro da Europa muito mais sustentável.

Este estudo permitiu ver que existem novas linhas de investigação na área, tornando a União Europeia numa potência económica e energeticamente sustentável a médio e a longo prazo. A União Europeia é sem dúvida alguma uma obra incrível por parte do Homem, mas encontram-se problemas, como é normal, o que se pode fazer é tratar desses entraves para ir renovando este grandioso projeto da melhor forma possível. Em termos energéticos a Europa ainda tem um longo caminho a percorrer mas tudo leva a crer que o futuro é promissor e sustentável para a União Europeia como um todo e para os Estados-membros individualmente pois tem todas as potencialidades para fazer face à dependência energética em termos de gás natural face à Rússia.

Bibliografia e Fontes

Livros:

ALLISON, Roy, (2011), *Central Asia Security. The New International Context*, Royal Institute of International Affairs, Londres.

BAEV, Pavel K., (2008), *Russian Energy Policy and Military Power – Putin’s quest for greatness*, Routledge, Nova Iorque.

BROWN, Archie e SHEVTSOVA, Lilia, (2004), *A liderança política na Transição Russa*, UNB.

CHRISTOPHER e RID, Thomas, (2009), *The roots of Germany’s Russia Policy*, Survival: Global Politics and Strategy.

CRONE, Olivier, (2008), *Nord Stream, le gazoduc germano-russe sous la Baltique du point de vue suédois*, in *Russie la nouvelle guerre froide?*”, Académie européenne de géopolitique, n°19, Éditions érès, Paris

EL AGRAA, Ali M., (2007), *The European Union: economics and policies*, Cambridge University Press, Cambridge.

FERNANDES, Sandra Dias, (2006), *Europa (In) Segura. União Europeia, Rússia, Aliança Atlântica: A institucionalização de uma relação estratégica*, Princípiã, Estoril.

FERREIRA, Maria João Militão de, (2005), *A Política Externa Europeia: uma reflexão sobre a União Europeia como actor internacional*, Instituto Superior de Ciências e Políticas, Lisboa.

FREIRE, Maria Raquel, (2011), *A Rússia de Putin, Vectores Estruturantes da Política Externa*, Edições Almedina, Coimbra.

FREIRE, Maria Raquel, (2011), *Política Externa, As Relações Internacionais em Mudança*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra.

GALA, Francisco Briosa e, (2013), *O Fornecimento de Gás Natural à União Europeia: Questões de Segurança Energética*, Coimbra Editora, Coimbra.

ISAKOVA, Irina, (2005), *Russian Governance in the Twenty-First Century – Geostrategy, geopolitics and governance*, Frank Cass, Nova Iorque.

JACOBS, David, (2012), *Renewable Energy Policy Convergence in the EU*, Ashgate Publishing Ltd.

- KANET, Roger e FREIRE, Maria Raquel, (2010), *Key Players and regional Dynamics in eurasia, The return of the “Great Game”*, Palgrave MacMillan, Nova Iorque.
- KANET, Roger e FREIRE, Maria Raquel, (2012), *Competing for influence: The EU and Russia in post-soviet eurasia*, Dordrecht, Republic of Letters.
- KANET, Roger e FREIRE, Maria Raquel, (2012), *Russia and its near neighbours*, Palgrave MacMillan, Nova Iorque.
- LAMPREIA, J. Martins e GUÉGUEN, Daniel, (2008), *O lóbi na União Europeia*, Texto.
- LEVINE, Steve, (2007), *The oil and the glory – The pursuit of empire and fortune on the caspian sea*, The random house publishing group, Nova Iorque.
- LUCAS, Edward, (2008), *The New Cold War*, Palgrave MacMillan, Nova Iorque.
- MACAVOY, Paul W., (2008), *Natural Gas Market*, Yale University Press.
- MARQUES, Paulo et al, (2004), *Estudos sobre Energia: Petróleo e Gás Natural*, Almedina, Coimbra.
- MESQUITA, Maria José Rangel de, (2011), *A actuação externa da União Europeia depois do Tratado de Lisboa*, Almedina, Coimbra.
- OLIVEIRA, Alcino Sousa, (2003), *Energias Renováveis: Solar, Eólica, Ondas e Marés, Biomassa, Hidroelétrica, Geotérmica*, UTAD.
- RADAELLI, Cláudio, (2003), *The Politics of Europeanization*, Oxford University Press, Londres.
- SILVA, António Martins da, (2010), *História da Unificação Europeia, a Integração Comunitária (1945-2010)*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- SPEIGHT, James G., (2007), *Natural Gas*, Elsevier Science.
- TALUS, Kim, (2013), *EU Energy law and Policy: A critical account*, OUP Oxford.

Artigos:

- ALEKSEEV, Alexander, (2002), “New Risks and Challenges within the context of OSCE”, *Nação e Defesa*, nº103.
- ALMEIDA, João Marques de, (2008), “A União Europeia e a Rússia após a Crise da Geórgia, o fim do paradigma do “pós-guerra fria””, *Relações Internacionais*, Dezembro.
- BYKOV, Paver e VLASSOVA, Olga, (2014), “Seis cenários para uma vida sem Crimeia”, *Courrier Internacional* nº218, Moscovo, Março.
- CANÊDO, Sílvia Helena Guilherme, (2006), “Rússia e o gás natural: um importante instrumento de política externa”, *Cenários PUCMinas, Conjuntura Internacional*, Junho.
- CARDOSO, Rui, (2014), “Putin, o Cáucaso, os jogos e os velhos demónios do Kremlin”, *Courrier Internacional* nº216, Fevereiro.
- CARVALHO, Graça, (2007), “Estratégia europeia para a energia e alterações climáticas”.
- Comissão Europeia, (2012), *Compreender as políticas da União Europeia: Energia*, Comissão Europeia, Bruxelas, Julho.
- DAEHNHARDT, Patrícia, (2006), “Alemanha pretende reforçar relações entre a UE e a Rússia”, *Occasional Paper* nº5, Instituto Português de Relações Internacionais, Setembro.
- DAEHNHARDT, Patrícia, (2007), “A dupla oportunidade de liderança”, *Occasional Paper* nº19, Instituto Português de Relações Internacionais, Janeiro.
- FERNANDES, Sandra Dias, (2009), “Decifrar a potência russa”, *Relações internacionais*, nº21, Lisboa.
- FREIRE, Maria Raquel, (2008), “Relações UE-Ucrânia: A complexa gestão de objetivos, motivações e expectativas”, *Working Paper* 37, Instituto Português de Relações Internacionais, Junho.
- FREIRE, Maria Raquel e DAEHNHARDT, Patrícia, (2011), “As relações entre a Alemanha e a Rússia, duas políticas externas em transição”, *Relações Internacionais*, Dezembro.
- GASPAR, Carlos, (2005), “A Rússia e a Segurança Europeia”, *Nação e Defesa*, nº110 – 3ª Série.
- LEAL, Catarina Mendes, (2013), “A segurança energética de Portugal e o Magrebe”, *Working Paper* nº52, Instituto Português de Relações Internacionais, Maio.

- LIMA, Bernardo Pires de, (2008), “A gestão europeia do dossier russo”, Occasional Paper nº37, Instituto Português de Relações Internacionais, Setembro.
- LUÍS, Ana Lúcia Matos, (2005), “A parceria euro-mediterrânica e as economias do Magrebe”, Eurotendências, Informação Internacional Departamento de Prospetiva e Planeamento.
- MAKARYCHEV, Andrey, (2009), “A Rússia, a Europa e o legado de 1989, conflitos de interpretação”, Relações Internacionais, Setembro.
- MARZANO, António, (2003), “Transportes, telecomunicações e energia”, 2554ª sessão do Conselho, Bruxelas, Dezembro.
- NEMOVA, Stela, (2012), “Energias Renováveis”, Parlamento Europeu, Fichas técnicas sobre a União Europeia 2013, Janeiro.
- OLIVEIRA, Manuel Ferreira de, (2008), “O mercado de gás natural: desafios e oportunidades para a Europa e para Portugal”, Principia.
- PENEDOS, José, (2008), “Mercado do Gás”, Europa Novas Fronteiras, Revista do Centro de Informação Europeia Jacques Delors, nº22, Lisboa, Janeiro/Junho.
- RODRIGUES, Alexandre Reis, (2006), “Energia. A “nova” arma de Putin”, Jornal de Defesa e Relações Internacionais, Janeiro.
- SILVA, António Costa, (2007), “A Segurança Energética da Europa”, Nação e Defesa, nº116 – 3ª Série.
- SILVA, Nuno Ribeiro da, (2008), “Sines: Pérola da Logística Energética” *in* Portugal global – Pense global pense Portugal, Aicep Portugal Global, Setembro.
- SIMÃO, Licínia, (2010), “Pontes sobre o Cáspio: Papel Estratégico do Azerbaijão nas Relações UE – Ásia Central”, Nação e Defesa, nº 126 – 5ª Série.
- TOMÉ, Luís, (2007), “O grande jogo geopolítico nos espaços do “Espaço Pós-Soviético”, Geopolítica, nº1, Centro Português de Geopolítica, Setembro.
- TZAVELA, Niki, (2013), “Relatório sobre o Roteiro para a Energia 2050, um futuro com energia”, Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia, Parlamento Europeu.

Webgrafia

Publicações:

[http://ec.europa.eu/commission_2010-](http://ec.europa.eu/commission_2010-2014/president/news/archives/2014/01/20140128_1_pt.htm)

[2014/president/news/archives/2014/01/20140128_1_pt.htm](http://ec.europa.eu/commission_2010-2014/president/news/archives/2014/01/20140128_1_pt.htm) (última visualização em Maio de 2014).

http://ec.europa.eu/news/energy/140122_pt.htm (última visualização em Maio de 2014).

http://europa.eu/documents/comm/white_papers/pdf/com97_599_pt.pdf (última visualização em Abril de 2014).

<http://www.naturalgaseurope.com/category/pipelines/south-stream-pipeline> (última visualização em Maio de 2014).

Artigos:

http://economico.sapo.pt/noticias/canal-do-panama-elege-sines-para-porto-europeu-prioritario_174410.html (última visualização em Junho de 2014).

<http://euobserver.com/economic/28445> (última visualização em Maio de 2014).

<http://expresso.sapo.pt/europa-esta-vulneravel-no-abastecimento-de-energia=f872623> (última visualização em Junho de 2014).

<http://expresso.sapo.pt/europa-medeia-guerra-do-gas-entre-russia-e-ucrania=f874809> (última visualização em Junho de 2014).

<http://expresso.sapo.pt/gazprom-o-gigante-do-lobby=f547080> (última visualização em Junho de 2014).

<http://pt.euronews.com/2012/10/08/nord-stream-funciona-a-100-por-cento/> (última visualização em Maio de 2014).

<http://pt.euronews.com/2012/12/07/presidente-russo-lanca-construcao-do-gasoduto-south-stream/> (última visualização em Maio de 2014).

<http://pt.euronews.com/2014/03/30/ucrania-petro-porochenko-e-iulia-timochenko-principais-candidatos-as-eleices/> (última visualização em Maio de 2014).

<http://pt.euronews.com/2014/04/28/eua-e-ue-reforcam-sances-a-russos-e-ucranianos/> (última visualização em Maio de 2014).

<http://pt.euronews.com/2014/04/29/sances-a-russia-ue-e-eua-com-diferentes-niveis-de-pressao-a-moscovo/> (última visualização em Maio de 2014).

<http://pt.euronews.com/2014/05/22/ucrania-poroshenko-lidera-sondagens-e-inclui-crimeia-nas-presidenciais/> (última visualização em Junho de 2014).

<http://pt.euronews.com/2014/05/26/separatistas-boicotam-eleices-no-leste-da-ucrania/> (última visualização em Junho de 2014).

<http://sol.sapo.pt/noticia/100598> (última visualização em Maio de 2014).

http://www.dn.pt/inicio/globo/interior.aspx?content_id=3830753&seccao=Europa (última visualização em Maio de 2014).

<http://www.dnoticias.pt/actualidade/mundo/444282-ue-e-eua-reforcam-sancoes-contr-a-russia> (última visualização em Maio de 2014).

http://economico.sapo.pt/noticias/eua-reforcam-sancoes-a-russia_192068.html (última visualização em Maio de 2014).

<http://www.iol.pt/push/iol-push---internacional/obama-merkel-russia-ucrania-sancoes-ultimas-noticias/1553587-6184.html> (última visualização em Maio de 2014).

<http://www.ionline.pt/artigos/12890-turquemenistao-disposto-a-fornecer-gas-a-europa-atraves-do-nabucco> (última visualização em Maio de 2014).

<http://www.ionline.pt/artigos/mundo/ue-amplia-sancoes-contr-russia-inclui-empresas-da-crimeia> (última visualização em Maio de 2014).

http://www.jn.pt/PaginaInicial/Mundo/Interior.aspx?content_id=3833934 (última visualização em Maio de 2014).

http://www.jornaldenegocios.pt/economia/detalhe/estados_unidos_alargam_sancoes_sobre_a_russia.html (última visualização em Maio de 2014).

http://www.jornaldenegocios.pt/economia/detalhe/russia_garante_resposta_dolorosa_as_sancoes_dos_estados_unidos_e_uniao_europeia.html (última visualização em Maio de 2014).

<http://www.presseurop.eu/pt/content/news-brief/132671-fumo-branco-pelo-nord-stream> (última visualização em Maio de 2014).

<http://www.publico.pt/ciencia/noticia/producao-de-energia-solar-fotovoltaica-mais-do-que-duplicou-em-2010-1510549> (última visualização em Abril de 2014).

<http://www.publico.pt/economia/noticia/moreira-da-siva-vai-aos-eua-vender-portugal-como-porta-do-gas-norteamericano-na-europa-1639315> (última visualização em Junho de 2014).

<http://www.publico.pt/mundo/noticia/eua-aprovam-sancoes-a-sete-dirigentes-russos-e-a-17-empresas-1633870> (última visualização em Maio de 2014).

<http://www.publico.pt/mundo/noticia/o-regresso-da-crimeia-a-russia-foi-um-dia-de-gloria-para-putin-1628783> (última visualização em Maio de 2014).

<http://www.publico.pt/mundo/noticia/putin-acena-a-ue-com-guerra-do-gas-e-reacende-confrontacao-diplomatica-1631861> (última visualização em Maio de 2014).

<http://www.publico.pt/mundo/noticia/ucrania-e-uniao-europeia-assinam-acordo-de-parceria-1629164> (última visualização em Maio de 2014).

<http://www.reuters.com/article/2014/04/17/us-ukraine-crisis-gas-southstream-analysis-idUSBREA3G1KP20140417> (última visualização em Maio de 2014).

<http://www.rtp.pt/noticias/index.php?article=742655&tm=6&layout=121&visual=49> (última visualização em Junho de 2014).

Fontes utilizadas para as figuras

Revistas/ Artigos:

Courrier International nº216, Fevereiro de 2014

Courrier International nº217, Março de 2014

Courrier International nº218, Abril de 2014

Courrier International, nº220, Junho de 2014

http://janusonline.pt/popups2013/2013_1_1.pdf

http://janusonline.pt/popups2013/2013_3_2_8.pdf

<http://www.bbc.com/news/world-europe-18188085> (última visualização em Junho de 2014).

<http://www.dailymail.co.uk/news/article-2638952/Billionaire-chocolate-maker-course-Ukraines-new-president-despite-unrest-shut-polling-stations-separatist-east.html> (última visualização em Junho de 2014).

<http://www.electoralgeography.com/en/countries/u/ukraine/2004-president-elections-ukraine.html> (última visualização em Fevereiro de 2014).

Publicações:

http://ec.europa.eu/energy/publications/doc/2012_energy_figures.pdf (última visualização em Março de 2014).

http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY_OFFPUB/KS-30-12-861/EN/KS-30-12-861-EN.PDF (última visualização em Abril de 2014).

http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY_PUBLIC/8-10032014-AP/EN/8-10032014-AP-EN.PDF (última visualização em Maio de 2014).

http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/energy/data/main_tables (última visualização em Maio de 2014).

<http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/energy/introduction> (última visualização em Maio de 2014).

<http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/environment/introduction> (última visualização em Abril de 2014).

http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/european_neighbourhood_policy/introduction (última visualização em Abril de 2014).

http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/international_statistical_cooperation/higher_income_countries (última visualização em Abril de 2014).

http://europa.eu/about-eu/countries/index_pt.htm (última visualização em Maio de 2014).

<http://www.eegas.com/ukraine.htm> (última visualização em Maio de 2014).

<http://www.energy.eu/#routes> (última visualização em Maio de 2014).

<http://www.energy.eu/publications/Infrastructure-for-renewable-energies.pdf> (última visualização em Abril de 2014).

http://www.energy.eu/publications/KOAC07001ENC_002.pdf (última visualização em Junho de 2014).

http://www.energy.eu/publications/KOAE09001_002.pdf (última visualização em Junho de 2014).

http://www.ewea.org/fileadmin/files/library/publications/statistics/EWEA_Annual_Statistics_2013.pdf (última visualização em Maio de 2014).

<http://www.ewea.org/statistics/> (última visualização em Maio de 2014).

<http://www.galpenenergia.com/PT/agalpenenergia/os-nossos-negocios/Gas-Power/Gas-Natural/Paginas/Cadeia-de-valor.aspx> (última visualização em Junho de 2014).

<http://www.gazprom.com/about/production/projects/pipelines/south-stream/> (última visualização em Maio de 2014).

http://www.gie.eu.com/download/maps/ENTSOG_SYSDEV_MAP2012.pdf (última visualização em Maio de 2014).

http://www.nord-stream.com/press-info/images/nord-stream-extension-reinforcing-gas-supplies-to-northwest-europe-3487/?category=115&sub_category=148 (última visualização em Abril de 2014).

<http://www.paginavermelha.org/noticias/070319-russia4.htm> (última visualização em Abril de 2014).

http://www.slideshare.net/Tania_Domingos/terminal-xxi-porto-de-sines (última visualização em Maio de 2014).

<http://www.south-stream.info/en/maps/> (última visualização em Abril de 2014).

<http://www.worldatlas.com/aatlas/infopage/cis.htm> (última visualização em Maio de 2014).

<http://www.worldatlas.com/webimage/countrys/asia/ru.htm> (último visualização em Maio de 2014).

Anexos

Anexo I



Figura I – Cadeia de valor do gás natural

Fonte: (<http://www.galpennergia.com/PT/agalpennergia/os-nossos-negocios/Gas-Power/Gas-Natural/Paginas/Cadeia-de-valor.aspx>)

Anexo II

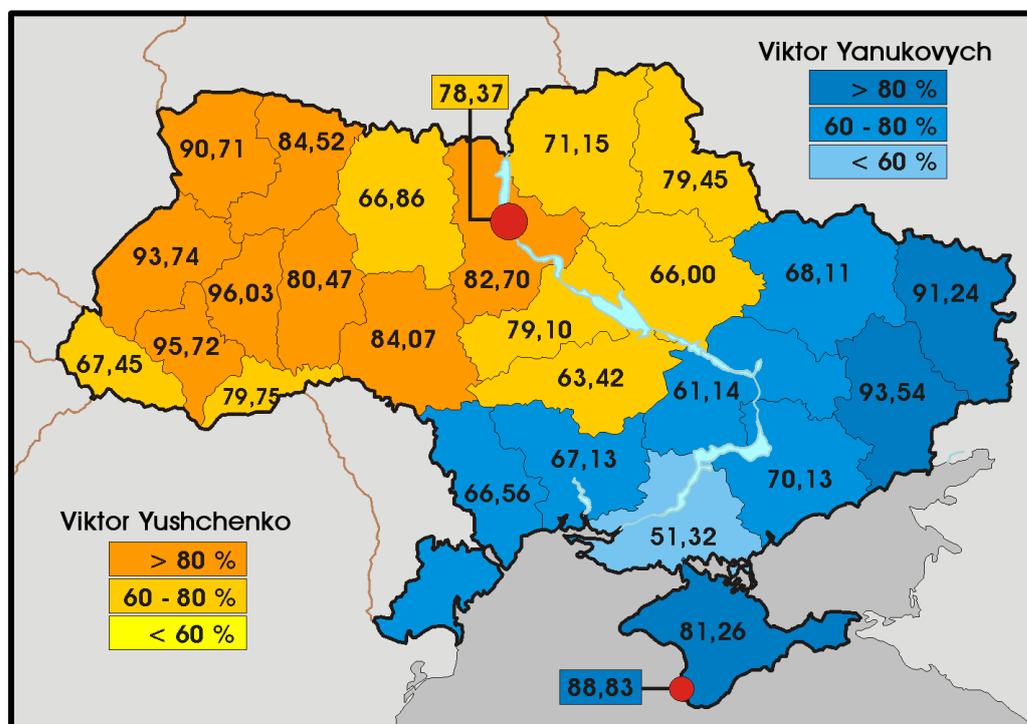


Figura II – As duas Ucrânias: “Pró-russa” e “Pró-ocidente” (Resultados das eleições presidenciais de 26 Dezembro 2004)

Fonte: (<http://www.electoralgeography.com/en/countries/u/ukraine/2004-president-elections-ukraine.html>)

Anexo III



Figura III – “Regiões em brasa”

Fonte: Courier Internacional nº217, Março de 2014, p.47

Anexo IV

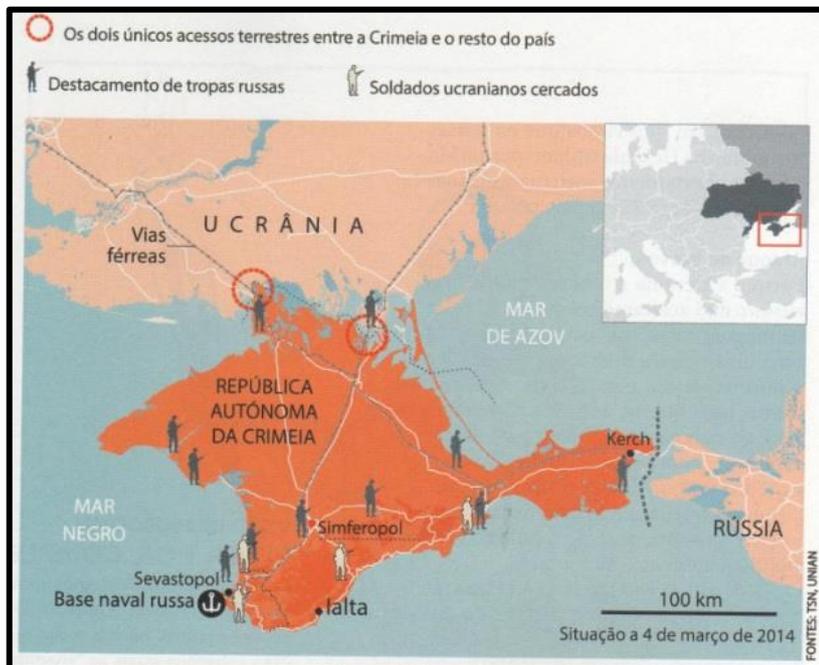


Figura IV – “Uma península estratégica”
 Fonte: Courrier International nº218, Abril de 2014, p.47

Anexo V

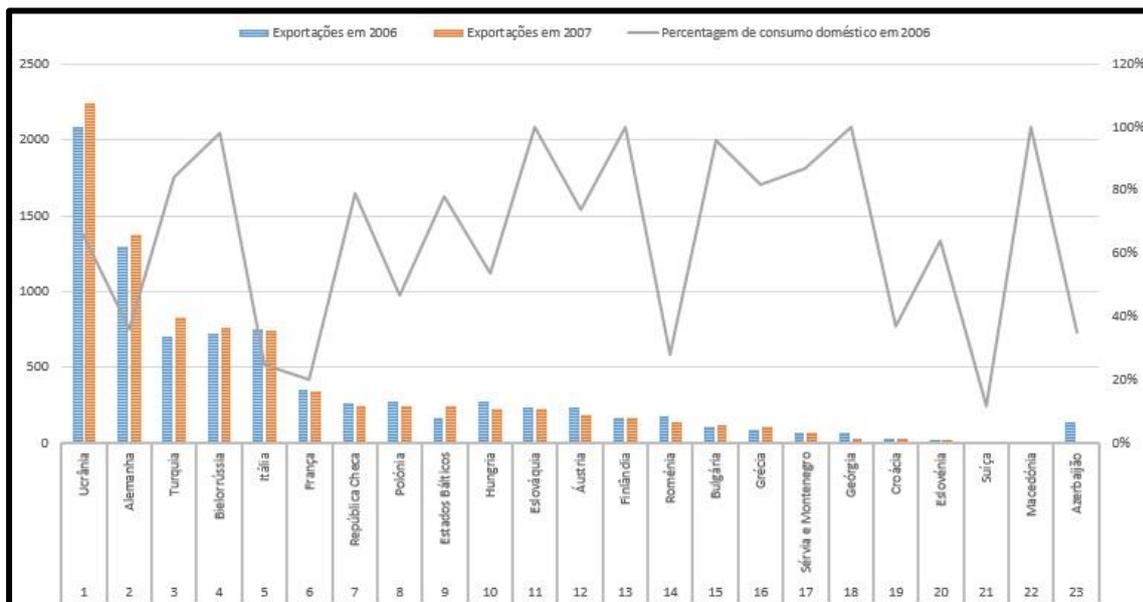


Figura V – Exportações de gás natural russo para os países europeus, em 2006 e 2007
 Fonte: (KANET, Roger e FREIRE, Maria Raquel, (2010), Key Players and regional Dynamics in eurasia, The return of the “Great Game”, Palgrave MacMillan, Nova Iorque, p.92)
 Elaboração: Própria

Anexo VI

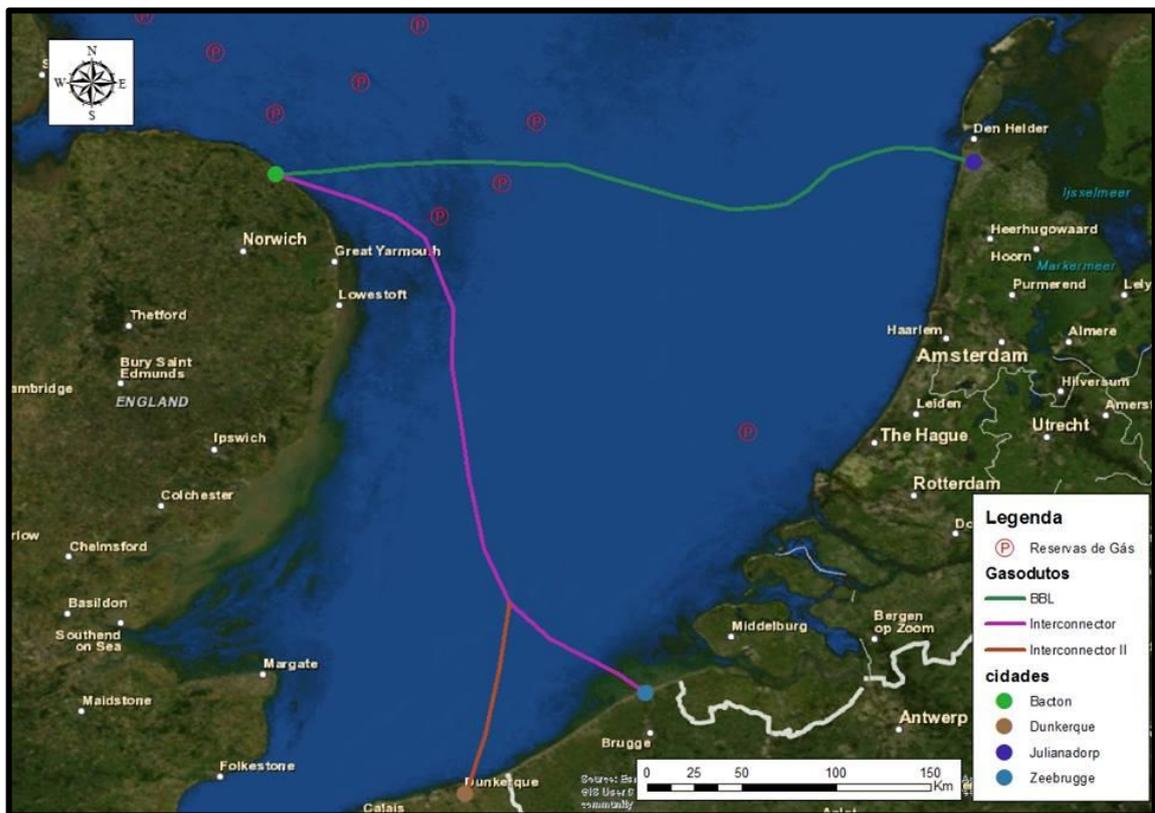


Figura VI – Gasodutos de ligação a Inglaterra e plataformas de gás natural do mar do Norte

Fonte: (http://www.gie.eu.com/download/maps/ENTSOG_SYSDEV_MAP2012.pdf)

Elaboração: Nuno Cunha

Anexo VII

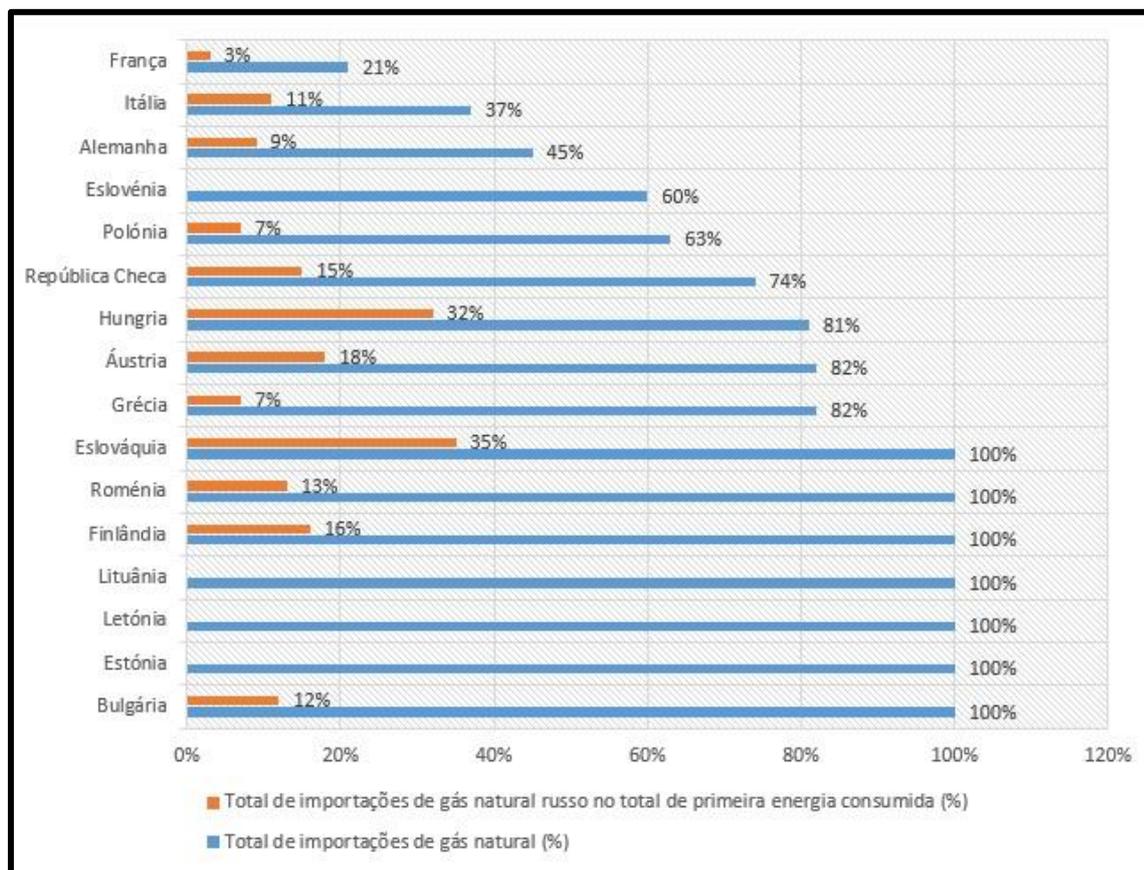


Figura VII – Total de importações de gás natural, como primeira energia consumida (em %)
 Fonte: BAEV, Pavel K., (2008), Russian Energy Policy and Military Power – Putin’s quest for greatness, Routledge, Nova Iorque, p.164
 Elaboração: Própria

Anexo VIII

Nome	Posição executiva no Governo	Posição executiva na Empresa
Vladislav Surkov	Conselheiro presidencial	Presidente do Conselho de Administração da Transnefteprodukt
Igor Sechin	Representante chefe da administração presidencial	Presidente do Conselho de Administração da Rosneft
Sergey Naryshkin	Representante do Primeiro-ministro	Representante do conselho de administração da Rosneft
Alexey Kudrin	Ministro das Finanças	Conselho de Supervisão da ALROSA
Dmitry Medvedev	Primeiro representante do Primeiro-ministro	Presidente do Conselho de Administração da Gazprom
Viktor Khristenko	Ministro da Indústria e da Energia	Presidente do Conselho de Administração da Transneft e Conselho de Administração da Gazprom
Yevgeny Shkolov	Assistente presidencial	Conselho de Directores da Transneft
Sergei Sobianin	Chefe do pessoal presidencial	Presidente da TVEL
German Gref	Ministro da Economia, Desenvolvimento e Comércio (até 2007)	Conselho da Gazprom

Figura VIII – Líderes políticos com poder nos Conselhos de Administração no final do segundo mandato de Putin

Fonte: (The Brookings Institution, The Russian Federation, The Brookings Foreign Policy Studies Energy Security Series (Washington, DC: The Brookings Institution, October 2006), 2; Marshall Goldman, “Putin, Petroleum, Power, and Patronage: The Dog Barks but the Caravan Moves On,” presentation at the Jamestown Foundation, 7 December 2006; Mark Franchetti, “A Clean Sweep for Putin Cronies,” Sunday Times, 11 November 2007)

Elaboração: Própria

Anexo IX

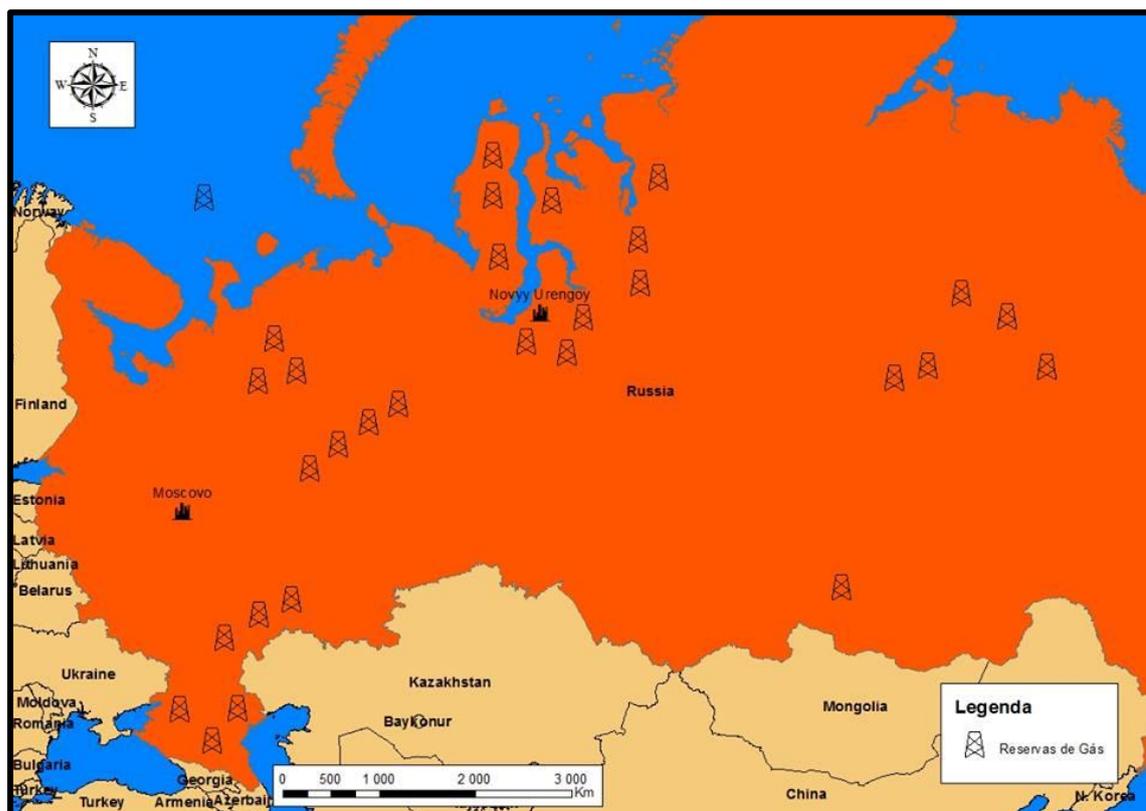


Figura IX – Mapa das reservas de gás natural na Rússia

Fonte: (http://www.gie.eu.com/download/maps/ENTSOG_SYSDEV_MAP2012.pdf)

Elaboração: Própria

Anexo X

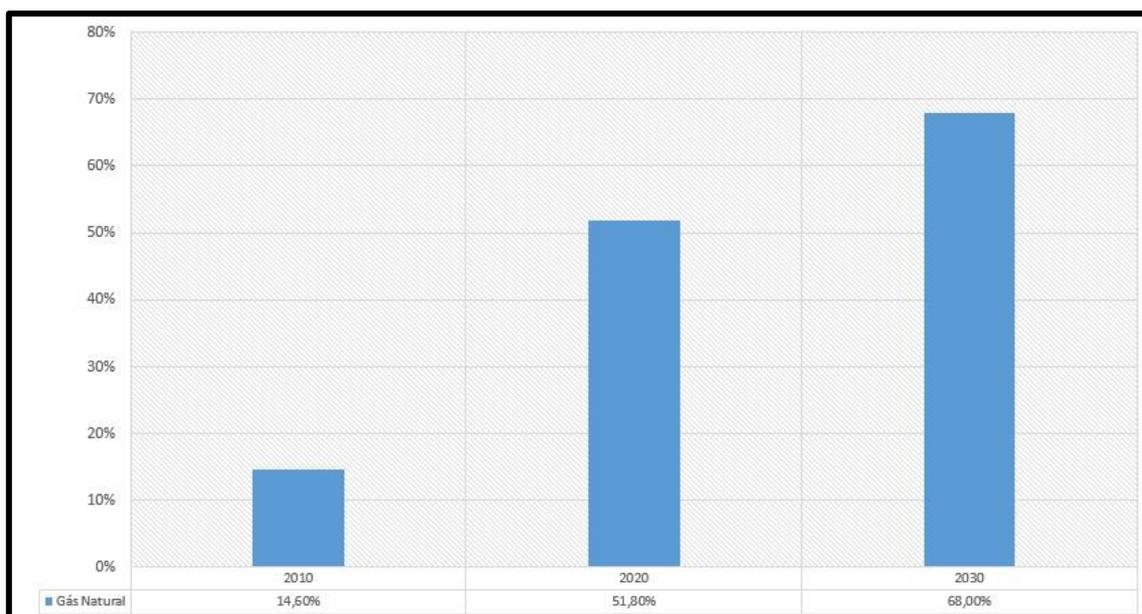


Figura X – Aumento de importações de gás natural face à necessidade de consumo da União Europeia

Fonte: (http://www.energy.eu/publications/KOAC07001ENC_002.pdf)

Elaboração: Própria

Anexo XI

	2013
Alemanha	33,730
Dinamarca	4,772
Espanha	22,959
França	8,254
Holanda	2,693
Irlanda	2,037
Itália	8,551
Polónia	3,390
Portugal	4,724
Reino Unido	10,531
Suécia	4,470
Total da UE - 28	117,289

Figura XI – Países da União Europeia com capacidade de produção de energia eólica acima dos 200MW em 2013

Fonte:

(http://www.ewea.org/fileadmin/files/library/publications/statistics/EWEA_Annual_Statistics_2013.pdf)

Elaboração: Própria

Anexo XII

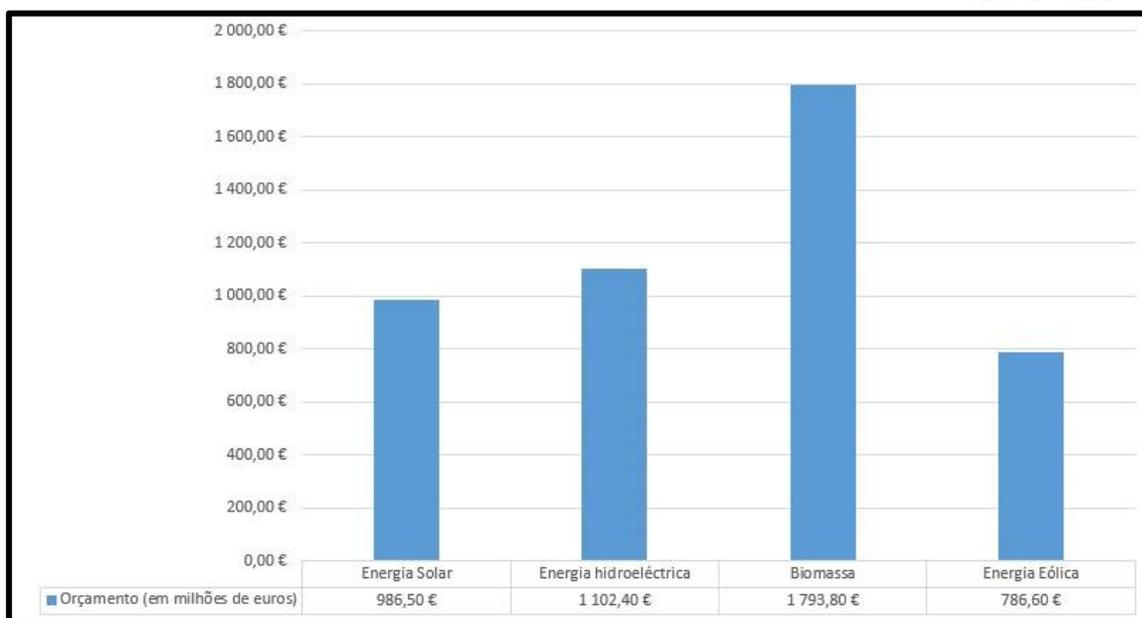


Figura XII – Política regional da União Europeia contribuição para energias renováveis no período 2007-2013

Fonte: (<http://www.energy.eu/publications/Infrastructure-for-renewable-energies.pdf>)

Elaboração: Própria

Anexo XIII

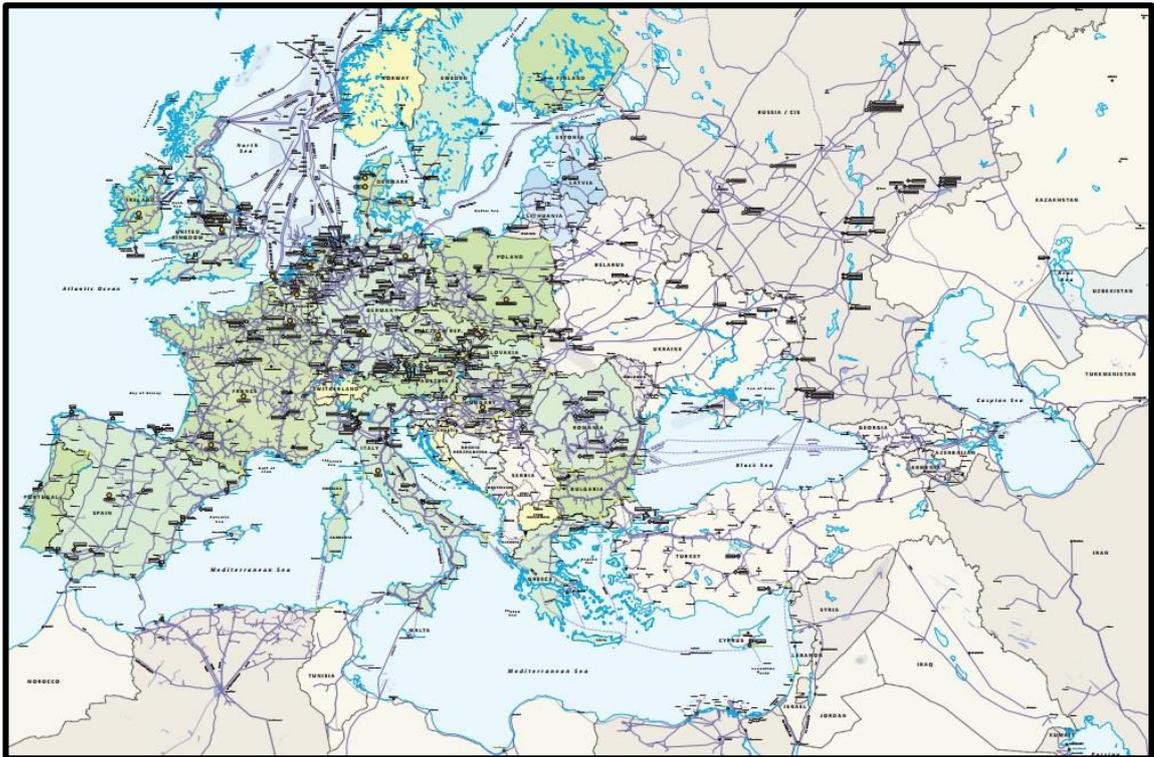


Figura XIII – Rede de gasodutos de abastecimento à Europa

Fonte: (http://www.gie.eu.com/download/maps/ENTSOG_SYSDEV_MAP2012.pdf)

Anexo XIV



Figura XIV – Junção entre a parte búlgara e russa do gasoduto *South Stream*, em 2013

Fonte: (<http://www.gazprom.com/about/production/projects/pipelines/south-stream/>)

Anexo XV

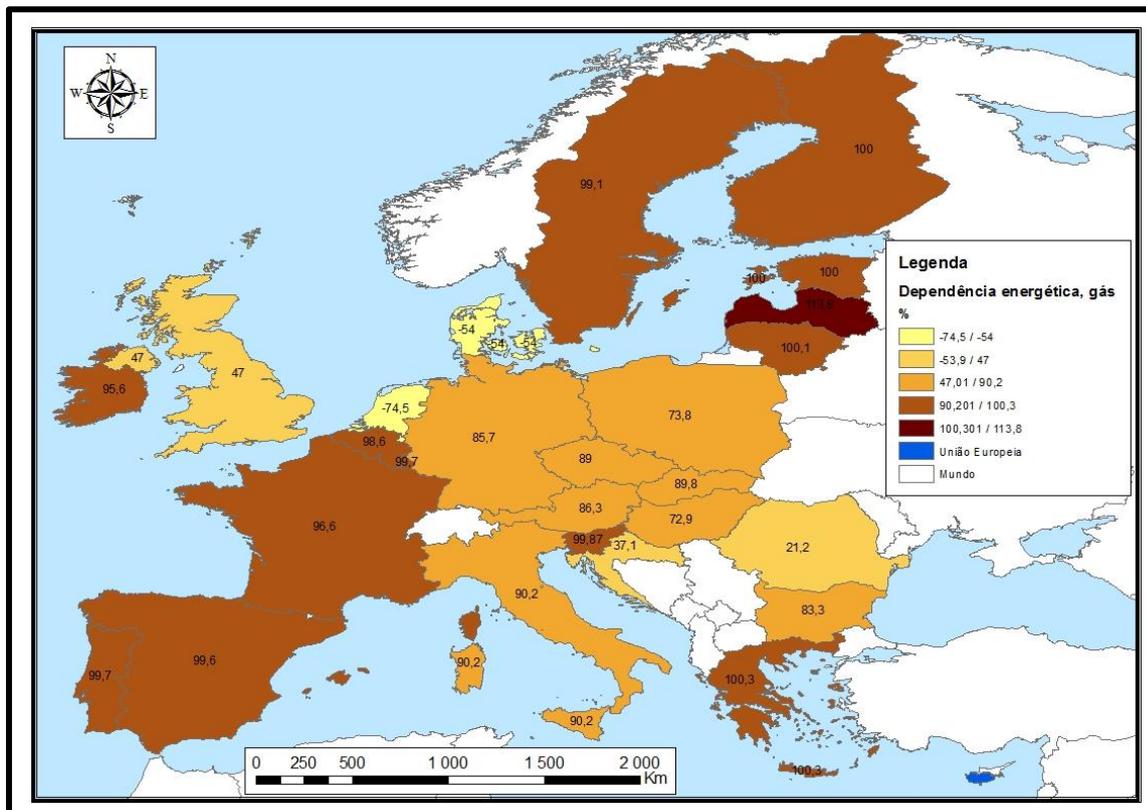


Figura XV – Dependência energética de gás natural de países da União Europeia

Fonte: Eurostat

Elaboração: Nuno Cunha

Anexo XVI

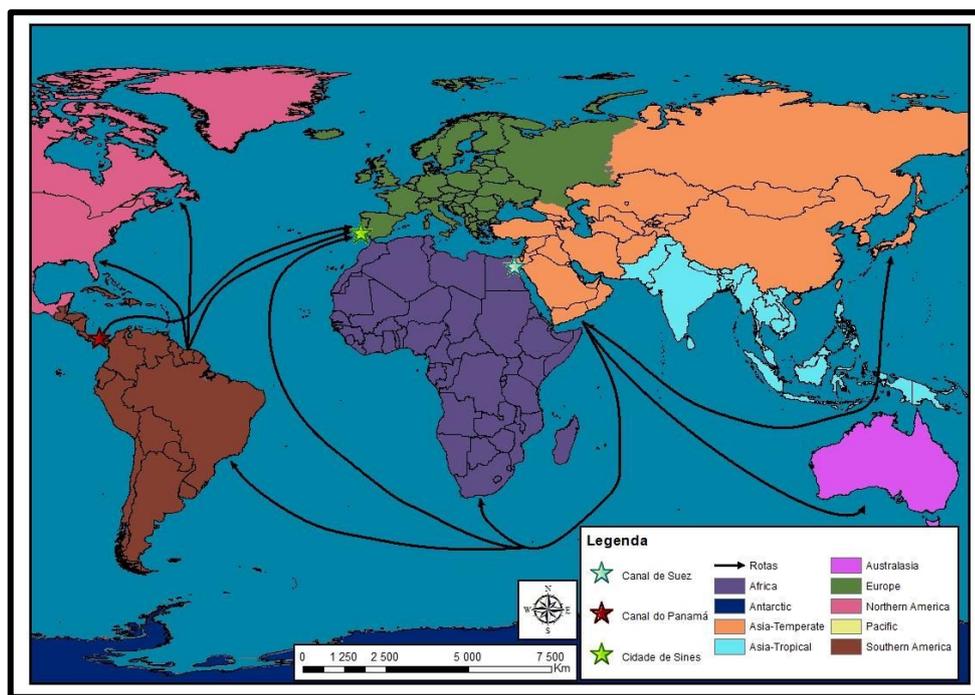


Figura XVI – Posicionamento do porto de Sines em função das rotas a nível mundial
Elaboração: Nuno Cunha

Anexo XVII

	2004	2007	2010	2011	2012	2020*
União Europeia	8,3	10,0	12,5	13,0	14,1	20,0
Alemanha	5,8	9,0	10,7	11,6	12,4	18,0
Austria	22,7	27,5	30,8	30,8	32,1	34,0
Bélgica	1,9	3,0	5,0	5,2	6,8	13,0
Bulgária	9,6	9,4	14,4	14,6	16,3	16,0
Chipre	3,1	4,0	6,0	6,0	6,8	13,0
Croácia	13,2	12,1	14,3	15,4	16,8	20,0
Dinamarca	14,5	17,9	22,6	24,0	26,0	30,0
Eslováquia	5,3	7,3	9,0	10,3	10,4	14,0
Eslovénia	16,1	15,6	19,2	19,4	20,2	25,0
Espanha	8,3	9,7	13,8	13,2	14,3	20,0
Estónia	18,4	17,2	24,7	25,0	25,2	25,0
Finlândia	29,2	29,8	32,4	32,7	34,3	38,0
França	9,3	10,2	12,7	11,3	13,4	23,0
Grécia *	7,2	8,5	9,7	11,8	15,1	18,0
Holanda	1,9	3,1	3,7	4,3	4,5	14,0
Hungria *	4,4	5,9	8,6	9,1	9,6	13,0
Irlanda	2,4	3,6	5,6	6,6	7,2	16,0
Itália	5,7	6,5	10,6	12,3	13,5	17,0
Letónia *	32,8	29,6	32,5	33,5	35,8	40,0
Lituânia	17,2	16,7	19,8	20,2	21,7	23,0
Luxemburgo	0,9	2,7	2,9	2,9	3,1	11,0
Malta *	0,3	0,4	0,4	0,7	1,4	10,0
Polónia	7,0	7,0	9,3	10,4	11,0	15,0
Portugal	19,2	21,9	24,2	24,5	24,6	31,0
República Checa	5,9	7,4	9,3	9,3	11,2	13,0
Reino Unido	1,2	1,8	3,3	3,8	4,2	15,0
Roménia	16,8	18,3	23,2	21,2	22,9	24,0
Suécia	38,7	44,1	47,2	48,8	51,0	49,0

Figura XVII – Percentagem de energia a partir das energias renováveis para consumo final de energia (em %)

Fonte: (http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY_PUBLIC/8-10032014-AP/EN/8-10032014-AP-EN.PDF)

Elaboração: Própria